

RESENHA

DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

NÚMERO 134, 1º SEMESTRE DE 2024

Brasília
2024

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado	Embaixador Mauro Luiz Jecker Vieira
Secretária-Geral	Embaixadora Maria Laura da Rocha

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente	Embaixador Raphael Azeredo
------------	----------------------------

ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Chefe da Assessoria Especial	Embaixador Joel Souza Pinto Sampaio
------------------------------	-------------------------------------

=====

COPYRIGHT © MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Zona Cívico-Administrativa
Brasília, DF, 70170-900
Site: gov.br/mre

Elaboração:

Daniela Oliveira Guerra
Letícia Rodrigues Clemente

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Coordenação-Geral de Publicações e Eventos:

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

Coordenação de Publicação e Editoração:

Fernanda Antunes Siqueira

Programação visual e diagramação:

Denivon Cordeiro de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Ministério das Relações Exteriores
Repertório de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Especial de Comunicação Social. – Ano 50 n. 134 (jan./jun. 2024) – Brasília : FUNAG, 2024.
140 p.
ISSN: 0101-2428
1. Brasil – Relações Internacionais – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU: 32(05)

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, DE 14/12/2004.
Elaborada por Elizabeth Mattos – CRB-1/1415
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

SUMÁRIO

1. NOTAS À IMPRENSA.....	9
1.1. Cerimônia de Transmissão da Presidência Rotativa do Consenso de Brasília	9
1.2. Ações em favor da cessação de hostilidades em Gaza	10
1.3. Declaração dos países sul-americanos membros do Consenso de Brasília	10
1.4. Visita do Presidente do Paraguai a Brasília.....	11
1.5. Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela em Brasília	11
1.6. Medidas cautelares da CIJ no âmbito do processo instaurado pela África do Sul	12
1.7. Dia Internacional da Memória do Holocausto	13
1.8. Falecimento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto	13
1.9. Bicentenário de relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos.....	14
1.10. Brasil assume a presidência da Comissão para Consolidação para Paz das Nações Unidas.....	15
1.11. Repatriação de nacionais da Faixa de Gaza	16
1.12. Visita do senhor Presidente da República ao Egito.....	16
1.13. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Etiópia – Adis Abeba, 16 de fevereiro de 2024	17
1.14. Reunião de Chanceleres do G20.....	18
1.15. Adesão do Brasil ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero – nota conjunta MRE/MDIC	19

1.16. VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – Kingstown, 1º de março de 2024	20
1.17. Situação no Haiti	21
1.18. III Reunião de Ministros e Ministras das Relações Exteriores do Consenso de Brasília	21
1.19. Reunião da Comunidade do Caribe (CARICOM) sobre a situação no Haiti	22
1.20. Visitas do Ministro Mauro Vieira a Jordânia, Palestina, Líbano e Arábia Saudita – 15 a 20 de março	22
1.21. Aprovação de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre cessar-fogo em território palestino	23
1.22. Processo eleitoral na Venezuela	24
1.23. Estabelecimento de Conselho Presidencial de Transição no Haiti.....	24
1.24. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia.....	25
1.25. Avanços na delimitação das fronteiras entre Armênia e Azerbaijão	26
1.26. Retirada de Cuba da lista unilateral dos EUA de países que não cooperam plenamente no combate ao terrorismo	26
1.27. Um ano do Consenso de Brasília.....	27
1.28. Condenação de torcedores por ataques racistas contra o jogador de futebol brasileiro Vinicius Júnior	28
1.29. Adoção de resolução do Conselho de Segurança sobre cessar-fogo em Gaza.....	28
1.30. Eleição da brasileira Rebecca Lemos Igreja a Secretária-Geral da FLACSO.....	29
2. COMUNICADOS CONJUNTOS.....	31
2.1. Declaração conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil, da República Cooperativa da Guiana e da República do Suriname	31

2.2. Comunicado Conjunto adotado durante a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiana	33
2.3. Declaração sobre a Política Externa Feminista da América Latina e do Caribe	37
2.4. Declaração Conjunta Brasil–Espanha	38
2.5. Declaração de Seguimento da Parceria Estratégica Renovada Brasil–Espanha.....	40
2.6. Declaração Conjunta dos Líderes do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, França, Alemanha, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Espanha, Tailândia e Reino Unido sobre Gaza	47
3. DISCURSOS	49
3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Reunião Ministerial de Países Latino-Americanos membros da OMC – Santiago do Chile, 26 de janeiro de 2024	49
3.2. Discurso do Presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana – Adis Abeba, Etiópia, 17 de fevereiro de 2024	51
3.3. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros de Relações Exteriores do G20 – Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024	55
3.4. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública Interativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – Brasília, 14 de março de 2024.....	59
3.5. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Fundação Yasser Arafat – Ramala, 17 de março de 2024.....	75
3.6. Discurso do Ministro Mauro Vieira no Conselho de Segurança das Nações Unidas acerca da situação na Palestina – Nova York, 18 de abril de 2024	80
3.7. Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do Seminário “Encontros: 200 anos de amizade Brasil-EUA” – Brasília, 28 de maio de 2024	85

3.8. Discurso do Presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália – 14 de junho de 2024	92
3.9. Intervenção do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) – Brasília, 19 de junho de 2024	95
3.10. Intervenção da Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha, na Sessão Plenária da 54ª Assembleia Geral da OEA – 26 de junho de 2024.....	115
4. ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA.....	121
4.1. Declaração à imprensa do Ministro Mauro Vieira após a I Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela – Brasília, 25 de janeiro de 2024.....	121
4.2. Financiamento a países pobres não pode ‘matar o doente’, diz Mauro Vieira, que liderará primeira grande reunião no G20 – entrevista do Ministro Mauro Vieira para <i>O Globo</i> , em 18 de fevereiro de 2024	122
4.3. Declaração à imprensa por ocasião visita do Presidente da França, Emmanuel Macron – Brasília, 28 de março de 2024.....	126
4.4. “As boas notícias que vêm da Ásia” – artigo do Ministro Mauro Vieira, publicado em <i>O Globo</i> , em 6 de abril de 2024	128
5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS	131
5.1. Publicação no X, por ocasião da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi – 19 de janeiro de 2024	131
5.2. Publicação da Presidência da República no X, por ocasião da visita do Presidente da Espanha, Pedro Sánchez – 6 de março de 2024	133
5.3. Publicação da Presidência da República no X, por ocasião da visita do Presidente francês, Emmanuel Macron – 26 de março de 2024.....	134

5.4. Publicação no X, por ocasião da retirada de brasileiros do Haiti, por razões humanitárias – 10 de abril de 2024.....	135
5.5. Publicação no X, por ocasião da viagem do Ministro Mauro Vieira a Lisboa, para a comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos – 25 de abril de 2024.....	136
5.6. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul – 9 de maio de 2024	137
5.7. Publicação no X, por ocasião da 2ª reunião de consultas do processo de “Cartagena+40” – 16 de maio de 2024	138
5.8. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária do Timor-Leste ao Rio Grande do Sul – 22 de maio de 2024.....	139
5.9. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária dos Emirados Árabes Unidos ao Rio Grande do Sul – 23 de maio de 2024	140
5.10. Publicação do Presidente Lula no X, sobre a condenação brasileira à tentativa de golpe na Bolívia – 26 de junho de 2024	140

1. NOTAS À IMPRENSA

1.1. Cerimônia de Transmissão da Presidência Rotativa do Consenso de Brasília

Em cerimônia realizada hoje, dia 8 de janeiro de 2024, em formato virtual, o Brasil transmitiu ao Chile a Presidência Rotativa do “Consenso de Brasília”, estabelecido, em 30 de maio de 2023, no contexto da Reunião de Presidentes dos Países da América do Sul, celebrada por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sob a coordenação brasileira, foram realizadas duas reuniões do Grupo de Contato de Chanceleres sul-americanos, que aprovou, em 5 de outubro de 2023, o Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul. O documento definiu diretrizes e estabeleceu 17 áreas prioritárias para o relançamento da integração regional.

Em cumprimento ao disposto no Mapa do Caminho, o Brasil coordenou sua implementação e, entre outubro e dezembro de 2023, convocou reuniões de alto nível nas áreas de saúde, financiamento ao desenvolvimento, infraestrutura, mudanças climáticas, defesa e desenvolvimento social. Em todos esses encontros, foram estabelecidas redes de contato para coordenar a elaboração de agendas de trabalho setoriais e a implementação de iniciativas concretas para a retomada da integração e da cooperação na América do Sul.

Ao longo do presente semestre, o Brasil seguirá apoiando a Presidência chilena e demais países sul-americanos na implementação do “Consenso de Brasília”.

Nota à imprensa nº 8, publicada em 08/01/2024

1.2. Ações em favor da cessação de hostilidades em Gaza

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu hoje o embaixador da Palestina em Brasília, Ibrahim Alzeben, para discutir a situação dos palestinos na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, depois de decorridos mais de três meses da presente crise.

O Presidente Lula recordou a condenação imediata pelo Brasil dos ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro de 2023. Reiterou, contudo, que tais atos não justificam o uso indiscriminado, recorrente e desproporcional de força por Israel contra civis.

Já são mais de 23 mil mortos, dos quais 70% são mulheres e crianças, e há 7 mil pessoas desaparecidas. Mais de 80% da população foi objeto de transferência forçada e os sistemas de saúde, de fornecimento de água, energia e alimentos estão colapsados, o que caracteriza punição coletiva.

O Presidente ressaltou os esforços que fez pessoalmente junto a vários chefes de Estado e de Governo em prol do cessar fogo, da libertação dos reféns em poder do Hamas e da criação de corredores humanitários para a proteção dos civis. Destacou, ainda, a atuação incansável do Brasil no exercício da presidência do Conselho de Segurança em prol de saída diplomática para o conflito.

À luz das flagrantes violações ao direito internacional humanitário, o Presidente manifestou seu apoio à iniciativa da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça para que determine que Israel cesse imediatamente todos os atos e medidas que possam constituir genocídio ou crimes relacionados nos termos da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.

O governo brasileiro reitera a defesa da solução de dois Estados, com um Estado Palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

Nota à imprensa nº 12, publicada em 10/01/2024

1.3. Declaração dos países sul-americanos membros do Consenso de Brasília

Os países sul-americanos membros do Consenso de Brasília: Argentina, Brasil Bolívia, Chile, Colômbia, Guiana, Suriname, Paraguai, Peru, Uruguai e

Venezuela, manifestam seu mais enérgico repúdio à violência cometida por grupos ligados ao crime organizado e transmitem seu explícito e inequívoco respaldo e solidariedade ao povo e às autoridades do Equador, país membro do consenso, em sua luta contra as ações do crime organizado.

O Consenso de Brasília unirá esforços para combater de forma coordenada esse flagelo que afeta toda a região, conforme os princípios do Direito Internacional e das leis internas de cada país sul-americano.

Fazemos votos pelo pronto restabelecimento da segurança e da ordem pública nos marcos do Estado de direito e da institucionalidade vigente no Equador, com apreço e respeito pela democracia e pelos direitos humanos.

Os países membros do Consenso de Brasília reiteram sua solidariedade às autoridades e ao povo equatoriano neste momento difícil e, particularmente, às vítimas desses atos de violência.

Nota à imprensa nº 13, publicada em 11/01/2024

1.4. Visita do Presidente do Paraguai a Brasília

O Presidente do Paraguai, Santiago Peña, realizará visita de trabalho a Brasília na próxima segunda-feira, dia 15 de janeiro. Na ocasião, manterá reunião com o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, quando tratarão dos principais temas das agendas bilateral e regional, entre eles a Itaipu Binacional, as obras de integração de infraestrutura, o combate aos ilícitos transnacionais e o MERCOSUL.

O Brasil é o principal parceiro comercial do Paraguai. Em 2023, o comércio bilateral totalizou US\$ 6,6 bilhões. O Paraguai abriga a terceira maior comunidade brasileira no exterior, com presença estimada de mais de 254 mil brasileiros naquele país.

Nota à imprensa nº 15, publicada em 12/01/2024

1.5. Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela em Brasília

O Palácio Itamaraty sediará, na manhã de 25 de janeiro, reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da República Cooperativa da Guiana e da República Bolivariana da Venezuela. A instância foi estabelecida

pela Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela, adotada em 14 de dezembro passado, em São Vicente e Granadinas.

Em Brasília, acompanharão o diálogo os governos do Brasil, por intermédio do Chanceler Mauro Vieira, de São Vicente e Granadinas (em exercício da presidência da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC) e de Dominica (em exercício da presidência da Comunidade do Caribe – CARICOM), que atuam como interlocutores principais no processo.

Também assistem ao encontro representantes da Secretária-Geral da CARICOM, em apoio à presidência da CARICOM, e do Secretário-Geral das Nações Unidas, na condição de observador.

O Governo brasileiro valoriza o compromisso da Guiana e da Venezuela com o processo de diálogo ora em curso, facilitado por atores e mecanismos regionais. Ressalta ainda o espírito de integração que move os países da América Latina e do Caribe com vistas a consolidar a região como uma zona de paz, cooperação e solidariedade.

Nota à imprensa nº 31, publicada em 23/01/2024

1.6. Medidas cautelares da CIJ no âmbito do processo instaurado pela África do Sul

O governo brasileiro acompanhou atentamente, hoje, o anúncio da decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o pedido de medidas cautelares efetuado pela África do Sul e direcionado a Israel, no âmbito do caso “Aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio na Faixa de Gaza”.

Ao destacar o caráter juridicamente vinculante da deliberação da Corte, o governo brasileiro ressalta a importância do pleno e imediato cumprimento da decisão.

O governo brasileiro tem a convicção de que as medidas cautelares contribuirão para garantir o cumprimento da Convenção e a proteção dos direitos do povo palestino, bem como o necessário e imediato alívio humanitário, conduzindo à pronta cessação das hostilidades.

O governo brasileiro recorda, ademais, a importância da imediata liberação dos reféns remanescentes em poder do Hamas.

O Brasil reitera a defesa de um Estado palestino economicamente viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

Nota à imprensa nº 40, publicada em 26/01/2024

1.7. Dia Internacional da Memória do Holocausto

O Brasil se soma às celebrações mundiais do Dia Internacional da Memória do Holocausto. No dia 27 de janeiro, 79 anos atrás, foram libertados pelas tropas aliadas os prisioneiros do maior entre os campos de concentração nazistas, Auschwitz-Birkenau. A celebração da data é uma forma de impedir que um dos períodos mais sombrios da História da humanidade seja esquecido.

O Brasil acolheu famílias que fugiram do Holocausto e tem o orgulho de ser o lar da segunda maior comunidade judaica da América Latina e a décima maior do mundo.

O Brasil é membro observador da Aliança Internacional da Memória do Holocausto (IHRA) desde 2021 e tem trabalhado para aperfeiçoar as políticas nacionais de enfrentamento ao antissemitismo.

Nota à imprensa nº 41, publicada em 28/01/2024

1.8. Falecimento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto

O Ministério das Relações Exteriores registra, com grande pesar, o falecimento do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, ocorrido na manhã de hoje, 29/01, em Brasília. Um dos mais destacados diplomatas de sua geração, o Embaixador ocupou a Secretaria-Geral do Itamaraty de janeiro de 2003 a outubro de 2009 e foi protagonista na formulação e execução da política externa brasileira nos primeiros dois mandatos do Presidente Lula.

Nascido no Rio de Janeiro, em 1939, Samuel Pinheiro Guimarães Neto graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ) em 1963, ano em que ingressou no Itamaraty. Foi também mestre em economia pela Universidade de Boston (1969).

Ao longo de uma longa e profícua carreira, que incluiu a chefia do Departamento Econômico do Itamaraty e a direção do Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais (IPRI), e também a vice-presidência da Embrafilme, sempre destacou-se pela independência e pela firmeza na defesa das suas posições em matéria de desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. Além da ampla trajetória em diversos cargos relevantes no Brasil e no exterior, que culminou com sua escolha para a Secretária-Geral do Itamaraty, ocupou também, a partir do final de 2009, o cargo de Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) e, entre 2011 e 2012, a função de Alto Representante Geral do Mercosul.

Como diplomata e intelectual, construiu uma ampla reflexão sobre o desenvolvimento e inserção internacional do Brasil. Destacou-se na formulação de políticas de integração regional, em especial do projeto do Mercosul, e na defesa da importância estratégica da relação com a Argentina. Foi eleito, em 2006, pela União Brasileira de Escritores, para receber o Troféu Juca Pato de Intelectual do Ano, em reconhecimento pela obra “Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes” e por sua trajetória no debate público brasileiro.

Além de lamentar profundamente a perda do amigo pessoal, o Ministro Mauro Vieira, em nome do Itamaraty, expressa à família, e aos muitos amigos e amigas do Embaixador Samuel as mais sentidas condolências.

Nota à imprensa nº 42, publicada em 29/01/2024

1.9. Bicentenário de relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Estado dos Estados Unidos têm o prazer de anunciar o início de um ano de celebrações alusivas ao 200º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos dois países. As comemorações destacarão os fortes laços políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e os Estados Unidos, duas das democracias mais diversas e prósperas do mundo, conforme enfatizado durante as reuniões dos Presidentes Lula e Biden em Washington, em 10 de fevereiro de 2023, e em Nova York, em 20 de setembro de 2023.

Ao longo de 2024, o Brasil e os EUA sediarão uma série de iniciativas conjuntas, seminários, programas de intercâmbio e eventos culturais para destacar nosso compromisso mútuo com a rica diversidade de nossos povos, a força de nossas respectivas democracias, a proteção dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Em 26 de maio de 1824, os dois países estabeleceram relações diplomáticas com o reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos. No século XXI, a nossa parceria bilateral continua a produzir resultados para ambos os povos, como evidenciam o dinamismo das relações econômicas e comerciais, o intercâmbio tecnológico, a importante cooperação em matéria ambiental e de energia, a priorização das questões sociais e a renovação de importantes mecanismos de diálogo bilateral ao longo de 2023. O anúncio da Parceria Brasil-EUA pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras pelos Presidentes Lula e Biden também destaca a robustez da relação bilateral.

No plano global, o Brasil e os EUA reafirmam seu compromisso de trabalhar juntos para construir uma ordem internacional mais próspera e democrática, na qual prevaleçam a paz e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Nota à imprensa nº 47, publicada em 31/01/2024

1.10. Brasil assume a presidência da Comissão para Consolidação para Paz das Nações Unidas

Hoje, 2 de fevereiro, o Brasil foi eleito, por aclamação, para a presidência da Comissão para Consolidação da Paz das Nações Unidas (PBC) para o ano de 2024.

A PBC tem o objetivo de avançar a agenda de consolidação da paz na ONU, auxiliando países em transição pós-conflito. A Comissão preenche lacuna institucional entre o Conselho de Segurança (CSNU), em seu papel de garantidor da paz e segurança internacionais, e o Conselho Econômico e Social que se dedica ao progresso econômico e desenvolvimento social dos Estados Membros.

O Brasil defende abordagem integrada da prevenção e resolução de conflitos e da manutenção e consolidação da paz. É necessário dar atenção à relação de interdependência entre segurança e desenvolvimento, bem como à busca por soluções políticas inclusivas e sustentáveis.

O Brasil já havia ocupado tal posição em 2014. O país foi ator importante nas negociações que resultaram, em 2005, na criação da Comissão de Consolidação da Paz e, desde 2010, está presente ininterruptamente entre os 31 membros do órgão.

Nota à imprensa nº 49, publicada em 02/02/2024

1.11. Repatriação de nacionais da Faixa de Gaza

Membros de família brasileira remanescente na Faixa de Gaza chegaram, hoje, 8/2, ao Egito, onde foram recebidos por equipe da Embaixada do Brasil naquele país, que providenciou seu traslado até o Cairo.

Trata-se de uma mãe e seus três filhos menores, um dos quais nasceu após o último voo de repatriação daquela região, em 23/12, razão pela qual a família não havia podido ainda ser repatriada. Após o nascimento do brasileiro, foram realizadas gestões junto às autoridades locais para que a família fosse autorizada a deixar a Faixa de Gaza.

Após pernoites na capital egípcia, a família deverá ser repatriada em voo comercial para o Brasil.

Desde 10 de outubro de 2023, 1.560 brasileiros e familiares próximos que se encontravam em Israel ou na Palestina e que manifestaram intenção de partir foram retirados da região pelo governo brasileiro.

O governo brasileiro desaconselha quaisquer deslocamentos não essenciais para a região.

Nota à imprensa nº 56, publicada em 08/02/2024

1.12. Visita do senhor Presidente da República ao Egito

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à República Árabe do Egito em 15 de fevereiro de 2024, ano em que se comemoram os 100 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os países. Será a segunda visita oficial do Presidente Lula ao Egito, após aquela realizada em 2003. Em 2022, como Presidente eleito, participou da COP-27 em Sharm El-Sheikh, a convite do governo egípcio.

Durante a visita, deverão ser tratados os principais temas da agenda bilateral, nas áreas de comércio, investimentos, cooperação técnica, cooperação em educação e cooperação em defesa. Os dois Presidentes deverão tratar, igualmente, de temas regionais e multilaterais, tais como mudança do clima, reforma das organizações internacionais e conflito Israel-Palestina.

Deverão também ser assinados acordos bilaterais nas áreas de bioenergia e ciência, tecnologia e inovação.

O Egito, ator geopolítico fundamental em diversas questões de paz e segurança mundiais, é importante parceiro do Brasil em foros internacionais,

tendo ingressado em 2024 no BRICS. Durante a presidência brasileira do G20, o Egito é um dos países convidados a participar das reuniões do agrupamento.

O apoio do governo do Egito foi fundamental para a repatriação de 115 cidadãos brasileiros da Faixa de Gaza, por meio de quatro evacuações pela fronteira de Rafah, em 12/11/2023 (32 pessoas), 09/12/2023 (47 pessoas), 21/12/2023 (32 pessoas) e 08/02/2024 (4 pessoas), que seguiram para o Cairo antes de embarcarem para o Brasil.

Em 2023, a corrente de comércio bilateral Brasil-Egito totalizou US\$ 2,8 bilhões, o que coloca o Egito como segundo maior parceiro comercial do Brasil na África. O saldo foi superavitário para o Brasil em US\$ 1,83 bilhão.

Nota à imprensa nº 62, publicada em 13/02/2024

1.13. Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Etiópia – Adis Abeba, 16 de fevereiro de 2024

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de Estado à República Federal Democrática da Etiópia em 16 de fevereiro de 2024, onde manterá encontro bilateral com o Primeiro-Ministro Abiy Ahmed.

A visita à Etiópia insere-se no contexto de relançamento da política externa brasileira para os países africanos e da participação do Presidente da República na 37ª Cúpula da União Africana, que se realizará na capital etíope, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2024.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Abiy Ahmed passarão em revista temas da agenda bilateral, como a cooperação para o desenvolvimento e a promoção do comércio, e temas internacionais de interesse comum, em particular o combate à fome e à pobreza; a proteção e desenvolvimento das florestas; o combate às mudanças climáticas; e a reforma das organizações internacionais.

A Etiópia é o segundo país mais populoso da África, com cerca de 125 milhões de habitantes, e a quinta maior economia do continente, com PIB nominal de US\$ 156 bilhões (2023). Membro pleno do BRICS desde 1º de janeiro de 2024, a Etiópia é um dos principais centros diplomáticos do continente africano, pelo fato de a capital, Adis Abeba, abrigar as sedes da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA).

Brasil e Etiópia desenvolvem programas de cooperação bilateral em áreas como manejo de solos ácidos e produção de algodão. No âmbito trilateral,

em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), há iniciativa de cooperação na área de alimentação escolar.

Em 2023, o intercâmbio comercial bilateral somou US\$ 23,8 milhões, havendo amplo potencial de crescimento dos fluxos. Missão empresarial brasileira visitou Adis Abeba em dezembro passado, a fim de explorar oportunidades de negócios entre os países.

Nota à imprensa nº 65, publicada em 15/02/2024

1.14. Reunião de Chanceleres do G20

Terá início hoje, 21 de fevereiro, no Rio de Janeiro, a 1ª Reunião de Chanceleres do G20, grupo formado pelas maiores economias do mundo, além da União Africana e da União Europeia. Trata-se da primeira reunião de nível ministerial durante a Presidência Brasileira do G20.

Os ministros de relações exteriores do G20 irão reunir-se para discutir, entre outros assuntos, o papel do G20 frente as tensões geopolíticas atuais, bem como a efetiva reforma da governança global. Sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, a presidência brasileira do G20 terá como prioridades a inclusão social e o combate à fome e à pobreza; a promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental e transições energéticas; e a reforma das instituições de governança global, incluindo as Nações Unidas e os bancos multilaterais de desenvolvimento. A presidência brasileira tenciona organizar um G20 inclusivo, com participação da sociedade civil e a realização de G20 Social, ancorado na construção de consensos e voltado para a obtenção de resultados concretos e soluções que beneficiem todos os povos.

Historicamente, as presidências do G20 convidam países não-membros do agrupamento e organizações internacionais para participar das reuniões do seu calendário de eventos. A presidência brasileira convidou Angola, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura. Foram convidados, ainda, para a Reunião de Chanceleres, Bolívia, Paraguai e Uruguai. O Ministro Mauro Vieira já manteve encontros bilaterais com diversos de seus homólogos às margens da reunião, incluindo os chanceleres de Argentina, Canadá, Egito, França, Indonésia, Portugal e Rússia, entre outros.

Nota à imprensa nº 73, publicada em 21/02/2024

1.15. Adesão do Brasil ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero – nota conjunta MRE/MDIC

Em cerimônia realizada hoje (26/02), em Abu Dhabi, à margem da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, assinou instrumento para adesão do Brasil ao Arranjo Global sobre Comércio e Gênero (“Global Trade and Gender Arrangement” – GTAGA). Esteve presente a Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Tatiana Prazeres. A adesão vai ao encontro de outras iniciativas com o objetivo de permitir que o comércio promova o empoderamento feminino e a equidade de gênero, por meio da elaboração de políticas públicas e da cooperação internacional.

O GTAGA foi assinado em 2020 entre Canadá, Chile e Nova Zelândia, e atualmente é composto também por Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru. A adesão do Brasil ao acordo teve início com convite do Chile, por ocasião das atividades de implementação do capítulo dedicado a Comércio e Gênero do Acordo de Livre Comércio Brasil – Chile, em vigor desde 2022. O capítulo conta com uma série de atividades programadas de cooperação para os trabalhos do Comitê de Comércio e Gênero, como troca de estatísticas de exportação e importação desagregadas por gênero e a promoção de empresas lideradas por mulheres.

O tema “Mulheres no Comércio Internacional” constitui, igualmente, uma das prioridades da presidência brasileira do G20 para o Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimentos do agrupamento.

Estudo publicado pelo MDIC em 2023, “Mulheres no Comércio Exterior – uma análise para o Brasil”, aponta que, em 2019, 2,6 milhões dos empregos nas empresas que atuam no comércio exterior brasileiro eram ocupados por mulheres, representando 32,5% dos empregos totais nessas firmas, e que apenas 14% das empresas exportadoras pertenciam, em sua maior parte, a mulheres. Esses dados revelam haver ainda amplo potencial para que as mulheres se beneficiem do comércio exterior, seja como trabalhadoras ou empreendedoras.

Nota à imprensa nº 80, publicada em 26/02/2024

1.16. VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – Kingstown, 1º de março de 2024

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 1º de março, da VIII Cúpula da CELAC, em Kingstown, São Vicente e Granadinas. O evento contará com a presença de 33 chefes de Estado e de Governo e altos representantes dos países da América Latina e do Caribe, bem como de representantes de organismos internacionais e parceiros extrarregionais da Comunidade.

A CELAC constitui o único mecanismo de diálogo e concertação que reúne, de maneira autônoma, o conjunto dos países em desenvolvimento do continente americano. Após três anos de afastamento, o Brasil se reintegrou à CELAC em janeiro de 2023. A participação do Presidente Lula na Cúpula de Kingstown reforça o compromisso brasileiro com a integração latino-americana e caribenha e contribui para fortalecer o papel do país na formulação de respostas aos desafios que afetam nossa região.

Por ocasião da Cúpula, os países membros da CELAC passarão em revista o conjunto de iniciativas a serem implementadas ao longo de 2024, com destaque para: a adoção do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da CELAC 2030 (Plano SAN-CELAC 2030); a exploração de sinergias entre o Plano SAN-CELAC 2030 e a proposta da Presidência brasileira do G20 de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; a reativação das reuniões de Ministros de Energia da CELAC; e a implementação do Fundo de Adaptação Climática e Reposta Integral a Desastres Naturais (FACRID) da Comunidade.

A Cúpula ocorre no contexto das celebrações dos 10 anos da Proclamação da América Latina e Caribe como Zona de Paz e de Cooperação e constitui importante marco na revitalização do processo de integração regional. O evento marca o encerramento da Presidência 'Pro Tempore' vicentina, iniciada em janeiro na Cúpula de Buenos Aires, e o início da Presidência de Honduras à frente da Comunidade.

À margem da reunião, o Presidente Lula deverá manter reuniões bilaterais com outros líderes presentes no encontro.

Nota à imprensa nº 90, publicada em 29/02/2024

1.17. Situação no Haiti

O governo brasileiro acompanha, com preocupação, a grave deterioração da situação de segurança pública no Haiti, que levou à decretação do estado de emergência naquele país.

Ao recordar seu histórico compromisso com a estabilização do Haiti, o Brasil conclama a comunidade internacional a adotar, com urgência, passos concretos para apoiar o país, em particular por meio da implementação da Resolução 2699 (2023) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que cria a Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS), bem como por meio de ações em prol do desenvolvimento do país.

O governo brasileiro reitera, igualmente, a importância de que os principais atores políticos haitianos se engajem em processo de diálogo nacional, com vistas à realização de eleições tão logo sejam dadas as condições securitárias para que os eleitores e candidatos haitianos possam participar adequadamente do processo democrático.

A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe encontra-se em contato constante com a comunidade brasileira residente no Haiti. Até o momento, não há registro de brasileiros diretamente afetados pela violência no país.

Nota à imprensa nº 100, publicada em 04/03/2024

1.18. III Reunião de Ministros e Ministras das Relações Exteriores do Consenso de Brasília

Realizou-se, hoje, por meio virtual, a III Reunião de ministras e ministros de Relações Exteriores do Consenso de Brasília. Representantes dos 12 países sul-americanos passaram em revista o estado de implementação dos compromissos assumidos pelos Presidentes no Consenso de Brasília, em 30 de maio de 2023, e no “Mapa do Caminho para a Integração da América do Sul”, adotado em 5 de outubro de 2023.

Entre os temas discutidos, incluem-se a Gestão de Riscos de Desastres, Segurança Pública e Infraestrutura, além do calendário das atividades da presidência rotativa chilena. Os chanceleres saudaram a adoção, no último dia 5 de março, da Declaração de Lima “Uma América do Sul Unida na Prevenção e Resposta a Desastres”, que criou o “Grupo de Trabalho Sul-Americano para a Gestão Integral de Risco de Desastres”. Debateram, também, perspectivas para o aprofundamento das discussões em áreas prioritárias ao longo de 2024.

Os chanceleres reafirmaram, ainda, o compromisso de continuar aprofundando o diálogo regional em benefício de suas populações e de seguir identificando ações concretas de interesse comum.

Nota à imprensa nº 108, publicada em 07/03/2024

1.19. Reunião da Comunidade do Caribe (CARICOM) sobre a situação no Haiti

O governo brasileiro saúda o entendimento alcançado ontem, 11 de março, entre os principais grupos políticos haitianos, para o estabelecimento de Conselho Presidencial de Transição, que deverá dirigir o país até a realização de eleições.

Ao congratular as lideranças haitianas pelo elevado espírito construtivo que pautou as negociações, o Brasil reafirma a importância de que sejam adotadas, o mais breve possível, as medidas necessárias para a implementação do acordo, em particular a designação dos membros do Conselho Presidencial.

O governo brasileiro felicita, igualmente, a Comunidade do Caribe (CARICOM) pelos intensos esforços de mediação realizados nas últimas semanas. A convite do Presidente da Guiana, Irfaan Ali, que exerce a presidência de turno da CARICOM, o Brasil enviou representantes à reunião de alto nível realizada ontem, 11/3, em Kingston, Jamaica, onde foi finalizado o acordo.

Na ocasião, o Brasil reafirmou sua disposição de seguir apoiando o povo do Haiti em seus esforços para a consolidação da paz, o pleno retorno à normalidade democrática e a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

Nota à imprensa nº 113, publicada em 12/03/2024

1.20. Visitas do Ministro Mauro Vieira a Jordânia, Palestina, Líbano e Arábia Saudita – 15 a 20 de março

O Ministro Mauro Vieira realizará, a partir de 15 de março corrente, visitas a Amã, na Jordânia; a Ramala, na Palestina; a Beirute, no Líbano; e a Riade, na Arábia Saudita. Na oportunidade, manterá encontros com seus homólogos em cada um desses países.

As relações do Brasil com os países do Oriente Médio são marcadas, de forma muito positiva, pela presença, em nosso país, de expressiva comunidade de origem árabe, o que contribui para a fluidez e amizade que tradicionalmente caracterizam o diálogo do Brasil com aquela região.

Durante os encontros, o Ministro Mauro Vieira passará em revista os principais pontos da agenda bilateral do Brasil com os respectivos países, sobretudo em temas como cooperação técnica, comércio e investimentos.

Tratará, ademais, de questões regionais de relevância e interesse mútuo, em particular o conflito e a aguda crise humanitária que atingem a Faixa de Gaza e sua população, bem como as perspectivas para estabelecimento de um cessar-fogo e eventual retomada de negociações voltadas a alcançar paz duradoura para o Oriente Médio.

Reiterará, ainda, compromisso brasileiro com a solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Nota à imprensa nº 116, publicada em 14/03/2024

1.21. Aprovação de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre cessar-fogo em território palestino

O governo brasileiro recebeu, com satisfação, a notícia da aprovação de resolução relativa ao conflito israelo-palestino pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas

A decisão, aprovada hoje com 14 votos a favor e uma abstenção, é a primeira resolução do Conselho de Segurança a exigir cessar-fogo imediato no território palestino, ainda que até o final do mês sagrado do Ramadã, em 9 de abril. O texto adotado exige, também, a libertação imediata dos reféns e o acesso humanitário para atender às suas necessidades médicas e humanitárias.

A resolução enfatiza, ademais, a necessidade urgente de expandir o fluxo de assistência humanitária e reforçar a proteção de civis em toda a Faixa de Gaza.

O Brasil recorda a obrigatoriedade da implementação das decisões emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e espera que o cessar-fogo seja implementado imediatamente, conforme determinado pela resolução. Reitera, igualmente, a urgência de assegurar o efetivo ingresso de

fluxo ampliado e regular de ajuda humanitária em Gaza, bem como a libertação de todos os reféns.

Nota à imprensa nº 132, publicada em 25/03/2024

1.22. Processo eleitoral na Venezuela

Esgotado o prazo de registro de candidaturas para as eleições presidenciais venezuelanas, na noite de ontem, 25/3, o governo brasileiro acompanha com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral naquele país.

Com base nas informações disponíveis, observa que a candidata indicada pela Plataforma Unitaria, força política de oposição, e sobre a qual não pairavam decisões judiciais, foi impedida de registrar-se, o que não é compatível com os acordos de Barbados. O impedimento não foi, até o momento, objeto de qualquer explicação oficial.

Onze candidatos ligados a correntes de oposição lograram o registro. Entre eles, inclui-se o atual governador de Zulia, também integrante da Plataforma Unitaria.

O Brasil está pronto para, em conjunto com outros membros da comunidade internacional, cooperar para que o pleito anunciado para 28 de julho constitua um passo firme para que a vida política se normalize e a democracia se fortaleça na Venezuela, país vizinho e amigo do Brasil.

O Brasil reitera seu repúdio a quaisquer tipos de sanção que, além de ilegais, apenas contribuem para isolar a Venezuela e aumentar o sofrimento do seu povo.

Nota à imprensa nº 134, publicada em 26/03/2024

1.23. Estabelecimento de Conselho Presidencial de Transição no Haiti

O governo brasileiro saúda a publicação, hoje (12/04), no Haiti, de decreto de criação do Conselho Presidencial de Transição, órgão colegiado que governará o país até a realização de eleições.

A formação do Conselho Presidencial tem como fundamento o acordo alcançado entre as principais forças políticas haitianas, em reunião organizada pela Comunidade do Caribe (CARICOM), em Kingston, Jamaica, em 11/03

passado. Constitui passo importante para a retomada da institucionalidade democrática no Haiti.

O governo brasileiro segue comprometido em apoiar o povo haitiano em seus esforços para a estabilização política e o desenvolvimento econômico e social do país.

Nota à imprensa nº 155, publicada em 12/04/2024

1.24. Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia

A convite do Presidente da Colômbia, Gustavo Petro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial ao país em 17 de abril.

Durante a visita, os Presidentes Lula e Petro manterão encontro de trabalho com atenção especial nas iniciativas para promover comércio e investimentos, o bem-estar das populações brasileira e colombiana e o desenvolvimento sustentável, em especial por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. Como resultado espera-se forte impulso à integração bilateral e regional. O encontro presidencial permitirá, ainda, aprofundar o diálogo sobre temas sociais, a exemplo da igualdade racial, dos direitos humanos, da agricultura familiar e da política externa feminista.

Por ocasião da visita, o Presidente Lula participará da abertura da 36ª Feira Internacional do Livro de Bogotá (FILBo), em que o Brasil é o país convidado de honra e cujo tema será “Ler a Natureza”. A Feira, que será realizada entre os dias 17 de abril e 2 de maio, incluirá relevante programação cultural, com eventos de promoção da literatura, do cinema, da fotografia e da música do Brasil, os quais contarão com a presença de dezenas de escritores e artistas brasileiros. Maior evento cultural da Colômbia, a FILBo deverá receber público estimado em mais de 600 mil pessoas e constituirá oportunidade de divulgação da cultura brasileira no exterior, bem como de intercâmbio entre artistas e intelectuais brasileiros e latino-americanos.

Também em Bogotá, o Presidente Lula participará de Fórum Empresarial promovido pela ApexBrasil e pela agência de promoção comercial colombiana ProColômbia, cuja programação incluirá painéis sobre temas como tecnologia, reindustrialização e integração produtiva, segurança alimentar e infraestrutura.

Brasil e Colômbia mantêm intercâmbio comercial significativo, sendo o Brasil o terceiro maior parceiro do país vizinho. As exportações brasileiras para a Colômbia apresentam tendência de crescimento desde 2003. Em 2023,

ano em que o comércio bilateral totalizou US\$ 6,1 bilhões, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 3,8 bilhões, e as importações da Colômbia, US\$ 2,3 bilhões. Mais de 70 empresas brasileiras estão instaladas na Colômbia.

Nota à imprensa nº 157, publicada em 16/04/2024

1.25. Avanços na delimitação das fronteiras entre Armênia e Azerbaijão

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, dos resultados da 8ª Reunião das Comissões Estatais para a delimitação da fronteira entre a Armênia e o Azerbaijão, realizada em 19 de abril. Ao concordarem em adotar a Declaração de Alma-Ata de 1991 como base para o processo de delimitação fronteira, entre outras medidas relevantes acordadas na reunião, os governos da Armênia e do Azerbaijão deram importante passo no processo de construção da confiança mútua, com o objetivo final de alcançar acordo de paz e normalizar plenamente as relações entre os dois estados.

O governo brasileiro saúda os governos da Armênia e do Azerbaijão por essa nova iniciativa de promoção do diálogo, da cooperação e da prosperidade no Cáucaso do Sul, que se torna ainda mais relevante à luz do recrudescimento de tensões no entorno regional. Nesse contexto, reafirma a convicção de que somente soluções diplomáticas, fundadas no Direito Internacional, podem conduzir à superação de conflitos e diferenças políticas.

Nota à imprensa nº 166, publicada em 20/04/2024

1.26. Retirada de Cuba da lista unilateral dos EUA de países que não cooperam plenamente no combate ao terrorismo

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da decisão do governo dos Estados Unidos de retirar Cuba da lista unilateral de países que não cooperam plenamente no combate ao terrorismo.

O Brasil estima tratar-se de passo importante na direção correta e insta o governo norte-americano a excluir Cuba também de sua lista unilateral de Estados patrocinadores do terrorismo, da qual derivam pesadas e injustificadas sanções ao país caribenho.

A manutenção de Cuba na lista de Estados patrocinadores do terrorismo é objeto de repúdio unânime dos países da América Latina e do Caribe, conforme consta de Declaração Especial aprovada por ocasião da última Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) (Kingstown, 1o de março), e de ampla maioria da comunidade internacional.

Nota à imprensa nº 201, publicada em 16/05/2024

1.27. Um ano do Consenso de Brasília

Comemora-se, no dia de hoje, o aniversário de um ano do Consenso de Brasília, que marcou a retomada do processo de integração na América do Sul. Adotado em 30 de maio de 2023, em encontro de líderes dos doze países sul-americanos em Brasília, por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o documento reafirma o compromisso dos países da região com o aprofundamento do diálogo e da cooperação em temas de interesse comum.

No encontro, que encerrou um hiato de quase uma década sem reuniões presidenciais para dialogar sobre a região, os líderes dos países sul-americanos compartilharam a visão conjunta de que a integração da América do Sul deve ser parte das soluções para a promoção de um modelo de desenvolvimento econômico e social que seja mais justo, sustentável e inclusivo.

Em linha com os compromissos consagrados no Consenso de Brasília, o encontro presidencial foi seguido por uma intensa agenda de contatos e reuniões voltados à retomada da integração, envolvendo todos os países da América do Sul, que resultou na adoção, em 5 de outubro de 2023, do Mapa do Caminho para Integração da América do Sul.

A partir de avaliação conjunta das experiências dos diferentes foros regionais de integração, o Mapa do Caminho determinou que a implementação das diretrizes estipuladas pelo Consenso de Brasília deve articular-se em torno de iniciativas concretas, com impacto positivo sobre as condições de vida das populações sul-americanas.

Desde então, o Brasil, facilitador do processo no ano passado, e o Chile, país que ocupa a presidência rotativa no primeiro semestre deste ano, convocaram reuniões nas quais foi possível debater questões sobre combate ao crime organizado transnacional, defesa, desenvolvimento social, educação e cultura, energia, financiamento ao desenvolvimento, gênero, gestão de riscos de desastres naturais, infraestrutura e transporte, migração, mudanças

climáticas e saúde. Essas atividades permitiram a identificação de projetos e iniciativas de interesse mútuo, contribuindo com a restauração de espaços sul-americanos de diálogo e de cooperação nos mais diferentes níveis.

Ao comemorar os resultados positivos do Consenso de Brasília no seu primeiro ano de implementação, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso de continuar trabalhando em conjunto com os países sul-americanos – e, em particular, com a próxima presidência rotativa colombiana – por uma região cada vez mais integrada, unida, próspera e justa para todos os seus cidadãos.

Nota à imprensa nº 226, publicada em 30/05/2024

1.28. Condenação de torcedores por ataques racistas contra o jogador de futebol brasileiro Vinicius Júnior

O governo brasileiro tomou conhecimento, com satisfação, da conclusão do processo, pela Justiça espanhola, relativo aos insultos racistas contra o jogador Vinicius Júnior, do Real Madri. O episódio ocorreu em 21 de maio do ano passado, quando torcedores do Valencia Club de Fútbol proferiram injúrias raciais contra o atleta brasileiro, no estádio de Mestalla.

O governo brasileiro tem atuado em cooperação com o governo da Espanha para coibir e reprimir atos e manifestações racistas, bem como para promover políticas de igualdade racial e compartilhar conhecimento e melhores práticas. Com esse propósito, os dois países buscam combater o racismo e qualquer outro tipo de discriminação nas diferentes modalidades de esportes.

O governo brasileiro reitera seu firme repúdio a qualquer manifestação racista, e continuará atuando pela proteção e pela promoção dos direitos humanos no plano interno e no âmbito de organismos multilaterais. O governo brasileiro manifesta, uma vez mais, sua solidariedade e apoio a Vinicius Júnior na luta contra o racismo.

Nota à imprensa nº 251, publicada em 11/06/2024

1.29. Adoção de resolução do Conselho de Segurança sobre cessar-fogo em Gaza

O Governo brasileiro saúda a adoção da Resolução 2735 (2024) pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre plano de cessar-fogo em

Gaza. A resolução prioriza o diálogo e a diplomacia na busca de soluções justas e duradouras para a situação em Gaza, conforme vem defendendo o Brasil desde o começo do conflito.

A decisão, aprovada em 10/06 com 14 votos a favor e uma abstenção, endossa a proposta de cessar-fogo anunciada em 31/05 pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Conclama Israel e o Hamas a implementarem, imediata e completamente, o plano de cessar-fogo proposto, dividido em três fases distintas. A fase 1 prevê cessar-fogo completo, a libertação de reféns e o retorno dos civis palestinos a todas as áreas de Gaza, inclusive no norte. A fase 2 prevê o fim das hostilidades, a libertação de reféns remanescentes e a completa retirada das forças israelenses de Gaza. E a fase 3 prevê o início de plano de reconstrução para Gaza e o retorno de restos mortais que ainda permaneçam em Gaza.

O Brasil confia em que a plena implementação da Resolução 2735 (2024), obrigatória para todos os membros das Nações Unidas, representará passo importante para a paz na região e para o fortalecimento do multilateralismo.

Ao reconhecer o papel a ser desempenhado por Catar, Egito e Estados Unidos com vistas a possibilitar a implementação da fase 1 do acordo, o Governo brasileiro apela a toda a comunidade internacional para que apoie esforços que visem a dar fim a esse trágico conflito e que contribuam para estabelecer a paz na região, com base na solução de dois estados, com um Estado da Palestina independente e viável convivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, o que inclui a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

Nota à imprensa nº 252, publicada em 12/06/2024

1.30. Eleição da brasileira Rebecca Lemos Igreja a Secretária-Geral da FLACSO

A professora brasileira Rebecca Forattini Lemos Igreja foi eleita hoje, 28 de junho, por aclamação, Secretária-Geral da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO), com mandato entre 2024 e 2028. A eleição ocorreu durante a XXV Assembleia Geral Ordinária da Organização, em Santiago, Chile.

Com extensa experiência acadêmica e profundo conhecimento da FLACSO, de cujo Conselho Superior participa desde 2018, a professora Rebecca Lemos

Igreja apresentou credenciais consistentes que levaram ao êxito em sua campanha, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Rebecca Igreja será a primeira brasileira a ocupar o cargo de Secretária-Geral da FLACSO desde sua criação, em 1957. Composta por 18 Estados-membros e com observadores como China e Espanha, A FLACSO está voltada ao desenvolvimento da docência de pós-graduação, da pesquisa, da cooperação científica e da assistência técnica no campo das Ciências Sociais, além de apoiar o desenvolvimento e a integração da América Latina e do Caribe.

Nota à imprensa nº 275, publicada em 28/06/2024

2. COMUNICADOS CONJUNTOS

2.1. Declaração conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil, da República Cooperativa da Guiana e da República do Suriname

O Presidente da República Cooperativa da Guiana, S.E. Dr. Mohamed Irfaan Ali, os Presidentes da República Federativa do Brasil, S.E. Luiz Inácio Lula da Silva, e da República do Suriname, S.E. Chandrikapersad Santokhi, mantiveram reunião trilateral de trabalho, acompanhados das respectivas delegações, em 28 de fevereiro de 2024, em Georgetown, à margem da 46ª Reunião Regular da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM).

A realização da reunião trilateral reflete o interesse dos governos e das sociedades dos três países de promover o desenvolvimento sustentável com justiça social de suas respectivas populações, com base nas relações históricas de amizade e boa vizinhança e das visões similares que mantêm a respeito da importância da integração amazônica e sul-americana e de construção de uma ordem global mais justa, inclusiva e equitativa, com pleno respeito ao Direito Internacional e aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas.

Os Presidentes reafirmaram o compromisso de trabalhar permanentemente para a manutenção da América Latina e do Caribe como uma Zona de Paz e de cooperação para o desenvolvimento sustentável.

Ao revisarem o presente estágio das relações entre os três países, os Presidentes acordaram estabelecer grupos de trabalho trilaterais, em nível técnico, nas áreas de (i) infraestrutura física e digital, (ii) energia e (iii) cooperação no combate a ilícitos transnacionais, para aprofundar e implementar iniciativas de interesse comum. Tais Grupos de Trabalho reportarão os avanços registrados aos Ministros responsáveis pelas respectivas áreas, para consideração em encontros trilaterais entre os Ministros.

Na área de infraestrutura, os mandatários reconheceram a oportunidade de avançar na consolidação de projetos que reforcem a conectividade física e digital entre os três países, a exemplo da plena pavimentação da estrada Linden-Lethem, ligando o estado brasileiro de Roraima a Georgetown, e da modernização da ligação viária entre o estado brasileiro do Amapá e as capitais de Guiana e Suriname, passando pela Guiana Francesa, a ser incluída em discussões futuras sobre essa rota. Ressaltaram, também, a relevância de serem examinadas, nesse contexto, as medidas para a otimização dessas rotas em matéria de facilitação de comércio e investimentos.

No campo da energia, concordaram em aprofundar discussões em matéria de cooperação no setor de óleo e gás, incluindo exploração e produção, regulação e planos de contingência e resposta a emergências. Manifestaram interesse no desenvolvimento de projetos sustentáveis de geração hidroeétrica e de integração de redes elétricas, de forma a reforçar a segurança energética e a eficiência dos sistemas regionais. Saudaram ainda a oportunidade de avançar discussões sobre outras modalidades de energias renováveis, incluindo a bioenergia.

Finalmente, reafirmaram seu interesse comum em fortalecer a cooperação no combate aos ilícitos transnacionais, mediante operações policiais conjuntas, intercâmbio de informações de inteligência, atividades de capacitação e negociação de projetos de cooperação para o uso de imagens de sensoriamento remoto como ferramenta para combater o crime organizado transnacional. Ao revisar a cooperação em segurança na região do Escudo das Guianas, os Presidentes expressaram sua satisfação com as iniciativas adotadas durante as reuniões entre as agências de segurança do Brasil, Suriname, Guiana e países adjacentes relevantes. No entanto, instaram essas agências a intensificar sua cooperação para além das reuniões do grupo de trabalho a ser estabelecido no setor de segurança.

Os Presidentes também concordaram em garantir a implementação exitosa da Convenção de Minamata sobre Mercúrio em seus respectivos países.

Ao concluírem a reunião, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Chandrikapersad Santokhi agradeceram o Presidente Dr. Irfaan Ali, às autoridades do Governo da Guiana e a população guianesa pela hospitalidade estendida a eles e às suas delegações durante o período em que estiveram no país.

Adotada em Georgetown, em 29 de fevereiro de 2024.

Nota à imprensa nº 88, publicada em 29/02/2024

2.2. Comunicado Conjunto adotado durante a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guiana

A convite de Sua Excelência Dr. Mohamed Irfaan Ali, Presidente da República Cooperativa da Guiana e atual Presidente da Conferência dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe (CARICOM), Sua Excelência Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, fez uma visita oficial a Georgetown, Guiana, como Convidado Principal da Quadragésima Sexta Reunião Ordinária dos Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, de 28 a 29 de fevereiro de 2024. Sua Excelência o Presidente Lula estava acompanhado de uma delegação de alto nível, incluindo os Ministros do Planejamento e Orçamento, dos Transportes, da Integração e Desenvolvimento Regional e dos Portos e Aeroportos.

Sua Excelência o Presidente Lula discursou na plenária da 46ª Reunião Ordinária de Chefes de Governo da Comunidade do Caribe, em 28 de fevereiro de 2024, em que abordou questões regionais e internacionais de interesse comum para a CARICOM e o Brasil, em particular o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas, a segurança alimentar e nutricional, a situação no Haiti, entre outras. Também manteve conversas bilaterais com Chefes de Governo da CARICOM.

Os Chefes de Governo da CARICOM relembaram a primeira Cúpula CARICOM-Brasil, realizada em Brasília, em 2010, sob a coliderança do Presidente Lula e do Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit de Dominica, e expressaram seu apreço pela oportunidade de reencontrar o Presidente do Brasil na presente ocasião. Os Chefes de Governo reconheceram a conveniência de a região tomar medidas práticas para estabelecer um programa de cooperação a ser desenvolvido com o Brasil, de modo a implementar o Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e a CARICOM, assinado na Cúpula de Brasília acima mencionada. Também concordaram em impulsionar ainda mais seus vínculos comerciais para que seja alcançado todo o seu potencial. Nesse sentido, reconheceram a importância de uma parceria da CARICOM com o Brasil para a execução da agenda agrícola, alimentar e nutricional da região – a Iniciativa 25x2025.

Sua Excelência o Presidente Dr. Mohamed Irfaan Ali e Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva também mantiveram discussões bilaterais. Os dois líderes examinaram as relações entre os dois países, analisaram o progresso na implementação de compromissos anteriores e se comprometeram com outras ações e medidas práticas para aprofundar e avançar a cooperação bilateral e a agenda de integração. Nesse sentido, tomaram nota positivamente

do conjunto das realizações já alcançadas, como a ponte Tacutu, que liga os dois países.

Os Presidentes relembrou a visita de Sua Excelência o Presidente Lula à Guiana, de 14 a 15 de fevereiro de 2005. Durante essa visita, a importância da conexão rodoviária entre os dois países foi particularmente enfatizada. Os Presidentes ressaltaram a continuada relevância do estabelecimento da ligação rodoviária entre a Guiana e o Brasil.

Os Presidentes reafirmaram seu compromisso mútuo com o pleno desenvolvimento de um programa de parceria entre a Guiana e o Brasil, com o objetivo de aumentar a prosperidade dos dois países e fortalecer a integração regional. Enfatizaram a necessidade de dar maior ímpeto à implementação dos compromissos assumidos por ambas as partes para o avanço da agenda de cooperação e integração bilateral, sublinhando a importância de monitoramento efetivo e avaliação das iniciativas acordadas.

Os Presidentes designaram seus respectivos Vice-Presidentes como responsáveis pela coordenação da implementação da agenda bilateral de cooperação e integração. Os dois lados trabalharão para organizar uma missão da Guiana ao Brasil, composta por funcionários do governo e do setor empresarial, com o objetivo de expandir o comércio e o investimento entre os dois países, que ocorrerá no segundo trimestre de 2024.

Os Presidentes também aproveitaram a oportunidade para discutir com o Presidente Chandrikapersad Santokhi, do Suriname, algumas iniciativas em nível trilateral, nas áreas de infraestrutura, energia e cooperação no combate a atividades ilícitas transnacionais, que estão refletidas em um Comunicado Conjunto à parte.

Além disso, Sua Excelência o Presidente Dr. Mohamed Irfaan Ali e Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva concordaram em realizar as seguintes ações, com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral entre a Guiana e o Brasil:

1. Reavivar os Grupos de Trabalho Ministeriais estabelecidos para promover os compromissos bilaterais entre os dois países.
2. Ampliar a cooperação em agricultura e segurança alimentar, por meio do compartilhamento de informações e melhores práticas, maior colaboração entre suas respectivas instituições de pesquisa e promoção de investimentos.

3. Implementar plenamente o Acordo Internacional de Transporte Rodoviário (IRTA) entre a Guiana e o Brasil.
4. Encorajar o reestabelecimento da conectividade aérea entre os dois países.
5. Avançar o processo de implementação do Memorando de Entendimento (MoU) assinado em novembro de 2020 para os Estudos de Viabilidade Técnica para a instalação de uma ligação de fibra ótica entre a Guiana e o Brasil.
6. Expandir as disposições do Acordo de Escopo Parcial.
7. Trabalhar para a plena operacionalização do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.
8. Fortalecer o diálogo bilateral e a colaboração em questões de fronteira, consulares e migratórias.
9. Convocar a Comissão Mista de Fronteiras Guiana/Brasil, com o objetivo de dar continuidade às atividades de demarcação de fronteiras entre os dois países.
10. Promover consultas sobre paz e segurança, inclusive por meio de suas missões permanentes na ONU.
11. Explorar uma estrutura de engajamento entre o Brasil e a Comunidade do Caribe que busque contribuir para aumentar a segurança alimentar na região e avançar a Agenda de Sistemas Agroalimentares da CARICOM, de acordo com o recém-aprovado Plano CELAC de Segurança Alimentar e Nutricional e Erradicação da Fome 2030 (FSN CELAC Plan 2030).
12. Promover iniciativas de cooperação sul-americana, sob a liderança de diferentes países da região, abertas à participação de todos, nas áreas de saúde, agricultura familiar, meio ambiente, infraestrutura, energia, transformação digital, defesa e segurança.

Os dois Presidentes ressaltaram que o direito internacional, os direitos humanos, a democracia, a justiça social, o estado de direito e o desenvolvimento sustentável são pilares fundamentais para uma região pacífica e próspera. Com esse objetivo, reiteraram seu compromisso inabalável de garantir que a América Latina e o Caribe continuem sendo uma Zona de Paz e cooperação.

Os dois Presidentes também discutiram questões de interesse regional e internacional, incluindo as situações no Haiti, na Ucrânia e em Gaza. Ambos os

Presidentes expressaram sua profunda preocupação com a dramática situação humanitária em Gaza e reiteraram seu apelo por um cessar-fogo imediato e pela retomada do processo de paz.

Reafirmaram a necessidade urgente de uma solução de dois Estados, com um Estado viável da Palestina vivendo lado a lado com Israel em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e reconhecidas internacionalmente. Também reiteraram seu apoio inabalável à acesso plena da Palestina à ONU.

O Presidente Ali expressou seu agradecimento ao Presidente Lula e ao Governo do Brasil pelo apoio consistente e de princípios em favor da solução pacífica de controvérsias na região sul-americana, em conformidade com o direito internacional. O Presidente Ali também agradeceu ao Brasil pelo papel fundamental de facilitador que está desempenhando no diálogo para a paz e a cooperação entre a Guiana e a Venezuela, no contexto da Declaração de Argyle.

O Presidente Ali felicitou o Brasil por ter assumido a presidência do G20, elogiando suas prioridades anunciadas de promover a inclusão social e combater a fome, a pobreza e a desigualdade; combater as mudanças climáticas, promover a transição energética e o desenvolvimento sustentável; e reformar as instituições globais. Nesse contexto, o Presidente Lula convidou a Guiana a considerar a possibilidade de se juntar à futura Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que galvanizará esforços unificados para enfrentar essas questões críticas.

O Presidente Ali também felicitou o Presidente Lula pelo fato de o Brasil sediar a muito esperada 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) em 2025, na cidade de Belém, e prometeu seu apoio.

Ao concluir suas discussões, ambos os Presidentes expressaram sua total satisfação com os resultados de seu diálogo. Além disso, manifestaram sua convicção de que as decisões tomadas para avançar a cooperação em assuntos bilaterais, regionais e internacionais são testemunho da vontade política de ambos os Presidentes e da visão para o desenvolvimento econômico e social dos povos da Guiana e do Brasil.

Ao final da reunião, o Presidente Lula agradeceu a Sua Excelência o Presidente Ali pela gentil hospitalidade oferecida a ele e sua delegação.

Nota à imprensa nº 89, publicada em 29/02/2024

2.3. Declaração sobre a Política Externa Feminista da América Latina e do Caribe

Os Governos da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, e República Dominicana, reunidos por ocasião da VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), celebrada na cidade de Kingstown, São Vicente e Granadinas, em 1º de março de 2024;

Reiterando os compromissos de igualdade de gênero estabelecidos nas declarações da Cidade do México (2021) e de Buenos Aires (2023), que reafirmam o compromisso da CELAC de promover a igualdade de gênero, bem como as condições necessárias para alcançar o pleno exercício dos direitos humanos e o gozo das liberdades fundamentais, e que afirmam a corresponsabilidade de gênero em matéria de cuidados, que decorre de obrigações internacionais consagradas na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e na Convenção sobre os Direitos da Criança, entre outras;

Inspirados pelo compromisso de nossas nações com a igualdade de gênero e o respeito à diversidade como parte fundamental dos direitos humanos e condição imprescindível para alcançar sociedades igualitárias, equitativas, prósperas, pacíficas e sustentáveis, bem como pelo compromisso de contribuir para a redução das disparidades de gênero e promover o empoderamento e a autonomia econômica das mulheres em toda a sua diversidade;

Reafirmando nosso compromisso com os instrumentos internacionais em matéria de direitos humanos, incluindo aqueles relacionados a direitos econômicos das mulheres, jovens e meninas, e com o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 5, referente a alcançar a igualdade entre os gêneros e a empoderar todas as mulheres e meninas;

Reconhecendo que a participação igualitária das mulheres em todos os espaços e níveis da vida pública e política contribui para o desenvolvimento econômico e sustentável de nossas economias e pressupõe uma obrigação dos Estados de garantir seu pleno exercício, constituindo-se em uma condição necessária para o cumprimento dos objetivos da Declaração Universal dos Direitos Humanos de igualdade de direitos e dignidade para todos;

DECLARAMOS NOSSO COMPROMISO PARA:

1. Eliminar todas as formas de violência e de discriminação contra as mulheres em toda a sua diversidade, jovens e meninas, a partir de programas concretos, planejamento e financiamento com enfoque

de gênero que deem seguimento eficaz para prevenir e punir esse fenômeno.

2. Tomar medidas para eliminar toda forma de violência de gênero online, criando um ambiente de trabalho seguro e livre de violência para as mulheres que trabalham com política externa.
3. Incentivar, a partir da política externa, ações governamentais para reduzir e para eliminar diferenças estruturais, disparidades e desigualdades de gênero, a fim de construir uma sociedade mais justa, igualitária e próspera.
4. Criar espaços significativos para suas vozes, assegurando que suas opiniões e conhecimentos sejam levados em conta na formulação de políticas e na implementação de estratégias internacionais.
5. Concretizar iniciativas para a paridade e para a igualdade de gênero na América Latina e no Caribe, para tornar visível e para fortalecer a contribuição, o acesso pleno e igualitário das mulheres na tomada de decisões e nas lideranças, em todos os níveis, para fomentar uma participação paritária no serviço exterior e na política externa de nossos países, com vistas a fomentar uma política externa que proteja os direitos humanos das mulheres; e
6. Solicitar a colaboração ativa das organizações internacionais e da sociedade civil para eliminar as barreiras que impedem a plena participação de todas as mulheres na tomada de decisões em nível global.

Nota à imprensa nº 96, publicada em 02/03/2024

2.4. Declaração Conjunta Brasil–Espanha

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez, mantiveram na data de hoje, em Brasília, reunião no marco da Associação Estratégica estabelecida entre ambos os países em 2003 e reforçada nas Declarações de Brasília, de 2005 e 2017, e na Declarações de Madri de 2012 e de 2023. Durante o encontro, ambos os Presidentes:

1. Examinaram o bom andamento das relações bilaterais e celebraram o início de uma nova fase de colaboração dinâmica, confiantes no fortalecimento da parceria estratégica entre Brasil e Espanha.

2. Registraram os avanços com vistas à realização, sob a presidência da Espanha, da primeira reunião da Comissão Permanente Bilateral (CPB), criada em maio de 2021. Em especial, saudaram a adoção pelos dois países de Mapa do Caminho, anexo a este documento, que orientará os trabalhos da Comissão.
3. Trataram de temas prioritários para ambos os países, entre os quais a defesa da democracia; o combate à desinformação e ao discurso de ódio; a promoção da igualdade racial; a regulação das plataformas digitais e seus impactos no mercado de trabalho; e a cooperação no combate ao crime organizado.
4. Concordaram em continuar a promover a cooperação bilateral, com base no Mapa do Caminho, em áreas como coordenação política; comércio, investimentos, infraestrutura e finanças; cooperação internacional para o desenvolvimento; defesa; educação, cultura, inclusive o ensino das línguas portuguesa e espanhola, e turismo; meio ambiente; ciência, tecnologia e inovação; assuntos consulares, migratórios, sociais e trabalhistas; e luta contra a criminalidade.
5. Congratularam-se pelo bom nível das relações econômicas bilaterais e manifestaram o seu compromisso de continuar a promovê-las. Reconheceram a importância dos investimentos de empresas de ambos os países, comprometidas com o desenvolvimento econômico-social recíproco.
6. Discutiram questões regionais, como as relações entre a América Latina e a União Europeia; a guerra na Ucrânia; a crise no Oriente Médio, em particular a grave situação humanitária em Gaza e as perspectivas de avanço de uma solução de dois Estados; e as negociações para a conclusão do acordo Mercosul-UE.
7. Examinaram temas globais, entre os quais aqueles escolhidos como prioridades da presidência brasileira do G20: combate à fome, à pobreza e à desigualdade e a Aliança Global voltada para esses objetivos; desenvolvimento sustentável, meio ambiente, mudança do clima e transição energética; e a reforma das instituições de governança global.
8. Reiteraram o compromisso com a defesa do direito internacional, inclusive os propósitos e princípios na Carta das Nações Unidas, como sua pedra angular indispensável, e com o papel central das Nações Unidas no sistema internacional. Reafirmaram o compromisso

de promover a democratização das relações internacionais, o multilateralismo e a solução pacífica dos conflitos.

9. Durante a visita, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Memorando de entendimento entre o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência, Inovação e Universidades do Reino da Espanha sobre cooperação em matéria de Ciência, Tecnologia e Inovação; Memorando de entendimento assinado entre a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP e o Instituto Nacional de Administração Pública do Reino da Espanha – INAP destinado à Formação e Aperfeiçoamento de Pessoas no Âmbito da Escola Virtual de Governo – EV.G; Memorando de Entendimento entre o Instituto de Saúde Carlos III – Reino da Espanha e a Fundação Oswaldo Cruz – República Federativa do Brasil; e Memorando de entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Economia, Comércio e Empresa – HISPASAT S.A. e Telebrás.

Ao agradecer a calorosa acolhida recebida no Brasil, o Presidente Sánchez convidou o Presidente Lula para nova visita à Espanha, em data a ser acordada pelos canais diplomáticos.

Nota à imprensa nº 107, publicada em 06/03/2024

2.5. Declaração de Seguimento da Parceria Estratégica Renovada Brasil-Espanha

Por ocasião da visita ao Brasil do Presidente do Governo da Espanha, procedeu-se a uma avaliação do andamento da Parceria Estratégica Renovada Brasil-Espanha, acordada em Madri, em abril de 2023. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Pedro Sánchez constataram a solidez e a intensidade das relações bilaterais entre ambos os países, que abarcam ampla agenda de assuntos em todos os setores. Em razão disso, reiteraram a conveniência de se fortalecer os instrumentos de diálogo bilateral previstos na Declaração de Madri de 2012 e no Memorando de Entendimento de Brasília de 2021.

Nesse sentido, ambos os Presidentes decidem estabelecer o seguinte Mapa do Caminho para a Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha:

Reunir, em anos alternados, a Comissão Permanente, presidida pelos titulares do Ministério de Negócios Exteriores, União Europeia e Cooperação

da Espanha e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Poderão ser convidados a participar nas reuniões da Comissão Ministerial os titulares de outros Ministérios responsáveis por dossiês setoriais, quando a agenda da Comissão assim o aconselhe. A primeira sessão da Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha terá lugar em Madri, em 2024.

Manter, nos anos em que não se realize uma Comissão Permanente Bilateral, reuniões de consultas políticas em nível de vice-ministros e secretários.

Continuar com a realização regular das subcomissões e comissões setoriais, cujos resultados formarão parte da agenda da Comissão Permanente Bilateral.

A Comissão Permanente Bilateral Brasil-Espanha deverá abordar as seguintes áreas de trabalho:

1. Assuntos políticos bilaterais, regionais e multilaterais

Após análise do estado das relações bilaterais e da agenda regional e global, foram assumidos os seguintes compromissos:

- a. Promover a aproximação entre a União Europeia e a América Latina e o Caribe e coordenar esforços no sentido da implementação dos compromissos assumidos na Cúpula UE-CELAC, realizada em 2023.
- b. Concertar posições e manter um diálogo contínuo para facilitar a conclusão das negociações de um acordo Mercosul-EU.
- c. Colaborar estreitamente nos trabalhos do G20, no qual a Espanha participa em sua qualidade de convidada permanente, apoiando as prioridades da presidência brasileira do Grupo, sobretudo as iniciativas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, da Força-Tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima, e de Chamado à Ação em favor da Reforma da Governança Global.
- d. Consultar-se e coordenar-se em todos os demais assuntos da agenda internacional de interesse comum.

2. Comércio, investimentos, infraestrutura e finanças

Serão discutidas medidas que incentivem os fluxos comerciais e de investimento entre os dois países. Nomeadamente:

- a. Serão examinadas as dificuldades técnicas na exportação para o Brasil de certos produtos animais, que estariam dando lugar a atrasos no acesso ao mercado.

- b. Tendo em conta a importância do investimento espanhol no Brasil e sua relevância em termos de criação de empregos e de riqueza, será avaliada a conveniência de uma comunicação regular entre esses investidores e o Governo, para que possam transmitir suas preocupações ou sugestões relativas aos setores em que operam.
- c. Serão analisados os projetos do Governo brasileiro para os próximos anos no âmbito da construção e modernização de equipamentos, como os incluídos na iniciativa “Novo Programa de Aceleração do Crescimento” apresentada em 2023, relativa ao desenvolvimento de infraestrutura e equipamentos, com financiamento público e privado, a executar prioritariamente até 2026. As empresas espanholas de infraestrutura estão comprometidas com esse setor e participam ativamente no mercado brasileiro, seja como empreiteiras de obras públicas, seja investindo e contribuindo com sua tecnologia e capacidade de gestão em projetos público-privados e concessões. Em particular, seguem de especial interesse projetos relacionados com transição energética, gestão da água e saneamento, e desenvolvimento sustentável, nos quais têm experiência e referências comprovadas nos mercados internacionais.

Registra-se a importante reforma tributária aprovada no Brasil em 2023, que a Espanha apoiou ativamente, bem como a excelência da colaboração entre as administrações fiscais de ambos os países, nas suas mais diversas manifestações e níveis, colaboração que deverá crescer e intensificar-se no futuro. Os dois países congratulam-se pela celebração, em 2024, do 50º aniversário da assinatura da Convenção destinada a Evitar a Dupla Tributação entre Espanha e Brasil, sinal inequívoco da tradicional vocação de entendimento entre os dois países em matéria fiscal.

3. Cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável

Estão sendo implementados os compromissos de cooperação assumidos na reunião entre a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), realizada em Madri à margem da visita do Presidente do Brasil à Espanha em 2023. Durante a referida reunião, foi acordado um ambicioso mapa do caminho de colaboração nas modalidades de cooperação bilateral, triangular/trilateral, sub-regional e regional, incluindo a cooperação descentralizada.

As prioridades identificadas estão em linha com as demandas de nossas sociedades: igualdade de gênero, igualdade racial, proteção dos direitos dos

povos indígenas e afrodescendentes, coesão e inclusão social, combate à mudança do clima, proteção do meio ambiente e da biodiversidade, segurança alimentar e nutricional, agricultura, desastres naturais, saúde, educação, administração pública, energia, pesca e aquicultura.

4. Defesa

Em matéria de defesa, as relações bilaterais continuarão a se materializar por meio de comissões mistas bienais. A próxima comissão mista, que ocorrerá em Brasília em junho de 2024, estabelecerá um novo Programa de Cooperação Bilateral por dois anos, com posterior monitoramento das atividades.

Ambos os Ministérios da Defesa manterão sua colaboração em educação militar, participação e observadores em exercícios de treinamento, bem como troca de informações e outras áreas de interesse de defesa (indústria de defesa, inteligência militar, emergências e defesa cibernética).

São igualmente reconhecidas as atividades do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Cooperação Industrial na Área de Defesa, cuja próxima reunião ocorrerá em 21 e 23 de abril de 2024.

5. Educação, cultura e turismo

Constatou-se a fluida relação entre ambas as sociedades civis e a multiplicidade de expressões culturais, intercâmbios educativos e o tráfego turístico que os dois países compartilham. Tal constatação refletiu-se nos seguintes compromissos:

- a. Apoiar a formação de professores brasileiros que lecionam em espanhol. A fim de melhorar a eficácia da colaboração na capacitação e formação de professores, acorda-se constituir um grupo de trabalho ad hoc para sistematizar os esforços e instrumentos disponíveis.
- b. Apoiar a formação de professores de língua portuguesa, tendo em conta a promoção do bilinguismo no espaço ibero-americano. A fim de tornar efetiva a capacitação mútua de professores, acorda-se promover as atividades dos Leitores Guimarães Rosa nas universidades espanholas e da unidade do Instituto Guimarães Rosa na Espanha. Na mesma linha, concorda-se em apoiar a presença de leitores espanhóis em universidades e instituições educacionais brasileiras.
- c. Fomentar a cooperação entre os sistemas universitários de ambos os países, expandindo e explorando conexões de iniciativas de

dupla diplomação, intercâmbio e pesquisa conjunta, cátedras e leitorados, entre outras. Nesse sentido, atuar na implementação do Memorando de Entendimento sobre o assunto concluído em 2023.

- d. Promover relações e expressões culturais recíprocas, incluindo o ensino de idiomas, por meio dos respectivos programas culturais institucionais e das atividades dos Institutos Cervantes e do Instituto Guimarães Rosa e da Casa do Brasil na Espanha.
- e. Desenvolver o memorando de entendimento para uma aliança entre a Espanha e o Brasil no campo do turismo, assinado em Madri em 2023, especificando ações em áreas de interesse comum para os respectivos setores de turismo.

6. Ciência, tecnologia e inovação

Constatou-se o grande potencial em matéria de cooperação técnica e científica e acordou-se:

- a. Avançar no campo da cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação entre a Espanha e o Brasil, em setores estratégicos como meio ambiente e mudança climática, transição energética, pesquisa em saúde, transformação digital, pesquisa e desenvolvimento espacial ou outras áreas de interesse comum, de acordo com o conteúdo do Memorando de Entendimento assinado entre os respectivos ministérios durante esta visita.
- b. Envidar todos os esforços para promover o estabelecimento de chamadas conjuntas bilaterais ou multilaterais entre eles ou com a participação de terceiras entidades, por meio das agências de financiamento correspondentes do sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação de ambos os países.
- c. Saudar a cooperação tecnológica entre instituições públicas de ambos os países que promovem a inovação, com vistas à plena implementação do Memorando de Entendimento assinado entre o Centro de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CDTI) da Espanha e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) do Brasil, para incentivar maior colaboração entre empresas brasileiras e espanholas.
- d. Avançar na cooperação técnica e científica no campo da pesquisa em saúde em áreas tais como medicina de precisão, doenças

infecciosas, epidemiologia, vigilância e saúde digital, com base na assinatura do Memorando de Entendimento entre o Instituto de Saúde Carlos III (ISCIII) da Espanha e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) do Brasil.

- e. Promover o bilinguismo espanhol e português, especialmente no campo da divulgação e da formação científicas, de acordo, respectivamente, com o plano adotado na Cúpula Ibero-Americana de São Domingos, em março de 2023, e com a Declaração da V Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação, realizada em Santiago de Compostela, em novembro de 2022. Ambos os países se comprometem a monitorar e a promover seus objetivos junto à Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB).
- f. Seguir apoiando, desde ambos os países, o Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (CYTED) para que continue a ser um importante instrumento de cooperação científica e tecnológica da Conferência Ibero-Americana, fornecendo os recursos necessários, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários.
- g. Tomar nota da criação, em 2022, da Associação de Cientistas Espanhóis no Brasil (ACEBRA), a qual demonstra a densidade dos vínculos científicos entre ambos os países, tanto entre os organismos públicos de pesquisa de ambos os países, como no âmbito universitário e de pesquisa aplicada nas empresas. Ambos os países promoverão e acompanharão suas atividades.

7. Meio Ambiente

Tomou-se nota dos seguintes compromissos:

- a. Manter estreita coordenação na agenda de mudança climática para alcançar resultados ambiciosos que permitam uma transição justa e avançar na agenda de adaptação e da resiliência climática. A Espanha trabalhará para apoiar os esforços do Brasil no contexto da preparação da Cúpula do Clima (COP30) em Belém em 2025.
- b. Explorar perspectivas bilaterais de financiamento climático e trabalhar para garantir o fornecimento de financiamento climático por parte dos países desenvolvidos, para que os países em desenvolvimento realizem ações de mitigação e adaptação.

- c. Implementar e desenvolver o recente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica em segurança e gestão de recursos hídricos e no setor de regulação de serviços de saneamento e melhoria da eficiência hídrica, com o objetivo de garantir os direitos humanos à água e ao saneamento para todas as pessoas.
- d. Desenvolver linhas de cooperação em segurança energética, por meio da promoção de projetos conjuntos em energias renováveis, eficiência energética, eletrificação e desenvolvimento conjunto de novos vetores energéticos, como o hidrogênio de baixa emissão e o armazenamento.
- e. Promover reuniões de alto nível entre ambos os Ministérios do Meio Ambiente e da Transição Ecológica para manter a coordenação entre as agendas dos dois países em questões de interesse comum.

8. Assuntos consulares, migratórios e trabalhistas

Tomou-se nota da boa cooperação nessas áreas e dos seguintes compromissos:

- a. Estabelecer um diálogo regular em nível técnico-consular sobre a luta contra a discriminação racial, com atenção especial ao setor esportivo, a fim de erradicar suas intoleráveis manifestações.
- b. Concluir os trabalhos para a ratificação do Acordo de 2010 sobre a simplificação da extradição.
- c. Estabelecer uma mesa de trabalho em Brasília e em Madri com o objetivo de facilitar, quando necessário, a melhoria das condições carcerárias dos respectivos cidadãos.
- d. Aperfeiçoar a implementação da Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis da Subtração Internacional de Menores.
- e. Prosseguir com a cooperação no campo da Seguridade Social no âmbito da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social, da qual ambos os países são partes, e do Convênio de Seguridade Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Espanha (em benefício dos trabalhadores que estejam ou tenham estado sujeitos à legislação de um ou de ambos os Estados, bem como de seus familiares beneficiários e requerentes legítimos), e continuar a colaboração por meio de assistência técnica no campo do Trabalho e da Seguridade Social e da implementação do MOU assinado em julho de 2023.

9. Luta contra a criminalidade

Tomou-se nota ainda dos compromissos de:

- a. Realizar, com a brevidade possível, a Comissão Mista sobre a luta contra a criminalidade prevista na Convenção de 2007 sobre a matéria. A esse respeito, ambos os países identificaram como áreas a serem exploradas: tráfico de drogas, portos e rotas marítimas mais frequentemente utilizados por organizações criminosas e o surgimento de novas drogas em mercados ilícitos; luta contra o financiamento ilícito do crime organizado e grave e contra as economias criminosas que o sustentam; e recuperação e gestão de ativos criminosos. São também questões de interesse comum aquelas relacionadas ao combate e à prevenção da violência de gênero e ao treinamento e intercâmbio de melhores práticas nesse campo.
- b. Continuar a colaborar na prevenção, detecção e preparação de resposta no contexto da segurança cibernética e das ameaças híbridas que comprometem a segurança e os direitos fundamentais dos cidadãos.
- c. Dar seguimento à cooperação técnico-policial no campo da formação para o combate ao crime organizado, o terrorismo, o tráfico de seres humanos, a violência de gênero, a corrupção, a segurança nas estradas, entre outras questões.

Nota à imprensa nº 107, publicada em 06/03/2024

2.6. Declaração Conjunta dos Líderes do Brasil, Estados Unidos, Argentina, Áustria, Bulgária, Canadá, Colômbia, Dinamarca, França, Alemanha, Polônia, Portugal, Romênia, Sérvia, Espanha, Tailândia e Reino Unido sobre Gaza

Como líderes de países profundamente preocupados com os reféns detidos pelo Hamas em Gaza, incluindo muitos dos nossos próprios cidadãos, apoiamos totalmente o movimento rumo a um cessar-fogo e a um acordo de libertação de reféns agora sobre a mesa e conforme delineado pelo Presidente Biden em 31 de maio de 2024. Não há tempo a perder. Apelamos ao Hamas para fechar este acordo, que Israel está pronto para avançar, e iniciar o processo de libertação dos nossos cidadãos.

Observamos que este acordo levaria a um cessar-fogo imediato e à reabilitação de Gaza, juntamente com garantias de segurança para Israel e oportunidades para uma paz mais duradoura e a longo prazo e uma solução de dois Estados. Neste momento decisivo, apelamos aos líderes de Israel, bem como ao Hamas, para que assumam todos os compromissos finais necessários para fechar este acordo e trazer alívio às famílias dos nossos reféns, bem como às pessoas de ambos os lados deste terrível conflito, incluindo as populações civis. É hora de a guerra acabar e este acordo é o ponto de partida necessário.

Nota à imprensa nº 238, publicada em 06/06/2024

3. DISCURSOS

3.1. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Reunião Ministerial de Países Latino-Americanos membros da OMC – Santiago do Chile, 26 de janeiro de 2024

Prezado Ministro Alberto Van Klaveren Stork,

Senhoras e senhores,

O Brasil considera esta reunião regional extremamente oportuna para enfrentar os desafios do comércio internacional e se preparar para a próxima reunião ministerial da OMC, MC13. Juntos, certamente teremos mais força para defender os nossos interesses e aspirações comuns.

A integração regional é uma prioridade do Presidente Lula e a construção de uma visão regional para a OMC dialoga perfeitamente com este objetivo crucial para todos nós.

Como país em desenvolvimento, o Brasil deseja uma OMC fortalecida e modernizada, que incorpore plenamente em sua agenda a perspectiva do desenvolvimento, particularmente do desenvolvimento sustentável, em suas três dimensões: ambiental, econômica e social.

O desenvolvimento sustentável está claramente no centro de muitas das questões mais prementes que a comunidade internacional enfrenta hoje, inclusive no que diz respeito ao comércio internacional.

O nosso objetivo para a MC13 – e mais além – é ter um sistema comercial multilateral que esteja preparado para os desafios econômicos e sociais de hoje, sem negligenciar questões que têm sido discutidas há muitos anos e que têm um amplo impacto econômico e social nos nossos países, como a agricultura.

Aliás, é uma alegria e uma grande conquista para a região que a nossa coordenação na agricultura esteja cada vez mais forte. Acredito que a América Latina esteja avançando rapidamente para ocupar um papel especial não só

na dinâmica da OMC na agricultura, mas também como uma região chave para garantir a segurança alimentar em nível global.

Na OMC, frequentemente ocorrem tentativas de relegar a agricultura a um segundo plano. A nossa região tem de se unir e demonstrar que nessa questão existem convergências possíveis e que devem ser produzidos resultados concretos imediatos.

Senhoras e senhores,

A discussão sobre a distribuição uniforme dos benefícios do comércio entre a população é outra questão da dimensão social do desenvolvimento em que a nossa região pode se destacar.

A grande maioria dos membros do Acordo Global sobre Comércio e Gênero, por exemplo, são países latino-americanos. O Brasil anunciou recentemente sua decisão de aderir a este acordo.

Esta é uma decisão centrada no fortalecimento da participação feminina nos fluxos comerciais e de investimento e na promoção do seu empoderamento econômico. Acredito que podemos ter progressos concretos na MC13 nessa área.

Ainda não podemos esquecer a questão do preocupante aumento do protecionismo em todo o mundo. A utilização de questões ambientais como cobertura para medidas protecionistas é um dos motores desta tendência.

A sustentabilidade ambiental é uma prioridade máxima, mas não pode ser utilizada como justificativa para o protecionismo.

Um acordo abrangente sobre subsídios à pesca, com tratamento especial e diferenciado eficaz, é uma forma de a OMC demonstrar que o comércio e o meio-ambiente podem e devem andar de mãos dadas.

Por outro lado, as medidas unilaterais corroem os pilares fundamentais dos acordos ambientais e ameaçam a própria viabilidade do sistema comercial multilateral. Estas medidas desequilibram as concessões multilaterais duramente negociadas na OMC há muito tempo e afetam principalmente as exportações dos países em desenvolvimento.

O Brasil acredita que o comércio, a política industrial e a política climática podem apoiar-se mutuamente e constituir um fator-chave para alcançar altos níveis de bem-estar social, promover uma transformação verde em nossas economias e alcançar o desenvolvimento sustentável.

É essencial que os países em desenvolvimento se juntem efetivamente à revolução tecnológica e produtiva necessária para garantir a sustentabilidade

do nosso planeta – e dessa vez não apenas como exportadores de matérias-primas. A OMC pode e deve contribuir para alcançar este resultado.

O Brasil também considera prioritário continuar avançando no cumprimento do mandato de restabelecer o sistema de solução de controvérsias.

A paralisia do Órgão de Apelação e o enfraquecimento do sistema de solução de controvérsias não são do interesse dos países em desenvolvimento.

Com uma ação coordenada, a nossa região dará uma contribuição muito importante não só para o sucesso da MC13, mas também para a revitalização da própria OMC. O Brasil continua pronto para se juntar a toda a região na realização desse objetivo essencial para o nosso povo.

Muito obrigado.

3.2. Discurso do Presidente Lula durante abertura da 37ª Cúpula da União Africana – Adis Abeba, Etiópia, 17 de fevereiro de 2024

É com grande alegria que volto pela vigésima primeira vez à África, agora novamente como Presidente do Brasil, para me dirigir aos líderes da União Africana. Venho para reafirmar a parceria e o vínculo do nosso país e do nosso povo com este continente irmão.

A luta africana tem muito em comum com os desafios do Brasil. Mais da metade dos 200 milhões de brasileiros se reconhecem como afrodescendentes. Nós, africanos e brasileiros, precisamos traçar nossos próprios caminhos na ordem internacional que surge.

Precisamos criar uma nova governança global, capaz de enfrentar os desafios do nosso tempo.

Já não vigoram as teses do Estado mínimo. Planejar o desenvolvimento agrícola e industrial voltou a ser parte das políticas públicas em todos os quadrantes.

As transições energética e digital demandam o incentivo e a orientação dos governos.

Tentativas de restituir um sistema internacional baseado em blocos ideológicos não possuem lastro na realidade. A multipolaridade é um componente inexorável e bem-vindo do século XXI. A consolidação do BRICS como principal espaço de articulação dos países emergentes é um avanço inegável.

Sem os países em desenvolvimento não será possível a abertura de novo ciclo de expansão mundial, que combine crescimento, redução das desigualdades e preservação ambiental, com ampliação das liberdades.

O Sul Global está se constituindo em parte incontornável da solução para as principais crises que afligem o planeta.

Crises que decorrem de um modelo concentrador de riquezas, e que atingem sobretudo os mais pobres – e entre estes, os imigrantes. A alternativa às mazelas da globalização neoliberal não virá da extrema direita racista e xenófoba. O desenvolvimento não pode ser privilégio de poucos.

Só um projeto social inclusivo nos permitirá erigir sociedades prósperas, livres, democráticas e soberanas. Não haverá estabilidade nem democracia com fome e desemprego.

O momento é propício para resgatar as melhores tradições humanistas dos grandes líderes da descolonização africana.

Ser humanista hoje implica condenar os ataques perpetrados pelo Hamas contra civis israelenses, e demandar a liberação imediata de todos os reféns. Ser humanista impõe igualmente o rechaço à resposta desproporcional de Israel, que vitimou quase 30 mil palestinos em Gaza – em sua ampla maioria mulheres e crianças – e provocou o deslocamento forçado de mais de 80% da população.

A solução para essa crise só será duradoura se avançarmos rapidamente na criação de um Estado palestino. Um Estado palestino que seja reconhecido como membro pleno das Nações Unidas.

De uma ONU fortalecida e que tenha um Conselho de Segurança mais representativo, sem países com poder de veto, e com membros permanentes da África e da América Latina. Há dois anos a guerra na Ucrânia escancara a paralisia do Conselho. Além da trágica perda de vidas, suas consequências são sentidas em todo o mundo, no preço dos alimentos e fertilizantes.

Não haverá solução militar para esse conflito. É chegada a hora da política e da diplomacia.

Senhoras e senhores, com seus 1 bilhão e 500 milhões de habitantes, e seu imenso e rico território, a África tem enormes possibilidades para o futuro. O Brasil quer crescer junto com a África, mas sem ditar caminhos a ninguém.

O povo brasileiro está recuperando sua soberania política e econômica. Estamos adotando um projeto de transformação ecológica, que nos permitirá

dar um salto histórico. Estamos resgatando nossa democracia, tornando-a cada vez mais participativa.

Com o Bolsa Família e outras políticas públicas bem-sucedidas voltaremos a sair do mapa da fome, retirando milhões de brasileiros da pobreza. Falar de “Educação Inclusiva”, tema desta Cúpula, é falar de futuro. No mundo, quase 250 milhões de crianças estão fora da escola. No Brasil, estamos implantando escolas em tempo integral, além do pagamento de uma poupança para os alunos mais pobres do ensino médio, como forma de reduzir a evasão escolar.

Tenho o orgulho de dizer que milhares de africanos concluíram seus estudos no Brasil. Mas vamos fazer ainda mais. Vamos ampliar o número de bolsas ofertadas para receber estudantes africanos em nossas instituições públicas de ensino superior.

Estamos dispostos a desenvolver programas educacionais na África e a promover intenso intercâmbio de professores e pesquisadores. Vamos colaborar para que a África possa se tornar independente na produção de alimentos e energia limpa.

São 400 milhões de hectares espalhados por mais de 25 países, com potencial de fazer deste continente um grande celeiro para o mundo, viabilizando políticas de combate à fome e produção de biocombustíveis.

Quero igualmente estender nossa parceria para a área da saúde. Há muito a aprender com as estratégias sanitárias de ambos os lados, e a possibilidade de estruturar sistemas públicos robustos e de alcance amplo.

Vamos trabalhar com o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças para enfrentar doenças tropicais negligenciadas. Teremos como meta a ampliação do acesso a medicamentos, evitando a repetição do “apartheid” de vacinas que vimos na COVID-19.

Cuidar também da saúde do planeta é nossa prioridade. O imperativo de proteger as duas maiores florestas tropicais do mundo, a Amazônica e a do Congo, nos torna protagonistas na agenda climática.

Os instrumentos internacionais hoje existentes são insuficientes para recompensar de forma eficaz a proteção das florestas, sua biodiversidade e os povos que vivem, cuidam e dependem desses biomas.

Com a recuperação de áreas degradadas, podemos criar um verdadeiro cinturão verde de proteção das florestas do Sul Global. Em conjunto com parceiros africanos, o Brasil quer desenvolver e construir uma família de satélites para monitorar o desmatamento.

Para levar adiante todas essas iniciativas vamos criar um posto avançado de cooperação junto à União Africana em setores como pesquisa agrícola, saúde, educação, meio ambiente e ciência e tecnologia.

Nossa representação diplomática em Adis Abeba contará em breve com funcionários de órgãos governamentais como a Agência Brasileira de Cooperação, a EMBRAPA e a FIOCRUZ, nossos órgãos de pesquisa e desenvolvimento em agropecuária e saúde.

Senhores e senhoras, nossos caminhos vão se reencontrar no G20, no Rio de Janeiro, e na COP 30, em Belém. A presença da União Africana como membro pleno do G20 será de grande valia. Mas ainda é necessário a inclusão de mais países do continente como membros plenos. Temos agendas comuns a defender.

É inadmissível que um mundo capaz de gerar riquezas da ordem de US\$ 100 trilhões de dólares por ano conviva com a fome de mais de 735 milhões de pessoas. Estamos criando no G20 a Aliança Global contra a Fome, para impulsionar um conjunto de políticas públicas e mobilizar recursos para o financiamento dessas políticas.

Cerca de 60 países, muitos deles na África, estão próximos da insolvência e destinam mais recursos para o pagamento da dívida externa do que para a educação ou a saúde. Isso reflete o caráter obsoleto das instituições financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, que muitas vezes agravam crises que deveriam resolver.

É preciso buscar soluções para transformar dívidas injustas e impagáveis em ativos concretos, como rodovias, ferrovias, hidroelétricas, parques de energia eólica e solar, produção de hidrogênio verde e redes de transmissão de energia. Precisamos acompanhar passo a passo a evolução das novas tecnologias.

A Inteligência Artificial não pode tornar-se monopólio de poucos países e empresas. Mas podem também constituir-se em terreno fértil para discursos de ódio e desinformação, além de causar desemprego e reforçar vieses de raça e gênero, que acentuam injustiças e discriminação.

O Brasil vai promover a interação do G20 com o Painel de Alto Nível criado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para apoiar as discussões sobre o Pacto Digital Global.

Esperamos, com isso, contribuir para uma governança efetiva e multilateral em Inteligência Artificial e que incorpore plenamente os interesses do Sul Global.

Minhas amigas e meus amigos, quero terminar dizendo que não há Sul Global sem a África.

Retomar a aproximação do Brasil com a África é recuperar laços históricos e contribuir para a construção de uma nova ordem mundial, mais justa e solidária. Permite-nos, sobretudo, somar esforços na superação dos desafios que temos à frente.

Muito obrigado.

3.3. Discurso do Ministro Mauro Vieira por ocasião da reunião de ministros de Relações Exteriores do G20 – Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2024

Senhoras e senhores Ministros de Relações Exteriores,

Representantes de Organizações Internacionais,

Chefes de Delegação,

Senhoras e senhores,

Gostaria, antes de mais nada, de dar as boas-vindas a todos ao Brasil para a primeira Reunião de Ministros das Relações Exteriores do G20 deste ano.

O Rio de Janeiro ocupa um lugar especial no coração de todos os brasileiros. Espero que suas agendas permitam algum tempo para visitar esta bela cidade durante sua estada no país.

Como anunciado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula de Líderes de Nova Delhi em setembro passado, a Presidência do Brasil no G20 tem como foco três prioridades principais: 1) o combate à fome, pobreza e desigualdade; 2) o desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental); e 3) a reforma da governança global.

Nesta reunião, a Presidência Brasileira do G20 propõe que nos concentremos na terceira prioridade estabelecida pelo Presidente Lula: a reforma da governança global.

Antes de prosseguirmos com esse tema, permitam-me apenas reiterar a importância que o Brasil atribui à promoção da inclusão social, ao combate

à fome e à pobreza e à realização do desenvolvimento sustentável, que serão abordados mais a fundo em outras reuniões.

Em particular, gostaria de fazer um apelo a todos vocês para que prestem especial atenção e deem apoio às discussões em curso com o objetivo de lançar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, uma prioridade-chave de nossa presidência no G20. Meu país gostaria de contar com o apoio de todos os membros, países convidados e organizações internacionais para que, na Cúpula de Líderes do Rio de Janeiro, em novembro próximo, as vinte maiores economias do mundo possam anunciar uma contribuição efetiva para erradicar a fome no mundo.

Prezados colegas,

Esta reunião terá dois itens de agenda. Hoje discutiremos o papel que o G20 pode desempenhar no tratamento das tensões internacionais em curso e amanhã nos aprofundaremos no tema da reforma da governança global.

Iniciaremos agora a primeira sessão. De acordo com a prática do G20, os membros da troika falarão primeiro, seguidos pelos outros membros do G20, pelos países convidados e pelas organizações internacionais. Em cada um desses grupos, a palavra será dada em ordem alfabética, de acordo com o nome em inglês de cada país ou organização.

Peço a colaboração de todos para observarmos o tempo de cinco minutos para as intervenções dos países membros do G20 e de três minutos para os países e as organizações internacionais convidadas.

Passo agora à minha intervenção em capacidade nacional.

Senhoras e senhores Ministros e representantes de Organizações Internacionais,

O G20 é um fórum internacional de crescente relevância. Hoje, questões das mais diversas naturezas integram os debates do grupo.

Como todos sabemos, as Nações Unidas foram criadas como a organização que, por excelência, deve lidar com questões de paz e segurança. O G20, por sua vez, foi concebido como um fórum privilegiado para discussões sobre questões financeiras e de desenvolvimento, com legitimidade e ferramentas para lidar com tais desafios.

Diante do quadro que vivemos, no entanto, este grupo é hoje, possivelmente, o foro internacional mais importante onde países com visões opostas ainda conseguem se sentar à mesa e ter conversas produtivas, sem necessariamente

carregar o peso de posições arraigadas e rígidas que têm impedido avanços em outros foros, como o Conselho de Segurança.

Na nossa visão, o G20 pode e deve desempenhar um papel fundamental para a redução das tensões internacionais, bem como no avanço da agenda de desenvolvimento sustentável.

Caros colegas,

O Brasil está profundamente preocupado com a situação internacional atual no tocante a paz e segurança. Segundo algumas estimativas, atingimos um número recorde de conflitos em andamento no mundo – mais de 170 –, enquanto as tensões geopolíticas também estão aumentando.

O Brasil ocupa um lugar no mundo que nos permite discutir essas mesmas tensões internacionais em qualquer foro internacional. Nossas posições sobre os casos ora em discussão no G20, em particular a situação na Ucrânia e na Palestina, são bem conhecidas e foram apresentadas publicamente nos foros apropriados, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas e a Assembleia Geral das Nações Unidas.

As instituições multilaterais, contudo, não estão devidamente equipadas para lidar com os desafios atuais, como demonstrado pela inaceitável paralisia do Conselho de Segurança em relação aos conflitos em curso. Esse estado de inação implica diretamente perdas de vidas inocentes.

O Brasil não aceita um mundo em que as diferenças são resolvidas pelo uso da força militar. Uma parcela muito significativa do mundo fez uma opção pela paz e não aceita ser envolvida em conflitos impulsionados por nações estrangeiras. O Brasil rejeita a busca de hegemonias, antigas ou novas. Não é do nosso interesse viver em um mundo fraturado.

Em nossa região, um exemplo claro de abordagens divergentes no campo de paz e segurança vem do fato de que o norte está unido em torno de uma aliança militar, enquanto o sul é coberto por diversas camadas e zonas de paz e cooperação, como a ZOPACAS, a OPANAL, a África desnuclearizada sob resolução das Nações Unidas, a própria União Africana e muitos outros exemplos.

A situação absolutamente extraordinária em que todo o Hemisfério Sul do planeta optou por permanecer desnuclearizado é pouco destacada sob a narrativa predominante.

Os casos bem-sucedidos de cooperação pacífica da América Latina, África, Sudeste Asiático e Oceania fazem com que as vozes dessas regiões devam ser ouvidas nos foros relevantes com especial cuidado e atenção.

Prezados colegas,

Sem paz e cooperação, será extremamente difícil alcançarmos a prometida mobilização em larga escala dos recursos necessários para enfrentar as ameaças existenciais que enfrentamos, em particular o combate à pobreza e à desigualdade e a proteção do meio ambiente.

Não é minimamente razoável que o mundo ultrapasse - e muito - a marca de US\$ 2 trilhões em gastos militares a cada ano. A título de comparação, os programas de ajuda da Assistência Oficial ao Desenvolvimento permanecem estagnados em torno de US\$ 60 bilhões por ano - menos de 3% dos gastos militares. Os desembolsos para combater mudanças climáticas, sob o amparo do Acordo de Paris, mal conseguem alcançar os compromissos de US\$ 100 bilhões por ano, portanto menos de 5% dos gastos militares.

Se a desigualdade e mudanças climáticas de fato constituem ameaças existenciais, não consigo evitar a sensação de que nos faltam ações concretas sobre tais questões.

Temos problemas urgentes a resolver no tocante ao desenvolvimento e à luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade; temos desafios gigantescos em relação às mudanças climáticas e ao meio ambiente; temos uma responsabilidade coletiva de liderar o mundo rumo à prosperidade para todos e todas. Essas são as guerras que devemos travar em 2024.

Em todos esses esforços, é de fundamental importância termos um sistema multilateral moderno, eficaz e eficiente, guiado por normas e princípios rigorosamente seguidos por todos os países, com as Nações Unidas em seu centro.

Não podemos ignorar o fato de que a governança global precisa de profunda reformulação. Nossas diferenças devem ser resolvidas ao amparo do multilateralismo e das Nações Unidas, utilizando como métodos o diálogo e a cooperação, e nunca por meio de conflitos armados - questões essas que serão discutidas com mais profundidade amanhã, na sessão dedicada à reforma da governança global.

À medida que o G20 avança nas discussões sobre seu papel diante das tensões internacionais em curso, encorajo todos os países a iniciarem o diálogo reiterando seus compromissos sob a Carta das Nações Unidas e

rejeitando publicamente o uso da força, a intimidação, as sanções unilaterais, a espionagem, a manipulação em massa de mídias sociais e quaisquer outras medidas incompatíveis com o espírito e as regras do multilateralismo como meio de lidar com as relações internacionais.

O Brasil incentiva de modo enfático que todos os membros do G20 mudem o foco do debate para a busca de respostas concretas, centrados no que temos em comum, e que adotem medidas para a construção de confiança. Falamos desses temas por experiência e vivências próprias, não por idealismo. O Brasil está pronto para contribuir com ideias e propostas concretas nesse sentido.

Muito obrigado a todas e a todos.

3.4. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública Interativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – Brasília, 14 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Renan Calheiros,

Excelentíssimo Senhor Líder do Governo no Senado Federal, Senador Jaques Wagner,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Colegas do Ministério das Relações Exteriores,

Senhoras e Senhores,

É uma satisfação e uma honra estar aqui hoje, a convite de Vossa Excelência, para esta reunião que é a abertura do ano legislativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Quero registrar, uma vez mais, a importância e o apreço que o Itamaraty confere aos trabalhos desta Comissão, por meio da qual tem sido fortalecido o diálogo e a cooperação com o Senado Federal em todos os temas afetos à política externa definida pelo Presidente Lula.

Senhor Senador, muito obrigado pelo tempo que me concede. Tentarei me referir a todos os temas que havia preparado para minha apresentação e também aos temas levantados por Vossa Excelência. Gostaria de dizer que farei primeiro uma apresentação, um relatório do ano de 2023, e a projeção para 2024. Na segunda parte, então, eu abordaria as questões que Vossa Excelência levantou sobre o conflito entre Israel e Gaza, sobre a guerra entre

Rússia e Ucrânia e sobre Itaipu. Obviamente, estarei sempre à disposição para responder a todas as perguntas.

Para começar, eu diria que concluímos com êxito o primeiro ano da política externa determinada pelo presidente Lula com o objetivo de reposicionar o Brasil no mundo a partir de 1º de janeiro do ano passado. Foram mais de 200 interações mantidas pelo Senhor Presidente da República e por mim mesmo, na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas, telefonemas e videoconferências.

Dedicamos especial atenção ao relançamento dos contatos com nossos principais parceiros. O ponto de partida foi, como não poderia deixar de ser, a nossa própria região, em linha com o mandamento constitucional de integração latino-americana. O Brasil revitalizou a parceria com nossos sócios estratégicos do MERCOSUL, regressou à Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe, a CELAC, e lançou nova agenda de cooperação e integração na América do Sul com o Consenso de Brasília, adotado na Reunião de Presidentes de Países da América do Sul, realizada aqui em Brasília, em 30 de maio. Em agosto, fizemos a Cúpula da Amazônia, em Belém, com os chefes de Estado dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Resgatamos relações com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos – com quem celebramos duzentos anos de relações diplomáticas neste ano de 2024 – e com os países europeus. O Presidente Lula foi convidado para grandes eventos internacionais, entre os quais a reunião do G7 em Hiroshima, grupo de países composto por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá, com o qual mantemos intercâmbio político importante e, comercial, de 139 bilhões de dólares. Aliás, vale a pena registrar que o Presidente Lula foi o único chefe de Estado brasileiro convidado para todas as reuniões do G7, durante seus dois primeiros mandatos – oito, portanto, realizações da Cúpula do G7. Foi convidado no ano passado, o primeiro de seu terceiro mandato, também para a Cúpula de Hiroshima, e já foi, inclusive, convidado para a Cúpula do G7 deste ano, na Itália, a quem cabe a presidência do G7, que fará a Cúpula na região de Puglia, de 13 a 15 de julho.

Além disso, demos novo impulso aos laços com países em desenvolvimento, como a China, a Índia, a África do Sul e demais nações da África e da Ásia, inclusive com a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

Queria destacar, ainda, Senhor Presidente, que recebi em Brasília, em janeiro deste, visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, com quem co-presidi a IV Reunião do Diálogo Estratégico Global Brasil-China.

O encontro foi muito produtivo, importante e resultou na assinatura de um Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns que dobrará para 10 anos a validade recíproca dos vistos concedidos. Isso terá efeito positivo para a comunidade de negócios de ambos os países. A reunião permitiu, ainda, que discutíssemos os preparativos para a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a COSBAN, mecanismo que comemora seus 20 anos em 2024 e que reunirá, em junho, na China, os vice-presidentes Geraldo Alckmin e Han Zheng. Aguardamos, também, visita de Estado do Presidente Xi Jinping, prevista para novembro deste ano, quando celebraremos os 50 anos de relações bilaterais.

Como todos sabem, a China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Em 2023, a corrente de comércio bilateral registrou um recorde de praticamente US\$ 158 bilhões. O superávit comercial para o Brasil atingiu o recorde de US\$ 51 bilhões. Ou seja, metade do superávit comercial total do Brasil no ano passado.

Criamos ainda a posição de delegado permanente do Brasil junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco de 10 países representativo de uma das regiões mais dinâmicas do mundo, composto por Tailândia, Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Camboja, Brunei, Mianmar e Laos. Trata-se de bloco que tem se consolidado como parceiro chave para a economia brasileira. Nosso fluxo de comércio tem aumentado consistentemente e alcançou a cifra de US\$ 37 bilhões de dólares no ano passado.

Ainda na diplomacia comercial, é digna de nota a conclusão do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura, o primeiro dessa natureza que o bloco assina desde 2011.

O comércio do Brasil com a União Europeia tem se mantido em patamar elevado, acima de 91 bilhões de dólares. Podemos dizer que fizemos importantes avanços na negociação do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia durante a presidência “pro tempore” brasileira do Mercosul, no ano passado, o que demonstra o engajamento do Brasil e dos sócios do Mercosul nas relações com a União Europeia. Seguimos comprometidos com a conclusão deste importante acordo, o que deverá, esperamos, ocorrer ainda este ano, no segundo semestre.

Graças ao trabalho intenso do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária, foram abertos, no ano passado, 78 novos mercados para produtos agropecuários, em 39 países,

distribuídos pelos cinco continentes. Já nestes primeiros dois meses do ano, conseguimos abrir mais 18 mercados em 13 países. Isso tem sido fundamental para a geração de renda e emprego no Brasil, instrução e preocupação constante do Presidente Lula, além de ser importante elemento para o agronegócio brasileiro.

No plano multilateral, participei, na semana retrasada, da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Nossa atuação teve como parâmetro geral a defesa da OMC e do sistema multilateral de comércio, em linha com a atuação histórica do Brasil e com a prioridade atribuída pela presidência brasileira do G20 ao fortalecimento da governança global. Lamentamos, por outro lado, a falta de resultados ambiciosos na Conferência, em especial a ausência de avanços concretos em agricultura, apesar dos esforços empreendidos. De todo modo, continuaremos engajados nas negociações com vistas a restabelecer a operacionalidade do sistema de solução de controvérsias da OMC, que é tema central da política comercial brasileira, pilar fundamental do sistema multilateral de comércio e que está paralisado desde 2017 e totalmente bloqueado a partir de 2019.

Se no ano de 2023, o Brasil voltou ao mundo, neste ano é o mundo que virá ao Brasil. O principal exemplo disso, é a presidência brasileira do G20, nossa prioridade maior de política externa em 2024.

Quero agradecer o apoio do Congresso Nacional, especialmente desta Casa, na viabilização dos meios materiais para entregarmos, com êxito, esse compromisso que assumimos perante a comunidade internacional. Serão mais de duzentas reuniões, ao longo de todo o ano e em diversas capitais do Brasil, nas quais serão discutidos temas fundamentais para o futuro do mundo e do Brasil.

O governo brasileiro definiu as seguintes prioridades para nossa presidência do G20: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transição energética e a promoção do desenvolvimento sustentável; e a reforma das instituições de governança global. Lançamos três iniciativas prioritárias: uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que contará tanto com países desenvolvidos como em desenvolvimento; lançamos também uma Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas; e também faremos uma reunião inédita de chanceleres do G20, que será a segunda ao longo do ano, em Nova York, logo após a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, aproveitando a presença de praticamente todos os Ministros de Relações Exteriores e muitos dos Chefes de Estado. Esta reunião, que será aberta à participação de todos os

membros das Nações Unidas, num esforço de inclusividade, terá por objetivo promover os debates sobre reforma da governança global.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro passado, durante a primeira reunião de chanceleres do G20, no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de discutir com profundidade esse último tópico. Colocamos à mesa os membros do G20 – 19 países, mais a União Europeia e União Africana – além de países convidados e organismos internacionais, em um diálogo franco, importante e necessário para discutir a conjuntura internacional e para discutir caminhos para reforma da governança global. Em um cenário de extrema polarização internacional, o fato de que todos estiveram na mesma sala e dialogaram já merece ser celebrado. Posteriormente, no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, os ministros das finanças do G20 se reuniram para discutir a arquitetura financeira internacional, inclusive temas como evasão fiscal, taxação internacional, finanças sustentáveis, entre outros, sob a liderança do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A agenda seguirá intensa até a Cúpula de Líderes e Chefes de Estado do G20, no Rio de Janeiro em novembro deste ano.

Outra prioridade para este ano, conforme orientações recebidas do Presidente Lula, são as relações com a América Latina e o Caribe e o continente africano.

O Presidente Lula realizou visita ao Egito, que foi particularmente significativa, pois celebramos, neste ano, cem anos de relações diplomáticas. Mantemos um importante fluxo comercial da ordem de quase 3 bilhões de dólares com o Egito. Durante a visita, iniciamos discussões para elevar as relações entre o Brasil e o Egito ao nível de Parceria Global. O Presidente regressou à sede da Liga dos Estados Árabes no Cairo, 20 anos após seu primeiro discurso naquele foro – o primeiro e único, até então, realizado por um chefe de Estado brasileiro. A Liga Árabe congrega 22 países membros e, no ano passado, representou, em bloco, importante intercâmbio comercial com o Brasil da ordem de US\$ 30 bilhões.

Em seguida, o Presidente esteve em Adis Abeba, na Etiópia, para uma visita de Estado importante e para participar como convidado da Cúpula da União Africana. Foi o único chefe de Estado de fora da região a ter sido convidado para tomar a palavra, além do Primeiro-Ministro da Palestina. O presidente também manteve uma série de reuniões bilaterais com os países da região. Nosso comércio bilateral com a África já ultrapassa os 20 bilhões de dólares. Minha avaliação é a de que esse periplo do Presidente Lula abriu

novas oportunidades de aprofundamento de nossas relações na seara política e, especialmente, em termos de comércio e investimentos.

Ao mesmo tempo, seguimos conferindo especial ênfase à cooperação e à integração na América do Sul. Isso ficou muito evidente no importante esforço diplomático de desarme de tensões entre Guiana e Venezuela sobre a disputa da região do Essequibo. Isso se deveu muito à iniciativa do Presidente Lula durante a Cúpula do Mercosul em dezembro no Rio de Janeiro, de propor ao presidente da CELAC, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, que abordasse a questão com ambas as partes, fazendo a intermediação entre Guiana e Venezuela. Atendendo a esse chamado para criar um espaço de entendimento, foi realizada, no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas, a reunião entre os presidentes Nicolás Maduro e Irfaan Ali. Os Presidentes de ambos os países concordaram em não recorrer à força para resolver o contencioso bilateral e comprometeram-se a manter negociações com vistas a encontrar solução diplomática permanente. Em janeiro último, como consequência desse encontro de São Vicente e Granadinas, recebemos, no Brasil, a 1ª Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e Venezuela, criada pelas partes para seguir o diálogo.

O governo brasileiro também está firmemente empenhado no acompanhamento da situação na Venezuela. Em nossos contatos com o governo venezuelano, temos enfatizado a importância de preservar o espírito dos Acordos de Barbados para o encaminhamento da situação política no país. O Presidente Lula manteve reunião com o Presidente da Venezuela à margem da Cúpula da CELAC. Posteriormente, três dias após, o governo venezuelano anunciou a convocação das eleições presidenciais para o dia 28 de julho próximo, que serão passo fundamental para o encaminhamento do processo político no país vizinho.

Representei o governo brasileiro na cerimônia de posse do presidente da Argentina, Javier Milei. Antes da posse, recebi a visita da então chanceler designada Diana Mondino, com quem venho mantendo contatos frequentes e produtivos.

No final de fevereiro último, o Presidente Lula visitou a Guiana para participar da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe, a CARICOM, em Georgetown, e eu o acompanhei também à 8ª Cúpula da CELAC, em Kingstown, São Vicente e Granadinas. Cabe ressaltar que o comércio do Brasil com a CELAC é da ordem de 83 bilhões de dólares, no ano passado. Com a CARICOM foi de 2,6 bilhões de dólares.

Acompanhamos com preocupação a situação em curso no Haiti. Estamos empenhando esforços para que a comunidade internacional apoie a Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS), mandatada em outubro passado, durante a presidência brasileira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa Missão, que deverá ser integrada por contingente de policiais do Quênia, do Benim, e de países da CARICOM, será fundamental para apoiar os esforços da Polícia Nacional do Haiti (PNH) na estabilização do país.

Como as senhoras e senhores podem ver, a agenda de política externa para 2024 exigirá bastante do Itamaraty e dos demais ministérios da Esplanada. Além da execução das prioridades de 2024, também já estão em andamento os preparativos para os grandes eventos que sediaremos em 2025, com destaque para a COP30 do Clima e a Cúpula do BRICS, além da Cúpula do Mercosul.

Portanto, o apoio constante do Senado e desta Comissão será fundamental para que possamos continuar a realizar as sabatinas, a aprovação dos atos internacionais, o diálogo institucional e as relações interparlamentares.

Neste segundo ano de governo do presidente Lula, o Itamaraty seguirá dedicando esforços para a consolidação das iniciativas de política externa lançadas no ano passado, cujos resultados já se fazem sentir, permitindo, que em 2024 e nos próximos anos, o mundo venha ao Brasil, abrindo novas possibilidades de parcerias políticas e econômicas em prol do desenvolvimento sustentável do Brasil em suas três dimensões (econômica, social e ambiental).

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Passo, agora, à segunda parte da minha apresentação. Procurarei aproveitar a oportunidade para responder aos pontos que Vossa Excelência levantou em sua alocução inicial.

Começo pelo conflito israelo-palestino, que continua sendo da mais alta importância e relevância para a política externa brasileira e para o conjunto da comunidade internacional.

Passados cinco meses desde os brutais ataques terroristas realizados pelo Hamas contra a população civil em Israel, a violência, a destruição e a morte continuam a imperar entre Israel e Palestina, colocando em risco a estabilidade regional.

Já na primeira hora, o governo brasileiro, a começar pelo Presidente da República, manifestou o repúdio e a condenação aos ataques terroristas de 7 de outubro.

Transmitimos oficialmente, por nota do Itamaraty e por meio de telefonema do Presidente Lula ao Presidente de Israel, e em telefonema meu ao chanceler de Israel de então, nossas mais sentidas condolências aos familiares das vítimas e nossa solidariedade ao povo daquele país.

Manifestamos, também, nossas mais profundas condolências e solidariedade aos familiares de nacionais brasileiros e de filhos de nacionais brasileiros que perderam a vida naquele dia fatídico.

Solicitamos e continuamos empenhados na pronta libertação dos reféns, inclusive do cidadão brasileiro-israelense Michel Nisenbaum, cuja família foi recebida pelo Presidente Lula aqui em Brasília, no dia 11 de dezembro passado. Eu mesmo recebi os familiares do senhor Nisenbaum, em Buenos Aires, no dia 9 de dezembro, à margem da cerimônia de posse do presidente Milei, a pedido do então ministro das Relações Exteriores de Israel, Eli Cohen, que os acompanhou durante essa reunião.

Prestamos, também, nossa sincera e profunda solidariedade ao povo palestino, particularmente àqueles que ainda se encontram em Gaza, àqueles que foram forçados a se deslocar e àqueles muitos que perderam seus entes queridos.

Ressaltei, aqui nesta Comissão em outubro passado, que nada – absolutamente nada – justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis. Isso permanece válido e ganhou ainda mais urgência e relevância. E foi justamente por isso que incentivamos, desde o início, todas as partes a exercerem a máxima contenção a fim de evitar uma escalada da situação.

Nos primeiros meses, nossa atenção esteve voltada a atender os cidadãos brasileiros em necessidade de assistência dos dois lados do conflito. Eram cerca de 14 mil brasileiros residentes em Israel e cerca de 6 mil na Palestina, a grande maioria na Cisjordânia mas alguns – acima de uma centena – na Faixa de Gaza. A determinação do Presidente Lula, desde o início, foi a de não deixar nenhum brasileiro ou brasileira para trás.

Criamos um gabinete de crise no Itamaraty, de natureza interministerial, com a participação do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira, além de outros ministérios, como o ministério da Justiça e a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social, com o objetivo de acompanhar, em tempo real, os desdobramentos do conflito. Servidores do Itamaraty trabalharam em sistema de plantão de 24 horas, 7 dias por semana, atendendo a brasileiros e familiares, e coordenando o processo de repatriação. Nossa rede de postos no Exterior e os funcionários em Brasília monitoraram constantemente a situação no terreno

e as negociações em foros internacionais. Faço um especial agradecimento aos funcionários do Itamaraty nas Embaixadas em Tel Aviv, Ramala, Cairo, Amã e Beirute, além de todos os funcionários envolvidos da área consular e das demais áreas nesse esforço e na implementação dessa operação em Brasília.

Graças a essa atuação determinada, o Brasil foi o primeiro país a iniciar a operação de repatriação de nacionais, e de maneira totalmente gratuita. Isso não teria sido possível sem o apoio do Ministério da Defesa e o profissionalismo da Força Aérea, que atenderam imediatamente ao chamado do Presidente Lula.

A retirada dos brasileiros de Gaza, em particular, foi fruto de intensa articulação diplomática e presidencial, em contatos com o governo de Israel, com a Autoridade Palestina, o Egito, a Turquia, o Catar, a Jordânia, os Emirados Árabes Unidos, o Irã, a Rússia, a França, e a Arábia Saudita, todos atores importantíssimos na região do conflito no Oriente Médio, entre outros atores. Em todos esses contatos nossa mensagem foi sempre uníssona: apoio à operação de retirada dos brasileiros que desejavam retornar a nosso país; apoio a todas as iniciativas possíveis para que não faltasse água, luz e remédios em hospitais em Gaza; e apelo por corredor humanitário, pelo cessar-fogo, pela retomada das negociações de paz e pela liberação dos reféns.

Após meses de espera e de intenso trabalho diplomático, logramos retirar nossos nacionais de Gaza, inclusive um bebê brasileiro nascido nos primeiros momentos do conflito.

No total, a Operação “Voltando em Paz” repatriou 1.560 cidadãos em 12 voos da FAB, e um voo comercial, incluindo quatro grupos de brasileiros que estavam em Gaza.

Quero agradecer, mais uma vez, o apoio de inúmeros parlamentares que entraram em contato conosco e nos ajudaram a identificar pessoas que precisavam de ajuda tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhores Senadores, Senhor Presidente,

O conflito entre Israel e Palestina não é algo novo. Ele pode ser considerado o último grande conflito colonial não resolvido, após quase 70 anos de discussões, guerras e acordos negociados, muitos dos quais jamais implementados.

A violência na Faixa de Gaza já havia eclodido em 2007, ano do início do bloqueio israelense, que agravou a situação humanitária naquele território. Outros episódios sangrentos se seguiram, em 2009, 2011, 2014 e 2018. Como se vê, a dinâmica entre Israel e Palestina já estava se mostrando cada vez mais insustentável, sem avanços concretos.

Nos anos recentes, organismos internacionais, ONGs e governos vêm alertando para o crescimento sistemático dos assentamentos ilegais israelenses na Cisjordânia. Também houve forte aumento de atos de violência dos colonos israelenses contra palestinos residentes nos Territórios Ocupados.

Observou-se uma crescente segregação no que tange ao acesso a serviços básicos. Além disso, houve numerosas violações israelenses ao “status quo” dos sítios sagrados de Jerusalém, com destaque para a Esplanada das Mesquitas, também conhecida como Monte do Templo.

Historicamente, como país amigo do Estado de Israel e do Estado da Palestina – e como um país que abriga de forma harmônica comunidades de origem árabe e judaica –, a posição do Brasil tem sido, e continuará a ser, em favor do diálogo e de negociações que conduzam à solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Temos um compromisso histórico com o Estado de Israel. E temos também um compromisso histórico com o Estado da Palestina, reconhecido por 139 países na data de hoje, e temos um compromisso com sua aspiração legítima a tornar-se membro pleno da Organização das Nações Unidas.

O Brasil esteve presente no processo que levaria à criação do Estado de Israel quando, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano para divisão da Palestina. Plano este que previu a criação de um Estado judeu, mas também de um Estado palestino, além de um status especial para a cidade de Jerusalém.

O Brasil se orgulha de sua posição histórica sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas. Também valorizamos nossa disposição para apoiar e tentar encontrar um caminho de paz naquela região que é tão importante e relevante para os brasileiros. O Brasil se orgulha igualmente de sua atuação internacional constante e firme no combate a todas as formas de discriminação, xenofobia e antissemitismo.

Senhor Presidente,

A atual escalada de violência põe em evidência a urgência de buscar solução política justa e duradoura para o conflito. O Brasil tem trabalhado no máximo de suas capacidades diplomáticas nesse sentido. Temos sistematicamente

condenado a expansão de assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados.

O Brasil reconhece a Palestina como um Estado desde 2010 e continuamos a nos empenhar para que a Palestina se torne um membro pleno das Nações Unidas. E, como disse, 139 membros dos 193 membros das Nações Unidas já reconhecem a Palestina como um Estado. Esses esforços se prestam a ajudar a criar as condições para a retomada do processo de paz, levando a uma solução de dois Estados, com Israel e Palestina vivendo lado a lado dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.

Propostas que envolvam o deslocamento de palestinos para fora da Faixa de Gaza e o restabelecimento de assentamentos israelenses naquele território são absolutamente inaceitáveis e apenas aprofundarão a tragédia em curso.

O Brasil tem feito tudo a seu alcance para colaborar para uma solução dessa catástrofe humanitária. Defendemos a urgência de um cessar-fogo e insistimos em que as partes respeitem o Direito Humanitário Internacional.

À frente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro passado, eu próprio presidi e facilitei esforços para aprovar um projeto de resolução que determinasse o cessar-fogo, e recolocasse as partes em discussão com vistas à implementação da solução de dois Estados.

Sempre com esse intuito de facilitação de consenso, fui a Nova York quatro vezes em outubro, quando presidi sete sessões do Conselho de Segurança, além de participar de outro debate do Conselho sobre Oriente Médio, em novembro, já durante a presidência rotativa chinesa do Conselho.

Chegamos muito perto. O projeto facilitado pelo Brasil recebeu 12 votos favoráveis, duas abstenções, mas foi vetado por um dos membros permanentes do Conselho. Outros três projetos instando um cessar-fogo imediato foram igualmente vetados por diferentes lados.

Essa paralisação decisória não é isenta de custos. Recordo que, no dia da votação do referido projeto brasileiro, em 18 de outubro de 2023, registravam-se 3.400 palestinos mortos e 12.000 feridos. Hoje, já são 32.000 mortos e 73.000 feridos em Gaza, 70% dos quais mulheres e crianças, e um número elevado de mais de 7 mil desaparecidos.

Do lado israelense, além dos 1.112 mortos no ataque do Hamas em 7/10, já morreram 251 soldados desde a invasão de Gaza pelo exército de Israel.

A questão que se impõe é: quantas vidas mais serão perdidas até que todos atuem para impedir o morticínio em curso?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

É nesse contexto de profunda indignação que se inserem as declarações do Presidente Lula. São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar o valor supremo que é a vida humana.

Aqui me valho de exemplos de declarações de importantes personalidades políticas do mundo. O próprio Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, quando perguntado sobre as declarações do Presidente, afirmou compreender que foram motivadas pelo “desejo de ver acabar o sofrimento das pessoas”, com o que ele concordou.

Foi também por esse motivo que apoiamos o processo iniciado pela África do Sul perante a Corte Internacional de Justiça, que busca avaliar se o governo de Israel estaria violando a Convenção para a Prevenção e a Repressão e Punição do Crime de Genocídio, como mencionado por Vossa Excelência.

Os juízes acolheram a demanda e reconheceram a plausibilidade de que um genocídio estaria em curso. Por esse motivo, a Corte da Haia emitiu, em 26 de janeiro, medidas cautelares que demandam que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos considerados como genocídio, para evitar danos irreparáveis.

Quero ressaltar que essas medidas cautelares são de implementação imediata e obrigatória. Porém, até o momento, não há registro de alteração na condução das operações militares levadas a cabo na Faixa de Gaza.

Pelo contrário, temos ouvido declarações cada vez mais recorrentes de altas autoridades do atual governo de Israel que passaram a falar, abertamente, de ocupação de Gaza, de deslocamento forçado de sua população, e que jamais aceitarão a constituição de um Estado Palestino.

Senhor Presidente,

O senhor perguntou sobre o bloqueio da ajuda humanitária e se ela afronta decisão da Corte Internacional de Justiça. Desde o início do conflito, a comunidade internacional vem manifestando preocupação com o volume de assistência humanitária insuficiente que chega a Gaza, em razão de restrições impostas ao acesso à Faixa de Gaza por Israel. A estimativa é de que mais de 15 mil toneladas de suprimentos de ajuda humanitária internacional ainda aguardariam a aprovação israelense para entrar em Gaza, e mais da metade da carga consistiria em alimentos. Sem sombra de dúvida, o bloqueio à ajuda humanitária no contexto atual de fome e falta de insumos médicos em Gaza consiste em violação do direito internacional.

No tocante especificamente às doações brasileiras, a maior parte delas foi devidamente entregue em Gaza, segundo a organização Crescente Vermelho Egípcio. Trinta dos 190 purificadores de água que enviamos, contudo, tiveram sua entrada impedida por Israel na passagem de Nitzana, onde ocorre a inspeção antes de ser enviada para a passagem de Rafah. Até o momento, não temos confirmação sobre os motivos alegados para a rejeição desses trinta últimos purificadores. Mas há indicações informais de que decorreria do fato de os purificadores de água serem movidos a energia solar e contarem com kit voltaico.

O que podemos fazer é continuarmos na nossa linha atual de denunciar a decisão unilateral israelense de bloquear recorrentemente a entrada de ajuda humanitária, e seguir trabalhando com os países vizinhos e os organismos internacionais em favor da abertura de corredores humanitários.

Anúncios oficiais também dão conta de que está sendo preparada operação militar terrestre israelense na região de Rafah, para onde foram forçosamente deslocados grande parte dos habitantes do norte de Gaza e que, agora, não têm para onde fugir.

E é justamente isso que nos causa espanto e consternação, assim como à grande maioria da comunidade internacional. Trata-se de avaliação compartilhada por diversos veículos de imprensa internacional, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, e por diversos chefes de Estado, além de declaração recente do próprio Papa Francisco.

Lamento que a Chancelaria de Israel tenha se dirigido de forma desrespeitosa a um Chefe de Estado, de um país amigo, o Presidente Lula. Por sinal, foi o primeiro Chefe de Estado do Brasil a visitar Israel, em março de 2010, em visita oficial.

Reputo igualmente lamentável o tratamento indecoroso e descabido dado ao Embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, que atendeu de boa-fé a uma convocação da chancelaria israelense.

São páginas que desabonam a boa prática diplomática internacional.

Determinei o pronto retorno do Embaixador do Brasil em Tel Aviv para consultas em Brasília. O embaixador de Israel em Brasília e o governo do Primeiro-Ministro Netanyahu foram informados de que o Brasil reagirá com diplomacia sempre, mas com toda a firmeza, a qualquer ataque que receber, agora e sempre.

Estou seguro de que as relações do Brasil com Israel, e nossa amizade com o povo israelense, sobreviverão ao comportamento do atual governo de Israel.

Senhoras e senhores senadores,

Jamais poderíamos antecipar que a situação chegaria ao estágio atual, com mais de 31 mil mortos, dos quais mais de 25.000 mulheres e crianças. Números esses que foram mencionados pelo próprio Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em depoimento ao Congresso dos EUA no dia 29 de fevereiro deste ano.

É um cenário desolador. Em pouco mais de cinco meses, houve mais crianças, jornalistas, pessoal médico e funcionários das Nações Unidas mortos do que em qualquer outro lugar do mundo durante um conflito.

Crianças morrem diariamente por desnutrição. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, 5.500 mulheres deverão dar à luz no atual mês de março, enquanto mais de 155.000 grávidas e lactantes correm risco de desnutrição. Desde 7 de fevereiro, segundo a Organização Mundial da Saúde, não existe mais hospital totalmente funcional em Gaza. Cirurgias estão sendo realizadas sem anestesia, inclusive em crianças. Porta-voz do UNICEF afirmou em dezembro passado que pelo menos 1.000 crianças tiveram uma ou ambas as pernas amputadas desde 7 de outubro, em virtude de ataques.

Na semana retrasada, assistimos a um massacre de mais de cem palestinos, que foram mortos enquanto esperavam na fila para receber comida enviada por assistência humanitária. E, apesar disso, o governo do Primeiro-Ministro de Israel continua dificultando sistematicamente a entrada de caminhões com ajuda humanitária nas fronteiras com Gaza.

Recebemos com preocupação a notícia, na última semana, de que o governo de Israel autorizou a construção de cerca de 3.500 novas moradias em assentamentos ilegais nos Territórios Palestinos Ocupados, como confirmado por órgãos das Nações Unidas, a exemplo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e o Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários.

Senhoras e senhores,

Gaza é um quadrilátero com 41 quilômetros de comprimento e com largura que varia entre 6 e 12 quilômetros. São 365 km², uma área pouco menor do que a do Plano Piloto de Brasília. É como se toda a população da cidade de Belo Horizonte, ou Salvador, estivesse confinada nesse pequeno espaço.

É preciso condenar e repudiar a atrocidade do ataque terrorista sofrido por Israel no dia 7 de outubro. Sim, Israel tem o direito de defender sua população. Mas isso tem de ser feito dentro das regras do direito internacional.

A cada dia que passa, no entanto, resta claro que a reação de Israel ao ataque sofrido tem sido extremamente desproporcional e não tem como alvo somente aqueles responsáveis pelos ataques, mas todo o povo palestino.

Tal como ressaltado pelo Governo brasileiro no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, trata-se de punição coletiva. Essa atitude é absolutamente contrária aos princípios mais básicos do Direito Internacional Humanitário e deve ser igualmente condenada.

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Não é por acaso que o preâmbulo da Carta das Nações Unidas começa com a seguinte frase: “nós, os povos das Nações Unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”.

Todo o sistema internacional em vigor, com as Nações Unidas no seu centro, foi erigido sobre os escombros da 2ª Guerra Mundial. O objetivo é evitar que as atrocidades registradas naquele período venham a se repetir.

Como afirmei em maio do ano passado nesta comissão, o mundo assiste hoje a uma superposição inédita de crises, que tornam a realidade internacional contemporânea ainda mais complexa e dinâmica.

Como afirmado pelo Presidente Lula, não é possível que o mundo gaste por ano US\$ 2,2 trilhões em armas enquanto mais de 700 milhões de pessoas não tem o que comer.

Combates seguem em curso na Ucrânia, a instabilidade se aprofunda no Haiti, as tensões se elevam no Oriente Médio. Mais do que nunca é preciso diálogo, diplomacia e cooperação.

Temos buscado manter uma posição equilibrada, mas sobretudo construtiva, coerente com nossa história diplomática e com o respeito ao direito internacional.

O Brasil mantém canais de interlocução abertos com Kiev e com Moscou. O Presidente Lula manteve encontro com o Presidente Zelensky à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro do ano passado. O Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim, viajou à Ucrânia, onde foi recebido pelo Presidente Zelensky em maio do ano passado, e tem participado de vários esforços de negociação da paz. Eu próprio já

conversei várias vezes, por telefone, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, a última vez no dia 31 de janeiro passado. Estive com ele pessoalmente em Nova York, em setembro, e também, em fevereiro do ano passado, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em que tivemos ocasião de discutir nossas posições sobre a questão.

Nossa posição é clara: condenamos a violação da integridade territorial ucraniana tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, nos posicionamos em favor da paz, do diálogo e da diplomacia. Trata-se de criar um espaço para negociação, que leve em conta as legítimas preocupações de segurança de todas as partes. Até o Papa Francisco repetiu essa observação.

E isso decorre não apenas do imperativo de acabar com a tragédia diária que o conflito impõe em termos de perdas de vidas humanas. O fim do conflito se impõe pelo risco, a meu ver crescente, se considerarmos as declarações recentes de altas lideranças, de uma escalada do conflito, inclusive com possibilidade de uso de armamento nuclear.

O prolongamento do conflito afetará a todos. O risco geopolítico crescente, agravado pelas sanções econômicas unilaterais ilegais, levou o mundo em uma escalada inflacionária como não se via há décadas, com forte impacto na segurança alimentar e energética.

O Brasil tem credenciais e patrimônio diplomático suficientes para dar uma contribuição nos grandes temas da ordem internacional, sejam eles de paz e segurança, econômico-financeiros, de combate à fome e à pobreza, desigualdade e, também, no conflito entre Israel e Palestina.

Não estamos sozinhos, muito pelo contrário. É cada vez maior o entendimento internacional de que o que estamos vendo é inadmissível.

Para citar outro exemplo, a Vice-Presidente dos Estados Unidos afirmou, em 4 de março, que “muitos inocentes palestinos foram mortos” e que nossa humanidade comum nos compele a agir para levar ajuda humanitária e vital aos inocentes. Defendeu o cessar-fogo imediato de seis semanas, de modo a que os reféns possam ser libertados. É hora de o Conselho de Segurança agir, portanto.

O Brasil seguirá firme na defesa da diplomacia e do direito internacional e contribuindo na medida de nossas possibilidades, conforme a orientação do Presidente Lula.

Com relação a Itaipu, me permitiria avançar, como Vossa Excelência mencionou, que o Tratado completou 50 anos no ano passado, foi terminado pagamento da dívida contraída para a construção da empresa, e o Brasil e o Paraguai começarão, em breve, a discutir a revisão do Anexo C. Já foi criado, no governo brasileiro, um comitê para discutir a posição sobre o anexo C e a revisão de seus termos, tendo em vista, sobretudo, o fim do pagamento da dívida. Esse comitê inclui funcionários de vários organismos do governo, do Ministério das Minas e Energia e de outros setores.

É preciso lembrar que, do nosso ponto de vista, um resultado satisfatório precisará assegurar as condições de sustentabilidade da produção de Itaipu, com energia barata em benefício dos consumidores dos dois países. Neste momento, nós estamos ainda na discussão prévia, que ocorre todos os anos, da tarifa aplicada para o pagamento de serviços de eletricidade.

São essas as observações que teria a fazer sobre os aspectos que Vossa Excelência levantou e sobre o relato que tencionava fazer. Fico, naturalmente, à disposição para trocar ideias e esclarecer dúvidas que as Senhoras e Senhores tenham sobre esse e qualquer assunto.

Muito obrigado.

3.5. Discurso do Ministro Mauro Vieira na Fundação Yasser Arafat – Ramala, 17 de março de 2024

Sua Excelência o Primeiro-Ministro do Estado da Palestina, Mohammed Shtayyeh;

Sua Excelência o Presidente do Conselho Nacional da Palestina, Rawi Fattouh;

Presidente do Conselho dos Curadores da Fundação Yasser Arafat, Musa Hadid;

Prezados Ministros,

Autoridades Palestinas,

Diretor Geral da Fundação Yasser Arafat, Embaixador Ahmed Soboh;

Ilustres convidados,

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que retorno à Mukata depois de duas décadas. Em 2003, tive a honra de visitar o Presidente Yasser Arafat para entregar-lhe

uma carta-convite assinada pelo Presidente Lula da Silva para participar da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília, em maio de 2005.

O próprio Presidente Lula esteve na Mukata em 2010, durante a primeira visita de Estado de um presidente brasileiro à Palestina. Mais tarde naquele ano, o Brasil reconheceria o Estado da Palestina, abrindo caminho para que outros países da América do Sul fizessem o mesmo.

É um grande privilégio para mim voltar aqui 21 anos depois para representar novamente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste momento na cerimônia de outorga do título de Membro Honorário do Conselho dos Curadores da Fundação Yasser Arafat.

Este título tem um significado especial para o Presidente Lula, que sempre expressou o seu respeito e admiração pelo Presidente Yasser Arafat e pela sua luta pela autodeterminação do povo palestino.

O próprio Presidente Lula teve a oportunidade, há algumas semanas, em Brasília, por ocasião de jantar oficial na Embaixada da Palestina, de agradecer publicamente, na presença de embaixadores árabes no Brasil, à Fundação Yasser Arafat pela iniciativa de conferir a ele tal distinção.

Ele se sente muito honrado em ser recebido e fazer parte deste órgão, que conta, entre seus membros, com personalidades muito importantes da política e da sociedade palestinas. O líder da luta palestina pela paz através do diálogo e da diplomacia, Presidente Mahmoud Abbas, é ele próprio o Presidente honorário do Conselho.

A Fundação Yasser Arafat personifica o longo esforço do Povo Palestino pela liberdade, pelo direito à autodeterminação e pelo legítimo reconhecimento internacional do seu Estado.

Esta Fundação presta uma justa homenagem, com a sua existência, ao líder histórico mais representativo do povo palestino e é uma organização importante na promoção da memória palestina. Arafat foi um líder corajoso e resolutivo, que dedicou a sua vida aos palestinos.

Laureado com o Prêmio Nobel da Paz, juntamente com Ytzhak Rabin, ele deixou um legado de devoção, moderação e persistência, que hoje caracteriza a Autoridade Nacional Palestina, representada pelo Presidente Mahmoud Abbas.

Mais do que uma distinção pessoal, vemos a iniciativa da Fundação de conferir ao Presidente Lula o título de Membro Honorário do Conselho dos Curadores da Fundação Yasser Arafat como uma homenagem aos tradicionais laços de amizade e solidariedade que unem os povos do Brasil e da Palestina.

Este prêmio também evoca e celebra a rica e diversa herança étnica e cultural compartilhada pelo Brasil e pelo mundo árabe. Este legado engloba valores como solidariedade, tolerância e capacidade de conviver de forma respeitosa e harmoniosa com a multiplicidade que caracteriza as nossas sociedades.

Senhoras e senhores,

Infelizmente, reunimo-nos hoje para esta cerimônia em um momento de pesar e tristeza devido à guerra em Gaza. Permitam-me expressar a solidariedade do governo e do povo brasileiro com o povo palestino, especialmente em Gaza, pelas inaceitáveis perdas da população civil e pela destruição.

Deixe-me dizer isso em alto e bom som. É ilegal e imoral privar as pessoas de comida e água. É ilegal e imoral atacar comboios humanitários e pessoas que procuram ajuda. É ilegal e imoral impedir que doentes e feridos tenham acesso a suprimentos médicos essenciais. É ilegal e imoral destruir hospitais, locais religiosos e sagrados, cemitérios e abrigos.

O rasto de destruição e morte entre pessoas inocentes que hoje assistimos não será esquecido. O sentimento de desespero pela vida dos recém-nascidos prematuros apanhados no meio de uma operação num hospital não será apagado. A imagem de pessoas famintas e desesperadas por comida e água sob fogo cruzado não desaparecerá das nossas memórias. A visão de crianças esqueléticas de Gaza, morrendo de fome, nunca deixará de assombrar as nossas mentes durante as gerações vindouras.

O flagelo da guerra persegue-nos novamente, à medida que todos os limites da nossa humanidade partilhada já foram ultrapassados.

É por isso que o Presidente Lula fez um apelo, durante a 37ª Cúpula da União Africana, em Adis Abeba, para que resgatem as nossas melhores tradições humanistas. Nessa perspectiva, condenou os ataques contra civis e militares israelitas em 7 de Outubro e exigiu a libertação imediata de todos os reféns. Ao mesmo tempo, rejeitou a resposta desproporcional de Israel, que já matou e deslocou milhares de pessoas na Palestina.

A voz forte do Presidente Lula, que pede o fim do conflito em Gaza, é a de profunda indignação e de alguém que procura sinceramente preservar e valorizar a importância suprema da vida humana.

Senhoras e senhores,

A credibilidade do atual sistema de governança internacional está sob os escombros de Gaza.

O número de vítimas mortais já ultrapassou 31 mil e o número de pessoas deslocadas à força corresponde a mais de 80 por cento da população. Os sistemas de saúde e saneamento foram praticamente destruídos, assim como os de abastecimento de água, medicamentos, energia e alimentos.

Após os ataques mortais de 7 de outubro, o Brasil, enquanto membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, trabalhou incansavelmente para aprovar uma resolução pedindo um cessar-fogo imediato e o envio de ajuda humanitária à população de Gaza. O impasse decisório que não permitiu a aprovação do projeto proposto pelo Brasil teve custos. No dia da votação do projeto brasileiro, 18 de outubro de 2023, havia 3.400 mil palestinos mortos e 12 mil feridos. Hoje, há mais de 31 mil mortos e 73 mil feridos em Gaza, 70% dos quais são mulheres e crianças, e um elevado número de mais de 7 mil desaparecidos.

O Brasil apoiou publicamente o processo instaurado pela África do Sul na Corte Internacional de Justiça visando avaliar se o governo de Israel está violando a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Embora aceitando o pedido e reconhecendo a plausibilidade do caso que lhe foi submetido, a Corte emitiu, em 26 de janeiro, medidas cautelares exigindo que Israel tomasse todas as medidas ao seu alcance para prevenir todos os atos considerados genocídio, a fim de evitar danos irreparáveis. Estas medidas são de implementação imediata e obrigatória.

Diante disso, o Brasil saúda a decisão de muitos países de retomar a ajuda humanitária à Agência das Nações Unidas para Refugiados da Palestina (UNRWA). Essas contribuições estão em conformidade com as medidas provisórias do Corte Internacional de Justiça, que solicita a Israel que tome medidas imediatas e eficazes para permitir assistência humanitária urgente e serviços básicos.

Usar a fome e a sede como armas de guerra equivale a um castigo coletivo. Este é o momento em que a população palestina mais necessita do valioso trabalho da UNRWA.

Como membro do Comitê Consultivo da UNRWA, o Brasil continuará a contribuir para o trabalho da Agência, que beneficia mais de cinco milhões de refugiados palestinos. Em consonância com outros doadores tradicionais, o Brasil também continuará fazendo contribuições regulares à organização.

O Brasil também parabeniza as Nações Unidas por realizar uma investigação rápida e completa das denúncias contra 12 funcionários da UNRWA por suposta

participação nos ataques de 7 de outubro, ao mesmo tempo em que enfatiza que tais acusações não podem comprometer o trabalho essencial da Agência.

Embora a comunidade internacional ainda não tenha chegado a um acordo sobre uma decisão para acabar com o horror humanitário em Gaza, o Brasil não desistirá do seu compromisso com a diplomacia e continuará a defender forte e inequivocamente o fim imediato desta violência abominável.

O Presidente Lula continua trabalhando pessoalmente com outros chefes de Estado e de Governo em busca de um cessar-fogo, da libertação dos reféns remanescentes, da proteção da população civil e do estabelecimento de um fluxo constante de ajuda humanitária para Gaza.

Senhoras e senhores,

Tal como enfatizei em audiência perante o Senado brasileiro na última quinta-feira, o conflito entre Israel e a Palestina não é algo novo. Pode ser considerado o último grande conflito colonial não resolvido, depois de quase 70 anos de discussões, guerras e acordos negociados, muitos dos quais nunca foram implementados.

É hora de se chegar a uma solução política justa e duradoura para este conflito prolongado. O povo palestino esperou muito tempo pela realização da sua justa aspiração à criação de um Estado.

Como afirmou o Presidente Lula em sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes no Cairo, há algumas semanas, não haverá paz até que haja um Estado Palestino, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas, que incluam a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, e com Jerusalém Oriental como sua capital.

A decisão sobre a existência de um Estado palestino independente foi tomada há 75 anos pelas Nações Unidas. 139 dos 193 membros das Nações Unidas já reconhecem a Palestina como um Estado. Portanto, não há razão para a Palestina não ser membro pleno das Nações Unidas.

Mantemo-nos firmes no apoio à admissão da Palestina nas Nações Unidas, como membro pleno.

Reiteramos também o apoio do Brasil a uma paz duradoura para o Oriente Médio, com dois Estados, Palestina e Israel, convivendo lado a lado, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e reconhecidas internacionalmente.

Senhoras e senhores,

Permitam-me concluir desejando-lhes Ramadan Kareem, embora este não seja um momento de verdadeira felicidade. Fiquei emocionado ao ver fotos de famílias em Gaza celebrando os jantares Iftar com tão pouca comida, rodeadas de edifícios e casas destruídas, de luto pelos seus queridos parentes, mas com algumas luzes e decoração feita por crianças. Por mais tristes e preocupantes que sejam essas imagens, elas mostram a força e a resiliência do corajoso povo palestino. Essa força é sua melhor bênção.

Em nome do Presidente Lula, agradeço a todos.

3.6. Discurso do Ministro Mauro Vieira no Conselho de Segurança das Nações Unidas acerca da situação na Palestina – Nova York, 18 de abril de 2024

Senhor Presidente,

Prezados colegas,

Agradeço ao Secretário-Geral por seu detalhado briefing sobre a situação em Gaza, que continua profundamente inquietante.

No instante em que nos reunimos novamente para abordar o prolongado conflito israelo-palestino, devemos confrontar a escalada da violência em Gaza e além, bem como a catástrofe humanitária que continua a se desdobrar sem interrupção na Faixa de Gaza.

Devemos atender ao apelo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e recusar-nos a permanecer indiferentes diante da tragédia humana. Tal sofrimento nunca pode ser aceito como normal.

Senhor Presidente,

Uma guerra regional generalizada e catastrófica no Oriente Médio não é do interesse de ninguém.

Durante o fim de semana, enquanto o mundo testemunhava com inquietação a possibilidade concreta do alastramento do conflito no Oriente Médio, muitos pensamentos terríveis passaram por nossas mentes: a destruição potencial de vários países da região, as mortes de milhares de pessoas inocentes, e as consequências sociais e econômicas da intensificação das hostilidades para o mundo inteiro.

Nos últimos seis meses, essa agonia tem se repetido.

Assistimos com incredulidade ao ataque de 7 de outubro, que ceifou a vida de muitas pessoas inocentes em Israel. Ainda lamentamos a perda

de cidadãos israelo-brasileiros, vítimas dos ataques terroristas. E ainda nos preocupamos com aqueles, incluindo um nacional brasileiro, mantidos como reféns pelo Hamas.

Desde então, também temos assistido com grande angústia à destruição sem precedentes de quase toda a região de Gaza em um período muito curto de tempo – de escolas a hospitais, de mesquitas e igrejas a cemitérios, de abrigos a comboios de ajuda.

Ficamos consternados com a avaliação da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) de que o nível de insegurança alimentar ao qual a população em Gaza está sujeita é o mais alto que a entidade registrou para qualquer área ou país do mundo.

Temos observado um número chocante e desproporcional de vítimas civis em Gaza, que hoje totaliza mais de 33.000 pessoas, incluindo 14.500 crianças.

Temos observado com desânimo o destino de 2,2 milhões de pessoas deslocadas, em meio ao colapso dos serviços essenciais, incluindo os serviços de saúde, e a destruição completa de infraestrutura fundamental.

Testemunhamos o assassinato injustificável de funcionários das Nações Unidas, profissionais da mídia e trabalhadores humanitários.

Em suma, assistimos com indignação ao frequente ataque aos princípios básicos do direito internacional em vários países da região.

Senhor Presidente,

Este Conselho de Segurança tem a obrigação moral e legal de deter este derramamento de sangue e impedir que o Oriente Médio mergulhe em uma agitação social generalizada, instabilidade política e uma guerra com consequências imprevisíveis para o mundo.

A palavra-chave aqui é: desescalada.

Senhor Presidente,

Um compromisso credível com a desescalada exige o fim imediato das hostilidades em Gaza, a libertação incondicional de reféns, ajuda humanitária sustentável aos habitantes de Gaza e ações que promovam o diálogo – e não mais confronto.

O estabelecimento imediato de um cessar-fogo permanente para estabilizar a situação em Gaza e na região, bem como para evitar a perda de vidas civis inocentes, não pode mais ser adiado devido a uma lógica de guerra.

A lógica da guerra nos levou à beira da escalada regional e da guerra generalizada.

Senhor Presidente,

A escalada dos eventos nas últimas semanas enviou a todos nós um lembrete importante: um mundo sem regras ou com regras que escolhemos a nosso bel-prazer é um mundo muito mais perigoso.

O que é do interesse de todos é que todos os Estados adiram plenamente aos princípios do Direito Internacional, incluindo o Direito Internacional Humanitário e o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Portanto, apelamos a todas as partes e atores relevantes do Oriente Médio para cumprirem plenamente suas obrigações internacionais, incluindo o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência política de cada Estado na área.

O Brasil também apela a todas as partes para que se abstenham de qualquer ação que não esteja em conformidade com as obrigações internacionais ou que possa levar a uma escalada adicional.

Por último, mas não menos importante, o Brasil também lembra as obrigações dos Estados Membros de cumprir as decisões da Corte Internacional de Justiça.

Ao aceitar o pedido e reconhecer a plausibilidade do caso apresentado perante ela, a Corte emitiu medidas provisórias exigindo que Israel, para evitar danos irreparáveis, tome todas as medidas ao seu alcance buscando evitar todos os atos considerados genocídio nos termos da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio. A decisão da Corte é de implementação imediata e obrigatória.

Apelamos ao Conselho de Segurança para que tome medidas para garantir o respeito às normas erga omnes, incluindo a votação a favor – e não contra – a prevenção de graves violações da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio.

Senhor Presidente,

O que é do interesse de todos é que o sistema de governança internacional, incluindo as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, cumpra devida e efetivamente suas responsabilidades.

É por isso que o Brasil insta o Conselho de Segurança a não se esquivar de sua principal responsabilidade de responder as ameaças à paz e à segurança internacionais.

Um compromisso crível com a paz e segurança no Oriente Médio requer que a comunidade internacional tome todas as medidas necessárias para o cumprimento do direito à autodeterminação do povo palestino e à implementação da solução de dois Estados, conforme a Resolução 181 (II) da Assembleia Geral de 1947.

A comunidade internacional deve incorporar ações que priorizem o diálogo e a diplomacia, ao considerar as formas de facilitar uma resolução justa e duradoura do conflito prolongado entre Israel e Palestina.

Ao elogiar os esforços da Argélia em nome do Grupo Árabe para avançar com o pedido do Estado da Palestina de se juntar às Nações Unidas como membro pleno, o Brasil encoraja o Conselho de Segurança a avaliar tal pedido por seu mérito principal – reparar por meios pacíficos uma injustiça histórica à aspiração legítima da Palestina por um estado.

Como afirmou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva perante a Liga dos Estados Árabes, no Cairo, em fevereiro de 2024, “a decisão sobre a existência de um Estado palestino independente foi tomada há 75 anos pelas próprias Nações Unidas”. Portanto, “não há mais desculpas para impedir o Estado da Palestina de se juntar à ONU como membro pleno”.

Além disso, 139 dos membros das Nações Unidas já reconheceram a soberania do Estado da Palestina. O Brasil fez isso em 2010, reconhecendo sua soberania territorial ao longo das fronteiras de 1967.

Finalmente, o Estado da Palestina já é membro pleno de várias organizações regionais e internacionais, bem como de agências relevantes das Nações Unidas. Como exemplo, cito a UNESCO, UNIDO, UNCTAD, UNFCCC, OPCW, NAM, a Liga dos Estados Árabes, a Organização para a Cooperação Islâmica, G77+China, entre outros. Dentro dessas entidades, o Estado da Palestina tem atuado de forma responsável e em conformidade com os principais princípios do direito internacional e da prática diplomática. Em 2019, o país assumiu o desafio de presidir o G77 - a maior coalizão de países em desenvolvimento nas Nações Unidas.

Reiteramos, portanto, nosso apoio inabalável à Palestina em sua busca por mais reconhecimento internacional por meio de canais diplomáticos. Ao incentivar os 54 países restantes que ainda não reconheceram a Palestina

como um Estado soberano, também recebemos com satisfação os anúncios recentes de países que expressaram vontade de fazê-lo no futuro próximo.

Senhor Presidente,

Chegou a hora de a comunidade internacional finalmente receber o Estado da Palestina plenamente soberano e independente como um novo membro das Nações Unidas.

Quanto às hostilidades em curso em Gaza, já passou da hora de a comunidade internacional interromper mais sofrimento de civis. Uma vez que seremos responsabilizados pelas novas gerações jovens pelo cumprimento da promessa principal consagrada na Carta das Nações Unidas de poupar mais vidas inocentes do flagelo da guerra, nosso foco deve se mover em direção à cura das feridas e à reconstrução do futuro.

Estabelecemos a base normativa para a consolidação da soberania territorial do Estado da Palestina por meio de várias decisões das Nações Unidas que proíbem a ocupação e anexação. Agora devemos discutir maneiras de garantir a implementação de tais normas por meio do envolvimento das Nações Unidas.

Investimentos em larga escala no desenvolvimento econômico e infraestrutura serão essenciais para garantir que a Palestina alcance a prosperidade e estabilidade de longo prazo que seu povo resiliente merece. O desenvolvimento sustentável e o empoderamento econômico são pilares de qualquer acordo de paz duradouro.

Os últimos eventos no Oriente Médio são mais um testemunho do fato de que uma solução duradoura e sustentável para a Questão Palestina não é apenas um imperativo moral. Trata-se de pré-requisito estratégico para a estabilidade regional e global. A paz e a estabilidade no Oriente Médio só podem ser alcançadas quando as aspirações legítimas do povo palestino pela autodeterminação e soberania forem atendidas.

Vamos reunir a coragem e a determinação para abrir um caminho rumo a uma solução justa e duradoura para este conflito de décadas. Somente por meio do diálogo, respeito mútuo e compromisso com a prosperidade compartilhada podemos esperar alcançar a visão de um futuro onde israelenses e palestinos possam coexistir em paz e segurança.

Não devemos e não precisamos depender dos caprichos dos chamados atores racionais que calculam - e muitas vezes, calculam mal - nosso futuro. Tudo o que precisamos é obedecer à lei.

Obrigado.

3.7. Discurso do Ministro Mauro Vieira na abertura do Seminário “Encontros: 200 anos de amizade Brasil-EUA” – Brasília, 28 de maio de 2024

Senhora Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha,

Senhora Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, Secretária de Europa e América do Norte,

Senhora Embaixadora Maria Luíza Viotti, Embaixadora do Brasil em Washington,

Senhor Embaixadora Elizabeth Bagley, Embaixadora dos Estados Unidos em Brasília,

Senhor Abrão Neto, Presidente da Câmara de Comércio Americana para o Brasil – a Amcham Brasil,

Senhora Celita Procópio de Carvalho, Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Armando Álvares Penteado,

Senhora Pilar Procópio de Carvalho Guillon Liotti, Conselheira do Museu de Arte Brasileira,

Senhoras e senhores membros do corpo diplomático,

Senhoras e senhores,

Em primeiro lugar, queria aqui solicitar a indulgência dos senhores e das senhoras para estender uma homenagem pessoal ao Embaixador Rubens Ricupero, que nos honra aqui com sua presença neste evento.

Desnecessário enumerar as diversas altas funções que o Embaixador ocupou em sua destacada carreira, tendo sido, além de Ministro da Fazenda e Ministro do Meio Ambiente, também Secretário-Geral da UNCTAD.

Hoje a função que me cabe destacar é a de Embaixador do Brasil em Washington, sendo um dos antecessores da Embaixadora Maria Luíza Viotti no posto. Foi também Embaixador do Brasil em Roma e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

O Embaixador Ricupero segue sendo – e, arrisco dizer, para sempre será – uma referência intelectual indispensável para os integrantes desta Casa.

Não podemos jamais esquecer que, nos dias sombrios recentemente atravessados, o Embaixador ofereceu luzes onde naquele momento prosperava o obscurantismo, chegando mesmo a emprestar seu nome a um grupo de

expoentes da política externa brasileira que cobrou respeito às tradições da nossa diplomacia.

Tive alegria ao saber, ontem, que sua “magnum opus”, o livro “A diplomacia na construção do Brasil”, verdadeira carta náutica para os estudiosos da política externa brasileira, está em processo de tradução para o inglês.

Tal edição fraqueará acesso à riqueza de conhecimento ali contido para um público mais amplo, inclusive nos Estados Unidos, que poderá adquirir uma compreensão mais profunda a respeito da inserção internacional do Brasil e do papel que o País pode desempenhar no mundo.

Senhoras e senhores,

Há duzentos anos, José Silvestre Rebello entregava suas cartas credenciais ao Presidente James Monroe, em Washington. Naquele momento, passou a ser formalmente reconhecido como Encarregado de Negócios do Brasil nos Estados Unidos da América, tendo sido um pouco depois o primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Washington.

Mais importante: por meio daquele ato, o governo norte-americano reconheceu formalmente a Independência do Brasil, conquistada pela luta de brasileiros e brasileiras. Os Estados Unidos figuram, dessa forma, entre os primeiros países a fazê-lo.

O episódio marcou uma das primeiras vitórias da diplomacia brasileira, no que foi a sua pioneira grande tarefa: assegurar a aceitação do país no concerto das nações.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Império, Luiz José de Carvalho e Mello – primeiro Visconde da Cachoeira – comemorou não só o reconhecimento em si, mas também a força que ele emprestava às nossas negociações com os países europeus.

Quis o destino que uma de nossas amizades mais longevas viesse a se tornar, também, uma das mais importantes e sólidas. Hoje nos reunimos para celebrar tudo o que o Brasil e os Estados Unidos construíram juntos desde aquele memorioso dia de 26 de maio de 1824.

Reconhecida ao Brasil a condição de Estado independente, a relação bilateral passou a envolver interesses econômicos cada vez mais intensos, com a consolidação dos Estados Unidos como grande parceiro comercial.

Os dois países também desempenharam papel importante, por exemplo, no desenvolvimento do movimento pan-americanista – que estaria na origem da Organização dos Estados Americanos, a OEA.

Outro momento simbólico na evolução da nossa parceria deu-se no início do século XX, durante a gestão do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty.

O patrono da nossa diplomacia entendeu que cabia ao Brasil, naquela altura, “entrar resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais”, como escreveu em artigo de imprensa.

Para o Barão, não havia dúvida de que uma das principais “grandes amizades” haveria de ser justamente com os Estados Unidos.

A decisão de estreitamento das relações com Washington esteve baseada em convergência de valores, mas sobretudo em considerações de natureza realista e pragmática.

Apesar da evidente inspiração que os Estados Unidos representavam para a nascente República brasileira nos primeiros anos do século XX, as decisões de Rio Branco estiveram assentadas, em primeiro lugar, em considerações do interesse nacional brasileiro, e não apenas em afinidades ou simpatias.

Em 1916, os EUA ultrapassariam a Europa como principal parceiro do Brasil no comércio de bens, posto que ocupariam por quase cem anos, até 2009, quando aquela posição passou a ser ocupada pela República Popular da China.

Teve início a chegada de empresas norte-americanas ao Brasil, as quais viriam a prestar contribuição importante ao nosso desenvolvimento industrial nas décadas subsequentes.

Os Estados Unidos seguem sendo a principal fonte de investimentos externos diretos na economia brasileira; e o Brasil também se tornou um importante investidor no mercado norte-americano, gerando um estoque não-desprezível de empregos naquele país.

Duzentos anos depois, não podemos perder de vista as lições que aprendemos juntos e as transformações que testemunhamos em nossa caminhada.

Brasil e Estados Unidos lutariam ainda, lado a lado, contra o nazifascismo na Segunda Guerra Mundial.

O Brasil foi, aliás, o único país da América Latina e Caribe a enviar tropas para o esforço de guerra no continente europeu.

Ao final da Guerra, estivemos juntos também nos esforços de construção de uma nova ordem internacional baseada no Direito Internacional, no multilateralismo e na igualdade soberana entre os Estados, de que a criação das Nações Unidas foi o exemplo mais bem acabado.

Senhoras e senhores,

Não pretendo alongar-me em divagações históricas, mas penso que essas referências iniciais nos ajudam a entender a amizade Brasil-Estados Unidos e seu sentido no presente e no futuro.

Por um lado, a memória desses duzentos anos aponta para a relevância e a abrangência das nossas relações; por outro, nos relembra a importância de que sua condução seja feita de maneira sóbria e desassombrada, com ambos os países orientados pela consecução de seus interesses nacionais e dos valores que compartilhamos, em busca de convergências e consensos que beneficiem ambas as sociedades.

Em cada um dos grandes temas que afetam a comunidade internacional – para não dizer o conjunto da humanidade –, Brasil e Estados Unidos têm suas posições, que frequentemente, mas não necessariamente, coincidem, cada quais fundadas em leituras próprias dos respectivos interesses nacionais.

Quando nos encontramos em lados distintos de um argumento, o importante é que, como dois países amigos, mantenhamos abertos os canais de diálogo, para que os pontos de vistas possam ser comparados e contrastados no espírito de encaminhar objetivamente os problemas.

Países de dimensões continentais, com amplas riquezas naturais, somos democracias multiétnicas, que aprenderam a acolher povos de outras regiões e culturas.

Enfrentamos desafios compartilhados, da promoção da igualdade racial ao combate à mudança do clima.

Nossos governos são ambos comprometidos em fazer com que a necessária descarbonização de nossas economias seja acompanhada de oportunidades econômicas e geração de emprego e de renda, inclusive em benefício dos mais necessitados.

No plano bilateral, temos trabalhado para buscar sinergias entre nossas políticas públicas e nossos objetivos de política interna e externa.

A visita do Presidente Lula a Washington, em fevereiro de 2023, com cerca de 40 dias no cargo, em atendimento ao convite do Presidente Joe Biden, inscreveu-se na longa tradição de visita de Chefes de Estado brasileiros à capital norte-americana, muitas vezes em reciprocidade às visitas de presidentes dos Estados Unidos ao Brasil: são catorze visitas de dez ocupantes da Casa Branca, desde que Herbert Hoover visitou o Rio de Janeiro em 1928.

Em setembro passado, por exemplo, o Presidente Lula e o Presidente Biden encontraram-se em Nova York e lançaram uma Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras, um tema historicamente caro a ambos.

A Parceria cobre também temas tradicionais, como o combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil e da discriminação no local do trabalho.

Mas vai além: trata, também, de tópicos que dialogam diretamente com os novos desafios inerentes à economia do século XXI.

Reflete, nesse sentido, o entendimento de que a transição digital e a transformação ecológica devem trazer benefícios e gerar oportunidades, inclusive empregos de qualidade, para todas e todos.

Somos atores de primeira grandeza em agendas internacionais como a produção de alimentos, o combate à mudança do clima e a geração de energia limpa.

Seguimos empenhados em desenvolver iniciativas que possam explorar esse grande potencial de ação conjunta entre Brasil e Estados Unidos.

Na área de energia limpa, por exemplo, assinamos, ainda em 2007, um memorando de entendimento para avançar a cooperação em biocombustíveis.

Dezesseis anos depois, na Cúpula do G20 em Nova Délhi, lançamos a Aliança Global para Biocombustíveis, ao lado de outros parceiros. Possibilidades para aprofundar nossa cooperação nessa área continuam na ordem do dia.

Senhoras e senhores,

A amizade construída entre nossos países vai além dos governos e dos contatos oficiais. Traduz-se, também, em laços interpessoais – pela via do turismo, do intercâmbio acadêmico e das nossas diásporas, por exemplo.

Abrigamos uma comunidade importante de imigrantes norte-americanos, e temos nos Estados Unidos a maior comunidade de brasileiros no exterior.

No trágico contexto das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, essa comunidade brasileira radicada nos Estados Unidos mobilizou-se para acudir seus conterrâneos – um esforço ao qual se somaram, também, tanto o governo norte-americano como entidades privadas e demais cidadãos daquele país.

Agradecemos esse apoio, reconfortados com essa demonstração de solidariedade e de força dos laços humanos entre nossas populações, em um momento de dificuldade.

Caras amigas, caros amigos,

A evolução das nossas relações deve ser vista, também, à luz dos desenvolvimentos maiores das últimas décadas.

A ordem mundial passou por transformações importantes: do mundo bipolar da Guerra Fria, com seus duros reflexos para o Brasil e a América Latina e Caribe, passamos por uma longa transição, culminando na formação de uma ordem crescentemente multipolar, na qual diversos países desempenham papel de relevo em suas regiões e, em diferentes agendas, possuem também alcance global.

O Brasil busca sempre contribuir na busca por soluções coletivas para os desafios contemporâneos.

Na esfera regional, temos impulsionado a revitalização do processo de integração sul-americana.

Sediamos a Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, em maio passado, e a Cúpula da Amazônia, em Belém, três meses depois.

Temos buscado, nesse contexto, apoiar o diálogo e a busca por soluções para desafios regionais, em diálogo constante com nossos vizinhos e com mecanismos regionais de integração.

Temos, também, buscado dar nossa contribuição para o equacionamento de questões globais, como tem deixado claro o exercício da nossa presidência do G20, cujas prioridades são: o combate à fome e à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a reforma da governança global.

Lançamos a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e a Força Tarefa contra a Mudança do Clima.

Em setembro, em Nova York, tomaremos o passo inédito de realizar reunião ministerial do G20 com a participação aberta a todos os países-membros das Nações Unidas, em um verdadeiro chamado à ação em favor da reforma das instituições de governança global.

Em 2025, sediaremos, em Belém do Pará, a COP-30 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – a maior reunião do calendário multilateral. Levaremos, pela primeira vez, a COP até a Amazônia. Esperamos que seja um encontro rico e produtivo.

Temos hoje mais a oferecer, em termos de cooperação e parceria, nas mais diversas áreas.

Nas últimas décadas, ganharam força, nos dois países, agendas que nos unem em termos de valores e prioridades, seja no que se refere à proteção

das nossas instituições democráticas, à promoção da igualdade racial ou no que diz respeito ao combate à mudança do clima.

A estabilização macroeconômica do Brasil, nos últimos trinta anos, também permitiu uma transformação na natureza do nosso diálogo. Hoje, autoridades dos nossos dois países discutem fortalecimento da democracia, transformação ecológica e inteligência artificial.

O tamanho da economia brasileira, a diversidade e solidez do nosso parque produtivo e a pujança do nosso agronegócio continuam a servir de combustível para um diálogo bilateral frutífero em torno de temas econômico-comerciais, inclusive com um foro institucionalizado de reunião entre presidentes de grandes empresas dos dois países – o “CEO Forum”.

Senhoras e senhores,

Os desígnios universalistas da nossa política externa, esboçados inicialmente nos anos 60 e 70, deram frutos, permitindo-nos cumprir, com folga, o desejo de Rio Branco de “entrar resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais”, para retomar a frase que citei no início da minha intervenção.

Nessas amizades – no plural –, não buscamos exclusivismos, mas oportunidades para defender os princípios e valores que nos são caros e promover o interesse nacional, com benefícios tangíveis para brasileiros e brasileiras.

Devemos creditar ao Presidente Lula, em seus dois primeiros mandatos – e novamente neste terceiro – a expansão e o fortalecimento de uma teia de relacionamentos que se estende por todas as regiões do mundo.

À luz dessas novas realidades, nossas relações com os EUA evoluíram para uma parceria madura, com diálogo constante e franco sobre a totalidade da agenda internacional: dos dossiês regionais ao multilaterais, dos direitos humanos à cooperação de saúde, dos temas ambientais aos político-militares, das questões comerciais à agenda de energia.

Nos últimos anos, nossa parceria passou a incluir um elemento novo: a necessidade comum de proteger as instituições democráticas frente a ameaças nascidas do extremismo político.

É uma convergência que deve inspirar o futuro da nossa amizade: as duas maiores democracias das Américas, de mãos dadas contra o extremismo, a violência política, o negacionismo, a exclusão das minorias e de grupos historicamente vulneráveis, a disseminação mal-intencionada de meias-verdades, inverdades e mentiras na arena pública.

Que esse espírito continue a pautar nossos trabalhos.

Muito já foi construído, mas há espaço para mais.

Que nos próximos duzentos anos possamos seguir aprofundando nossa cooperação, buscando oportunidades para benefício mútuo – e, quando necessário for, equacionando nossas diferenças da melhor forma possível, como apenas dois velhos amigos são capazes de fazer.

Amigos e amigas,

Minha carreira profissional foi marcada de forma indelével por minhas passagens pelos Estados Unidos.

Foi a Embaixada do Brasil em Washington meu primeiro posto diplomático, entre o fim dos anos setenta e o início dos anos oitenta, onde me desempenhei como Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário.

Quase trinta anos depois, tive o privilégio de regressar à capital norte-americana, dessa vez como Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, designado pelo Presidente Lula.

Com base nessas experiências – e em tantas outras interações com interlocutores norte-americanos ao longo dos anos –, convenci-me de que Brasil e Estados Unidos podem atuar conjuntamente para impulsionar a reforma da governança global, de forma que as estruturas decisórias reflitam não só a atual configuração do poder mundial, senão de tornar a ordem internacional mais justa, harmônica e equilibrada.

Não será diferente nos Governos do Presidente Lula e do Presidente Biden.

Este é, aliás, um dos momentos em que se deve recorrer à força dessa amizade bicentenária para avançar temas caros aos povos do Brasil e dos Estados Unidos, mas também em favor da defesa da justiça social, do fortalecimento da democracia, da preservação do meio ambiente e, de forma mais ampla, da promoção da paz e da concórdia, dentro e entre os membros da comunidade internacional.

Muito obrigado.

3.8. Discurso do Presidente Lula no segmento externo da Cúpula do G7, na Itália – 14 de junho de 2024

Quero agradecer à primeira-ministra Giorgia Meloni pelo convite para participar deste segmento ampliado.

Na última reunião similar de que participei na Itália, na Cúpula de L'Áquila em 2009, enfrentávamos uma crise financeira global que expôs os equívocos do neoliberalismo.

Hoje o Brasil preside o G20 num contexto de múltiplos e novos desafios.

Conduzir uma revolução digital inclusiva e enfrentar a mudança do clima são dilemas existenciais do nosso tempo.

Precisamos lidar com essa dupla transição tendo como foco a dignidade humana, a saúde do planeta e um senso de responsabilidade com as futuras gerações.

Na área digital, vivenciamos concentração sem precedentes nas mãos de um pequeno número de pessoas e de empresas, sediadas em um número ainda menor de países.

A inteligência artificial (IA) acentua esse cenário de oportunidades, riscos e assimetrias.

Seus benefícios devem ser compartilhados por todos.

Interessa-nos uma IA segura, transparente e emancipadora.

Que respeite os direitos humanos, proteja dados pessoais e promova a integridade da informação.

Que potencialize as capacidades dos Estados de adotarem políticas públicas para o meio ambiente e que contribua para a transição energética.

Uma IA que também tenha a cara do Sul Global, que fortaleça a diversidade cultural e linguística e que desenvolva a economia digital de nossos países.

E, sobretudo, uma IA como ferramenta para a paz, não para a guerra.

Necessitamos de uma governança internacional e intergovernamental da inteligência artificial, em que todos os Estados tenham assento.

Os países africanos são parceiros indispensáveis no enfrentamento desses e de outros desafios.

Com seus 1,5 bilhão de habitantes e seu imenso e rico território, a África tem enormes possibilidades para o futuro.

A força criativa de sua juventude não pode ser desperdiçada cruzando o Saara para se afogar no Mediterrâneo.

Buscar melhores condições de vida não pode ser uma sentença de morte.

Além da União Africana, que integra o G20 pela primeira vez como membro pleno, convidamos Angola, Egito e Nigéria a participar das reuniões durante nossa presidência.

Muitos países africanos estão próximos da insolvência e destinam mais recursos para o pagamento da dívida externa do que para a educação ou a saúde.

Isso constitui fonte permanente de instabilidade social e política.

Sem agregar valor a seus recursos naturais, os países em desenvolvimento seguirão presos na relação de dependência que marcou sua história.

O Estado precisa recuperar seu papel de planejador do desenvolvimento.

Promover o emprego decente e a inclusão social são alguns dos temas que tratei ontem na Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

A Parceria para o Direito dos Trabalhadores que levamos adiante com o Presidente Biden tem essa finalidade.

É nesse contexto de combate às desigualdades que se insere a proposta de tributação internacional justa e progressiva que o Brasil defende no G20.

Já passou da hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos.

Essa concentração excessiva de poder e renda representa um risco à democracia.

Muitos países em desenvolvimento já formularam políticas eficazes para erradicar a fome e a pobreza.

Nosso objetivo, no G20, é mobilizar recursos para ampliá-las e adaptá-las a outras realidades.

O apoio de todos os presentes nesta reunião à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que lançaremos na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro, será fundamental para dar fim a essa chaga que ainda assombra a humanidade.

Senhoras e senhores,

As instituições de governança estão inoperantes diante da realidade geopolítica atual e perpetuam privilégios.

O ano de 2023 viu o gasto com armamentos subir em relação a 2022, chegando a 2,4 trilhões de dólares.

Em Gaza, vemos o legítimo direito de defesa se transformar em direito de vingança.

Estamos diante da violação cotidiana do direito humanitário, que tem vitimado milhares de civis inocentes, sobretudo mulheres e crianças.

Isso nos levou a endossar a decisão da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça.

O Brasil condenou de maneira firme a invasão da Ucrânia pela Rússia.

Já está claro que nenhuma das partes conseguirá atingir todos os seus objetivos pela via militar.

Somente uma conferência internacional que seja reconhecida pelas partes, nos moldes da proposta de Brasil e China, viabilizará a paz.

O G7, o BRICS e o G20 reúnem as maiores economias do planeta.

O futuro que compartilharemos dependerá de nossa capacidade de superar desigualdades e injustiças históricas para vencer as batalhas que a humanidade enfrenta hoje.

Muito obrigado.

3.9. Intervenção do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) – Brasília, 19 de junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), Deputado Lucas Redecker (PSDB-RS),

Excelentíssimos Senhores Vice-Presidentes da CREDN, Deputado General Girão (PL/RN) e Deputado Florentino Neto (PT/PI),

Excelentíssimo Deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), ex-Presidente desta Casa,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores Deputados,

Senhoras e Senhores,

É uma satisfação e uma honra retornar a esta Casa e a esta Comissão, a convite de Vossa Excelência, Deputado Lucas Redecker, após a minha última vinda em dezembro do ano passado.

Ao parabenizar Vossa Excelência pela presidência desta Comissão, permita-me reiterar a importância e o apreço que o Itamaraty confere aos trabalhos da CREDN. O debate franco, o diálogo constante e a cooperação com esta Comissão e, por meio dela, o conjunto da Câmara dos Deputados

têm sido importantes nos mais diversos temas relacionados à política externa brasileira.

Sendo esta a minha vinda regimental anual, farei um breve balanço das atividades da política externa do Governo brasileiro, liderado pelo Presidente Lula, no ano passado. Pretendo, também, tratar das prioridades da política externa para o ano em curso e para 2025, além de comentar os principais temas em destaque na agenda internacional, conforme solicitado pelos requerimentos aprovados.

Senhor Presidente,

Antes de tudo, eu quero começar esta apresentação me referindo à atuação do Itamaraty, dentro dos esforços do governo brasileiro como um todo, para fazer frente ao que já foi considerado o maior desastre socioambiental de nossa história. Estou me referindo às inundações no estado do Rio Grande do Sul – seu estado natal.

As chuvas torrenciais geraram rastro de destruição, cerca de 176 mortes, 806 feridos, 39 desaparecidos, e mais de 400 mil desabrigados. Afetaram - e continuam a impactar - a vida de mais de 2,4 milhões de brasileiras e brasileiros que moram no estado. Quero deixar registrados os sentimentos do Ministério das Relações Exteriores a todas as pessoas que perderam seus entes queridos, suas casas, negócios, memórias, enfim, a todos os atingidos. O Presidente Lula inclusive adiou sua planejada visita de Estado ao Chile, prevista para princípios de maio, para ficar no Brasil coordenando a resposta a esse desastre.

Como os senhores sabem, o Itamaraty possui vasta experiência na coordenação e apoio a brasileiros em situações de emergência no exterior. A recente Operação Voltando em Paz, que trouxe de volta ao Brasil cerca de 1.560 brasileiros que estavam em Israel e na Palestina, é uma demonstração disso.

O conjunto do Ministério das Relações Exteriores tem trabalhado de forma coordenada na resposta à catástrofe no Rio Grande do Sul.

Aceitamos todas as ofertas de ajuda que tinham possibilidade de implementação e fizemos todo o possível para assegurar que a ajuda chegasse ao seu destino.

Esse tem sido um processo contínuo e o Itamaraty busca atuar, como sempre, de forma coordenada, tanto em nível interministerial, quanto federativo. Aliás, uma das marcas do governo do Presidente Lula tem sido a reconstrução da institucionalidade da relação entre o Governo Federal, os

Estados e os Municípios. E o Ministério das Relações Exteriores, de igual forma, tem também dedicado esforços para aprimorar a articulação federativa da política externa.

Recebemos quase uma centena de mensagens de solidariedade e ofertas de doações de países amigos. Algumas ofertas se operacionalizaram imediatamente. Há diversas outras ofertas aceitas e ainda em tramitação.

Aproveito para agradecer a cada um dos países que se mostraram solidários ao Brasil nesse momento de grande comoção nacional.

Senhor Presidente,

Esse desastre foi mais um sinal de alerta sobre a necessidade de avançarmos, em passo acelerado, na agenda do clima, meio ambiente e sustentabilidade.

Essa é uma área na qual nosso país tem liderança e protagonismo. Foi por esse motivo que determinei, logo no início de minha gestão à frente do Ministério, a criação de uma Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente.

É esse o espírito em que buscamos desenvolver a “diplomacia para a Amazônia”, no ano passado, que culminará com a Conferência do Clima, em 2025 na cidade de Belém, a chamada COP30.

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Quero rapidamente passar em revista o primeiro ano da política externa determinada pelo Presidente Lula. O objetivo central foi o de reposicionar o Brasil no Mundo, devolvendo o país ao seu devido lugar na comunidade internacional. Avalio que concluímos com êxito essa tarefa.

O Presidente Lula e eu próprio mantivemos mais de duzentas interações com contrapartes de todas as regiões do mundo, na forma de participação em Cúpulas, visitas realizadas ou recebidas, reuniões bilaterais, telefonemas e outros contatos.

O ponto de partida foi, como não poderia deixar de ser, a nossa própria região, em linha com o mandamento constitucional de integração latino-americana.

Buscamos revitalizar a parceria com nossos sócios estratégicos do MERCOSUL. Regressamos à Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe – a CELAC. Lançamos nova agenda de cooperação e integração na América do Sul com o Consenso de Brasília, adotado na Reunião de Presidentes de Países da América do Sul, realizada aqui em Brasília, em 30 de maio do

ano passado. Em agosto, sediamos a Cúpula da Amazônia, em Belém, com os chefes de Estado dos países membros do Tratado de Cooperação Amazônica.

Fortalecemos, também, relações com parceiros desenvolvidos, como os países europeus e os Estados Unidos - com quem estamos celebrando neste mês duzentos anos de relações diplomáticas.

A visita do Presidente Lula a Washington, em fevereiro do ano passado, teve um significado especial no sentido de lançar um sinal forte de parceria renovada dos países que são as duas maiores democracias do continente. Essa cooperação foi reforçada no encontro que os Presidentes Lula e Biden mantiveram em Nova York, em setembro do ano passado, quando lançaram a inédita “Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, que visa à promoção do trabalho digno.

No marco das celebrações do bicentenário, organizamos, no dia 28 de maio, aqui em Brasília, no Palácio do Itamaraty, um seminário com painéis dedicados aos principais temas da agenda bilateral que congregou acadêmicos, autoridades, empresários e demais atores da sociedade civil.

Além disso, demos novo impulso à vocação universalista da nossa política externa. Isso envolveu um exercício de repensar e redimensionar nossas relações de cooperação com países da África, continente com o qual mantemos profundos laços históricos, culturais e comerciais. Nesse mesmo espírito, retomamos o engajamento com o Oriente Médio e com a Ásia.

Como as senhoras e os senhores se recordarão, o Presidente Lula realizou, em abril do ano passado, uma Visita de Estado à China, nosso principal parceiro comercial, principal destino de nossas exportações agrícolas, e uma das principais fontes de investimentos estrangeiros diretos no Brasil. A visita contou com a participação de ampla delegação empresarial (e também parlamentar). Foi marcada pela obtenção de resultados concretos, tanto políticos, como econômico-comerciais: foram assinados acordos que, juntos, somam mais de R\$ 50 bilhões em investimentos. Neste ano de 2024, celebramos 50 anos de relações diplomáticas bilaterais Brasil-China. Neste período, as trocas comerciais evoluíram de modestos 19 milhões de dólares em 1974 ao primeiro lugar no ranking de nosso comércio bilateral com todos os países do mundo, atingindo um total de 157 bilhões de dólares em 2024.

Na esfera comercial, graças à ação coordenada do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária, conseguimos abrir, no ano passado, 78 novos mercados para produtos agropecuários, em 39 países, distribuídos pelos cinco continentes. Já nestes primeiros seis

meses do corrente ano, obtivemos acesso a mais 66 mercados, totalizando 144 aberturas de mercado em 51 países desde o início do terceiro mandato do Presidente Lula. Isso se reflete em mais atividade econômica, emprego e renda aqui no Brasil.

Ainda na diplomacia comercial, quero ressaltar a conclusão do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura, o primeiro dessa natureza que o bloco assina desde 2011. É nosso o objetivo atualizar o Mercosul, concluir as negociações em curso, a exemplo da negociação Mercosul-União Europeia e Mercosul-EFTA, além de abrir novas frentes de negociação.

No plano multilateral econômico, participei, neste ano, da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Nossa atuação teve como parâmetro geral a defesa da Organização Mundial do Comércio e do sistema multilateral de comércio, em linha com a atuação histórica do Brasil e com a prioridade atribuída pela presidência brasileira do G20 ao fortalecimento da governança global.

Quero destacar, ainda, que a diplomacia brasileira voltou a dar ênfase às coalizões de geometria variável.

A retomada do Fórum de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS, criado em 2003, é um exemplo dessa leitura da realidade internacional. A presidência brasileira do mecanismo, assumida em março do ano passado, tem priorizado o fortalecimento de uma agenda estratégica entre três grandes democracias do Sul Global, que articulam o Atlântico e o Índico. Vamos sediar a Cúpula do IBAS, após o G20, em nível de Chefe de Estado, em novembro próximo, no Rio de Janeiro. Esta reunião contará, pela primeira vez, com sessão de engajamento externo.

Do mesmo modo, não podemos deixar de mencionar nosso renovado engajamento com o BRICS. Ao longo dos últimos 15 anos, o grupo tem sido uma das principais plataformas político-diplomáticas e de cooperação econômica de que o Brasil dispõe para promover seus interesses em nível global e avançar no processo de reforma do sistema internacional.

O BRICS não tem por objetivo criar uma nova ordem global, muito pelo contrário, tem um patrimônio de ações voltadas à cooperação e reforma das instituições, de modo a torná-las mais democráticas, representativas e equitativas.

A expansão recente do grupo, acordada na Cúpula de Joanesburgo em agosto de 2023, tende a reforçar esse peso global. Foram admitidos, nessa ocasião, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irã, Etiópia e Egito.

No campo econômico, por exemplo, com a expansão para 10 membros, o novo BRICS ampliado representa 34% do comércio exterior do Brasil. Claramente, portanto, isso pode se traduzir em maiores oportunidades de fluxos de comércio e investimentos para o Brasil. A Rússia tem presidido o grupo neste ano e convocou a Cúpula do BRICS para outubro próximo, na cidade de Kazan. Em 2025, a presidência do grupo BRICS caberá ao Brasil.

Recalibramos, também, nosso engajamento e intensificamos nosso protagonismo no tratamento dos principais temas da agenda global, com destaque para a esfera multilateral.

Em alguns casos, restauramos nosso padrão histórico de votação, em linha com os princípios constitucionais e a linha tradicional da diplomacia brasileira.

Na Organização Mundial da Saúde, atuamos com dedicação e firmeza e estamos negociando as regras do tratado de pandemias de modo a garantir que os erros que dificultaram a resposta à Covid-19 não venham a se repetir.

Renovamos, ademais, nosso compromisso com o fortalecimento do multilateralismo e a promoção da reforma da governança internacional, a começar pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão máximo capaz de velar pela paz e segurança internacional.

Senhoras e senhores,

Neste segundo ano de governo do Presidente Lula, o Itamaraty está empenhando esforços para não apenas consolidar iniciativas lançadas no ano passado, mas ir além.

O Brasil se tornou um polo de atração de muitos países, como tem sido evidenciado pelo alto número de visitas recebidas desde o ano passado. Isso abre novas possibilidades de parcerias políticas e econômicas em prol do desenvolvimento sustentável do Brasil, assim como dos nossos parceiros.

O principal exemplo disso é a presidência brasileira do G20, eixo principal da política externa em 2024. Nosso lema é “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”.

Até o momento, já realizamos 62 reuniões tanto presenciais quanto virtuais, em nível técnico e ministerial, nas cidades-sede das cinco regiões do

País. Temos previstas mais 75 reuniões até a Cúpula do G20, que terá lugar na cidade do Rio de Janeiro nos dias 18 e 19 de novembro próximo.

A liderança brasileira do agrupamento, que congrega as 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e a União Africana, tem sido oportunidade para projetarmos, de forma criativa, nossa visão sobre temas prioritários da agenda internacional nesse contexto conturbado.

O governo brasileiro definiu três temas prioritários para nossa presidência do G20: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transição energética e a promoção do desenvolvimento sustentável; e a reforma das instituições de governança global. Essas prioridades foram aprovadas por unanimidade pelos demais membros do G20.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro passado, durante a primeira reunião de chanceleres do G20, no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de discutir com profundidade a reforma da governança global.

Posteriormente, no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, os ministros das finanças do G20 se reuniram para discutir a arquitetura financeira internacional, inclusive temas como evasão fiscal, tributação internacional, finanças sustentáveis, entre outros.

Estamos trabalhando para operacionalizar três iniciativas prioritárias lançadas pelo Brasil. Em primeiro lugar, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que tem por objetivo mobilizar uma massa crítica de países em torno de compromissos voltados para a erradicação da pobreza e da fome no mundo. Em segundo lugar, a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas, que buscará incentivar a formação de um grupo de países dedicados a assumir compromissos ambiciosos de redução de gases de efeito estufa tendo em vista a COP 30 em Belém. Quanto ao objetivo de reforma da governança global, faremos uma reunião inédita de chanceleres do G20, que será a segunda do ano e se realizará em Nova York, logo após a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, para promover debates sobre esse tema. A abertura desta reunião será feita pelo Presidente Lula em companhia do Secretário Geral das Nações Unidas, António Guterres, e estará aberta à participação de todos os Estados-membros das Nações Unidas.

Quero também mencionar que o senhor Presidente da República foi convidado, pelo governo do Peru, a participar da Cúpula dos Líderes do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico – a APEC – que se reunirá em Lima, imediatamente antes da Cúpula do G20.

Criada na década de 80, a APEC congrega 21 economias, inclusive os EUA e a China. Seu objetivo principal é a liberalização do comércio e dos investimentos na região da Ásia-Pacífico. As prioridades da presidência de turno peruana são promover uma zona de livre comércio Ásia-Pacífico, a transição da economia informal para economia formal, o hidrogênio verde, entre outros. Há pontos de contato entre a APEC e o G20, e não preciso enfatizar a importância, para o Brasil, em especial em termos de comércio, da região da Ásia-Pacífico, destino de 43% das nossas exportações.

Senhor Presidente,

A agenda externa continua intensa em 2024.

Acabo de regressar de viagens bilaterais ao Marrocos, Turquia e Grécia, e ainda à Rússia, onde participei da reunião de chanceleres do BRICS. Em seguida, acompanhei o Senhor Presidente da República na Cúpula do G7 na Itália.

Quero começar comentando o G7, grupo de países composto por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá, e com o qual mantemos relações políticas importantes e um intercâmbio comercial de cerca de 140 bilhões de dólares. O Presidente Lula é o único chefe de Estado a ter participado das 8 edições do G7 durante seus primeiros dois mandatos. Participou, no ano passado, da Cúpula do G7 em Hiroshima e, agora, da Cúpula do grupo na Itália. São, portanto, 10 convites do G7 ao Presidente Lula, o que demonstra o interesse dos países do grupo no Brasil.

O encontro do G7 em Apúlia, na Itália, foi importante para alavancar o potencial dos membros do G7 em favor das prioridades de nossa presidência de turno do G20. Esse foi o tom da intervenção do Presidente Lula durante a sessão plenária. À margem, o Presidente Lula reuniu-se com o Papa Francisco, que também foi convidado de honra para a Cúpula do G7, com quem tratou especificamente do combate à fome e à desigualdade e dos desafios da inteligência artificial. O Presidente manteve, ainda, reuniões bilaterais com o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, o Presidente da Turquia, Recep Erdogan, o Presidente da França, Emmanuel Macron, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, o chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz, além da anfitriã, a Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Giorgia Meloni.

No dia anterior ao G7, o Presidente Lula foi a Genebra para participar, como orador principal, do Fórum Inaugural da Coalizão Global para a Justiça Social da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Coalizão é copresidida pelo Presidente Lula e pelo diretor-geral da Organização Internacional do

Trabalho, a OIT. Essa Coalizão tem o mesmo espírito da iniciativa “Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras”, lançada pelo Presidente Lula e pelo Presidente Biden no ano passado, como já mencionei.

Realizei, nos dias 6 e 7 de junho, visita oficial ao Marrocos a convite do chanceler Nasser Bourita. Repassamos o conjunto da agenda bilateral e firmamos acordos e memorandos de entendimento. Saudamos a reabertura da conexão aérea, suspensa durante a pandemia de Covid-19, entre Casablanca e São Paulo, que acontecerá a partir do mês de outubro do corrente ano, e que facilitará os fluxos comerciais e turísticos entre nossos países. O Marrocos já é o terceiro maior parceiro do Brasil no continente africano, após a Argélia e o Egito. Nosso intercâmbio comercial alcançou US\$ 2,7 bilhões em 2023.

Também estive em Nizhny Novgorod, na Rússia, nos dias 10 e 11 de junho, para a reunião de chanceleres do BRICS. Essa foi a primeira reunião em formato ampliado, com os novos membros.

Saí de lá com convicção reforçada de que o BRICS hoje materializa a crescente influência do Sul Global nos assuntos internacionais. Tivemos oportunidade de discutir cooperação econômica e financeira em moeda local, entre outros temas candentes da agenda internacional. O Presidente Lula já confirmou que irá à reunião dos Líderes do BRICS, a realizar-se em Kazan, na Rússia, em outubro próximo. No ano que vem, como já disse, competirá ao Brasil presidir o agrupamento.

No dia 12 de junho visitei Ancara, na Turquia, para reuniões com meu homólogo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A Turquia é parceiro estratégico do Brasil desde 2010, e nossas relações passam por momento importante de aproximação. O comércio entre Brasil e Turquia alcançou, em 2023, a importante marca de US\$ 4,7 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 2,2 bilhões. Tive a oportunidade de ser recebido pelo Presidente da República da Turquia, o Presidente Erdogan. A propósito, durante o G7, o Presidente Lula convidou o Presidente Erdogan a visitar o Brasil e participar de Fórum Empresarial Brasil-Turquia no próximo ano.

De Ancara, fui a Atenas também para visita oficial, e lá pude examinar, com o meu homólogo, o ministro das relações exteriores da Grécia, as oportunidades de aprofundar o diálogo político com aquele país, com o qual compartilhamos valores e posições, inclusive no plano multilateral. Queremos aprofundar também os laços econômicos com ampliação do comércio, cujo fluxo em 2023 atingiu US\$ 500 milhões. Valorizamos o reiterado apoio da Grécia a um assento permanente para o Brasil no Conselho de Segurança das

Nações Unidas reformado. A Grécia também tem sido importante voz também em favor da conclusão das negociações entre o Mercosul e a União Europeia.

Mas a agenda internacional já estava intensa desde o início do ano.

Começando pela Ásia, recebi em Brasília, já no início do mês de janeiro, visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, com quem copresidi a IV Reunião do Diálogo Estratégico Global Brasil-China. O encontro foi muito produtivo e permitiu que discutíssemos os preparativos para a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a COSBAN, o principal mecanismo de diálogo regular Brasil-China.

E, nos dias 4 a 7 de junho, o Vice-Presidente da República Geraldo Alckmin realizou visita oficial à China, acompanhado de representantes de 21 ministérios e agências governamentais. Copresidiu, com o Vice-Presidente da China, a VIII Plenária da COSBAN, que resultou na assinatura de 8 instrumentos intergovernamentais e no anúncio de 29 resultados, além de 10 atos do setor privado, nas áreas de agricultura, finanças, entre outras.

O Vice-Presidente Geraldo Alckmin também participou do Seminário Empresarial Brasil-China, em 5 de junho. A China é o principal parceiro comercial do Brasil há 15 anos. O comércio bilateral alcançou US\$ 157 bilhões em 2023, recorde histórico. Temos com a China o nosso maior superávit, 51 bilhões de dólares, que é, sozinho, mais da metade de todo o superávit global brasileiro. O Brasil é o país que recebe mais investimentos chineses na América Latina, com 48% do total da região, com estoque acumulado em quase US\$ 72 bilhões entre 2007 e 2022.

Aguardamos a visita de Estado do Presidente Xi Jinping em novembro próximo, quando celebraremos os 50 anos de relações bilaterais. Essa visita ocorrerá imediatamente após a Cúpula do G20, que será no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro.

Em abril, realizei visitas oficiais a Bangladesh e Vietnã, acompanhado de missão empresarial. Foi, por sinal, a primeira visita de um chanceler brasileiro a Bangladesh, país para onde exportamos, em 2023, US\$ 2,1 bilhões, cifra que não é muito distante das exportações brasileiras para a França, que alcançam US\$ 2,9 bilhões. Para o Vietnã, as exportações brasileiras no ano passado foram de US\$ 3,7 bilhões, cifra que se aproxima aos US\$ 4 bilhões exportados para a Itália, por exemplo. Temos oportunidades de promover também bens de alto valor agregado, além de tecnologias na área da transição energética, como a do uso em larga escala do etanol. A propósito, o Itamaraty, junto com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA) e o Arranjo

Produtivo Local do Álcool (APLA), organizou, no Vietnã e em Bangladesh, exitosos eventos de promoção do Etanol denominados “Ethanol Talks”.

No dia 3 de maio, o Primeiro-Ministro do Japão, Fumio Kishida, realizou visita oficial ao Brasil. No dia 4 de maio, presidiu o Fórum Empresarial Brasil-Japão com o vice-Presidente Geraldo Alckmin. Parceiro Estratégico e Global do Brasil há uma década, o Japão foi, em 2023, nosso 2º sócio comercial na Ásia e o 9º no mundo, com intercâmbio comercial de quase US\$ 12 bilhões e superávit brasileiro de US\$ 1,5 bilhão. O Japão é o 8º maior investidor externo no Brasil pelo critério de controlador final, com estoque de cerca de US\$ 28,5 bilhões. Vale sempre ter presente a dimensão humana de nossas relações. O Brasil conta com a maior população nipo-descendente fora do Japão, estimada em cerca de 2,7 milhões de pessoas. O Japão, por sua vez, abriga a 5ª maior comunidade brasileira no exterior, com mais de 211 mil nacionais.

Criamos, também neste ano, a posição de delegado permanente do Brasil junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco de 10 países representativo de uma das regiões mais dinâmicas do mundo. A ASEAN é composta por Tailândia, Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Camboja, Brunei, Mianmar e Laos, totalizando população de mais de 670 milhões de habitantes. Nosso comércio com o bloco tem aumentado consistentemente e alcançou a cifra de US\$ 37 bilhões de dólares no ano passado. Isso é quase o equivalente ao comércio do Brasil com os sócios do Mercosul, que foi de 40 bilhões de dólares no ano de 2023.

Outra prioridade para este ano, conforme orientações recebidas do Presidente Lula, são as relações com o continente africano.

Em fevereiro, o Presidente realizou visita ao Egito, país com o qual celebramos, neste ano, cem anos de relações diplomáticas. Mantemos um importante fluxo comercial da ordem de quase 3 bilhões de dólares. O Presidente regressou à sede da Liga dos Estados Árabes no Cairo, após 20 anos de seu primeiro discurso naquele foro – o primeiro e único, até então, realizado por um chefe de Estado brasileiro. A Liga Árabe congrega 22 países membros. No ano passado o comércio do Brasil com conjunto dos países da Liga Árabe foi da ordem de US\$ 30 bilhões.

Em seguida, o Presidente esteve em Adis Abeba, na Etiópia, para uma visita de Estado importante e para participar como convidado especial da Cúpula da União Africana. Foi o único chefe de Estado de fora da região a ter sido convidado para tomar a palavra, além do Primeiro-Ministro da Palestina.

O Presidente também manteve uma série de reuniões bilaterais com os países da região.

Estamos muito satisfeitos que a União Africana tenha escolhido Salvador, na Bahia, para sediar o encontro da 6ª Região da Conferência da diáspora africana e afrodescendentes, que se realizará de 29 a 31 de agosto próximo, em preparação ao 9º Congresso Pan-Africano, a ser realizado em Lomé. Essa reunião será realizada em Salvador, com a participação de representantes dos países do continente africano, das Américas e do Caribe. Sendo o Brasil o maior país com população negra fora da África, é muito forte e simbólico que Salvador sedie esse evento presencial. O Itamaraty está organizando, em conjunto com o Ministério da Igualdade Racial, o segmento de alto nível governamental, para o qual todos os chanceleres de países membros da União Africana e das Américas foram convidados.

Em abril, quero destacar a visita que recebi da chanceler da África do Sul, Naledi Pandor. Copresidimos a 7ª reunião da Comissão Mista Brasil-África do Sul, quando tivemos a oportunidade de revisar os principais temas da pauta bilateral. Trata-se de parceiro estratégico desde 2010, além de sócio no BRICS e no IBAS, além de membro do G20. Em 2023, o comércio bilateral totalizou US\$ 2,2 bilhões de dólares, tendo as exportações brasileiras somado US\$ 1,6 bilhão de dólares. Graças a esses esforços bilaterais, foram retomados os voos diretos entre São Paulo e Joanesburgo e São Paulo e Cidade do Cabo, também interrompidos durante a pandemia de Covid-19. Reuni-me novamente com a Ministra Pandor à margem da reunião de chanceleres do BRICS, na semana passada.

Em maio, o Presidente Lula recebeu em Brasília o Presidente do Benim, Patrice Talon. Eu já havia recebido o chanceler do Benim, em março passado, para preparar a visita presidencial. As relações são históricas e basta mencionar que, no Benim, existe um monumento conhecido como “A Porta do Não Retorno” em Uidá, monumento que simboliza o sofrimento dos muitos que foram escravizados e enviados ao Brasil. Além do encontro com o Presidente Lula, a agenda do Presidente Talon possibilitou sua participação, como convidado de honra, em almoço em celebração ao Dia da África no Itamaraty, além de visitas a Salvador e São Luís do Maranhão no dia 25 de maio. Em Salvador, o Presidente Talon foi recebido pelo governador e visitou a Casa do Benim. Em São Luís, esteve igualmente com autoridades locais e visitou a Casa das Minas. A Casa teria sido fundada por Nã Agontimé, esposa do Rei Agonglô e Rainha-mãe do Daomé, atual Benim, que foi trazida escravizada para o Brasil no século XVIII.

Tampouco descuidamos neste ano das relações com os parceiros europeus. Com a União Europeia, em particular, mantemos comércio de patamar elevado, acima de 90 bilhões de dólares. Posso afirmar que fizemos importantes avanços na negociação do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia durante a presidência “pro tempore” brasileira do Mercosul, no ano passado, o que demonstra o engajamento do Brasil e dos sócios do Mercosul. Seguimos comprometidos com a conclusão deste importante acordo, o que, esperamos, possa ocorrer ainda este ano. Esse foi um dos temas que o Presidente Lula tratou nas conversas que manteve, à margem da Cúpula do G7, na Itália, com o Presidente da França, Emmanuel Macron, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, o chanceler Federal da Alemanha, Olaf Scholz, e a Presidente do Conselho de Ministros da Itália, Giorgia Meloni.

Continuamos igualmente comprometidos com as negociações entre MERCOSUL e o EFTA, a Associação Europeia de Livre Comércio. Esse grupo de países é integrado por Suíça, Islândia, Liechtenstein e Noruega, congregando uma população de 15 milhões de pessoas e um PIB de US\$ 1,5 trilhão de dólares.

No mês de março, o Presidente recebeu visita do Presidente do Governo da Espanha, Pedro Sánchez. Brasil e Espanha compartilham valores fundamentais, entre os quais a defesa da democracia e a inclusão social. A Espanha consolidou-se como o segundo maior investidor no país, com presença nos setores energético, bancário, de telecomunicações, e de seguros, entre outros.

Também em março, o Presidente da França, Emmanuel Macron, realizou visita de três dias ao Brasil, com agendas em Belém, no estado do Rio de Janeiro – no Complexo Naval de Itaguaí –, em São Paulo e em Brasília. Trata-se de um parceiro estratégico de grande relevância com quem mantemos amplo leque de cooperação. Na ocasião, os Presidentes Lula e Macron acompanharam o lançamento ao mar do submarino Tonelero, o terceiro dos quatro submarinos com propulsão convencional desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos, o PROSUB, da Marinha do Brasil. Destaco, ainda, que a França ocupa a posição de 3º maior investidor no Brasil, com cerca de US\$ 38 bilhões. Em 2023, a corrente de comércio alcançou US\$ 8,5 bilhões.

Em fins de abril, realizei périplo pela Europa.

Comecei em Lisboa para representar o governo brasileiro nas comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos, que marca o início da redemocratização de Portugal. Mantive, ainda, reunião com o chanceler Paulo Rangel. Portugal também é importante parceiro comercial do Brasil na Europa, com fluxo de US\$ 4,7 bilhões de dólares.

Nos dias 29 e 30 de abril, realizei visita oficial à Suíça, onde fui recebido pelo meu homólogo, o conselheiro Federal Ignazio Cassis, e outras autoridades. A Suíça é importante investidor no Brasil, com estoque de investimentos, em 2022, de cerca de US\$ 24 bilhões. Mais de 600 empresas de origem suíça geram cerca de 65 mil empregos no Brasil. Em 2023, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 4,2 bilhões, com expansão de 13% em relação ao ano anterior. Tratei, também, das negociações do Acordo Comercial entre o Mercosul e o EFTA com o Conselheiro Federal para Economia, Educação e Pesquisa da Suíça, Guy Parmelin.

No dia 1º de maio, em Ímola, participei, a convite do governo italiano, da cerimônia em memória aos trinta anos do falecimento de Ayrton Senna, nosso herói que nos deixou prematuramente naquele fatídico final de semana em Ímola. À margem deste ato, reuni-me com o chanceler da Itália, Antonio Tajani, quando discutimos o G7, conflito Israel-Palestina e Guerra na Ucrânia. Encontrei-me, também, nessa ocasião, com o chanceler da Áustria, Alexander Schallenberg.

Da Itália, fui a Paris, para participar da reunião Ministerial da OCDE. À margem da reunião ministerial, mantive encontros bilaterais com o chanceler de Luxemburgo, o chanceler da França e a Ministra da Sustentabilidade e do Meio Ambiente de Singapura. Participei, ainda, de reunião informal de ministros da Organização Mundial de Comércio, na qual foi debatida a situação da Organização após a 13a Conferência Ministerial, ocorrida em Abu Dhabi no último mês de fevereiro.

Ao mesmo tempo, seguimos conferindo especial ênfase à cooperação e à integração na América Latina e Caribe.

Em 28 de fevereiro, o Presidente Lula visitou a Guiana para participar da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe, a CARICOM, em Georgetown. É entidade que congrega 15 países membros do Caribe e com a qual mantemos importante intercâmbio comercial. Manteve, ainda, reunião bilateral com o Presidente da Guiana, Irfaan Ali.

A propósito, o Brasil aceitou o convite para organizar, no ano que vem, a Reunião Anual de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe, o BDC. O Banco conta hoje com importante ativo e capital e 28 membros, entre os quais os quinze integrantes da CARICOM. O Brasil ingressou na instituição com participação acionária de cerca de 2%. Será oportunidade, também, para organizarmos, em paralelo, a Cúpula Brasil-países do Caribe.

Em 1º de março, o Presidente Lula participou da Cúpula da CELAC – a Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos – em Kingstown, São Vicente e Granadinas. A CELAC, como grupo, tem também importante dimensão comercial para o Brasil, com intercâmbio total da ordem de 83 bilhões de dólares.

Em suma, nosso objetivo é trabalhar por uma região onde não prevaleçam conflitos ou isolamentos, buscando soluções negociadas para os desafios que compartilhamos.

É nesse contexto que se enquadram nossas relações com a Venezuela, país com o qual mantemos mais de 2.000 Km de fronteiras terrestres em plena Amazônia. Nossa Embaixada em Caracas foi reaberta no ano passado, e a Embaixadora Glivânia de Oliveira assumiu suas funções neste ano. Isso nos possibilita prover assistência consular aos mais de 15 mil brasileiros que vivem por lá. E também nos permite seguir, in loco, a situação política no país vizinho. Estamos comprometidos com os Acordos de Barbados, dos quais o Brasil foi uma das testemunhas na figura do Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim. Temos mantido interlocução com governo e oposição. Todos parecem considerar que a realização de eleições em 28 de julho próximo é a melhor forma de enfrentar a crise venezuelana.

Consideramos importante que esse processo conte com ampla presença de observadores internacionais, conforme previsto nos Acordos de Barbados, com vistas à boa aceitação dos resultados, à superação da crise no país e a normalização de sua situação, nos planos interno e externo. Entre os organismos internacionais que foram convidados, encontram-se a ONU, a própria CELAC, a CARICOM, a União Africana, os BRICS, a União Interamericana de Organismos Eleitorais e o Centro Carter dos Estados Unidos. Também nos foi dirigido um convite para que indicássemos observadores eleitorais. Quem quer que seja que vença a eleição do próximo mês de julho, governo ou oposição, precisará ter sua legitimidade aceita por todos, daí a importância da participação de observadores internacionais.

A propósito, foi graças a esses mecanismos e canais de diálogo reabertos que o Brasil conseguiu contribuir para desarmar tensões entre a Venezuela e a Guiana sobre a disputada região do Essequibo. Isso se deveu muito à iniciativa do Presidente Lula durante a Cúpula do Mercosul em dezembro último no Rio de Janeiro, ao propor ao Presidente de turno da CELAC, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, que abordasse a questão com

ambas as partes, fazendo uma intermediação entre Guiana e Venezuela em nome da CELAC.

Atendendo a esse chamado para criar um espaço de entendimento, os Presidentes Maduro e Irfaan Ali se reuniram em dezembro e concordaram, na Declaração de Argyle, em não recorrer à força para resolver o contencioso bilateral. Comprometeram-se, ainda, a manter negociações com vistas a encontrar solução diplomática permanente. Realizei, em Brasília, em 25 de janeiro, a I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e da Venezuela. Esta Comissão foi criada no contexto da Declaração de Argyle. Também nessa reunião ambas as partes reafirmaram o seu compromisso com a paz e com o diálogo contínuo. É preciso ressaltar também que a interferência de atores extrarregionais, a qualquer um dos lados, deve ser evitada. Precisamos de diplomacia nesta questão, e não de armas.

Representei o governo brasileiro na posse do Presidente da Argentina, Javier Milei, no final de dezembro de 2023. Eu próprio já encontrei a Chanceler Diana Mondino cinco vezes. Antes mesmo da posse, recebi sua visita na qualidade de chanceler designada, e mantivemos encontros à margem do Mercosul no Paraguai, na reunião de chanceleres do G20, no Rio de Janeiro, na OMC e na OCDE, em Paris, além de vários telefonemas. Em março, tive a honra de recebê-la, Diana Mondino, Chanceler da Argentina, em Brasília, para primeira visita oficial. Seguimos trabalhando nos mais diferentes níveis com nossos aliados estratégicos, especialmente a Argentina.

Acompanhamos com preocupação a situação no Haiti. Nossa Embaixada segue aberta em Porto Príncipe, com a proteção de destacamento de fuzileiros navais, para que possamos dar nosso apoio e contribuição e à estabilização no país. No contexto do agravamento da situação de segurança e do fechamento prolongado do aeroporto internacional de Porto Príncipe, realizamos, em 10 de abril, operação de evacuação de sete brasileiros que manifestaram a intenção de deixar o país rumo à República Dominicana. Outros 59 nacionais decidiram permanecer no país ou sair por meios próprios. No aspecto político, saudamos o estabelecimento do Conselho Presidencial de Transição e a nomeação de um primeiro-ministro, passo fundamental para a estabilização política do país. Esperamos que o Conselho cumpra sua tarefa crucial de liderar o Haiti até a realização das eleições. Estamos abertos a contribuir para a Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS) mandatada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Considero muito positiva a iniciativa do Quênia de liderar a Missão Multinacional de Apoio à Segurança e a intenção

de Antígua e Barbuda também de se juntar a esta Missão, além de Bahamas, Barbados e Jamaica.

Em abril, o Presidente Lula fez importante visita à Colômbia, onde manteve reunião bilateral com o Presidente Gustavo Petro e participou da cerimônia de abertura da 36ª Feira Internacional do Livro de Bogotá, da qual o Brasil foi o país homenageado. Compartilhamos fronteira de quase 1.700 quilômetros e temos um potencial amazônico exuberante e extraordinário.

Em 2023 estive por duas vezes em Assunção, em março e em agosto, nesta ocasião por ocasião da Posse do Presidente Santiago Peña. Em 2024, voltei ao Paraguai em pelo menos 3 ocasiões: durante a Presidência paraguaia do Mercosul e, posteriormente, nos meses de abril e maio, para negociações sobre Itaipu. Em abril e maio deste ano, estive acompanhado do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, quando tratamos com nossas contrapartes paraguaias sobre Itaipu. Tive ainda o prazer de receber o chanceler Rubén Ramírez, do Paraguai, em agosto de 2023, e em fevereiro de 2024, por ocasião da 1ª reunião de Chanceleres do G20, no Rio de Janeiro.

Passando para o Oriente Médio, quero destacar o périplo que realizei na região, entre 15 e 20 de março, incluindo Amã, na Jordânia, Ramala, na Palestina, Beirute, no Líbano, e Jedá, na Arábia Saudita. Em todas essas ocasiões, reuni-me com meus homólogos, passando em revista os principais pontos da agenda bilateral, sobretudo em temas de cooperação técnica, comércio e investimentos.

Como não poderia deixar de ser, tratamos também de questões regionais, em particular o conflito israelo-palestino e a crise humanitária que atinge a Faixa de Gaza e sua população.

Senhoras e Senhores Deputados,

Passados oito meses desde os ataques terroristas realizados pelo Hamas contra a população civil em Israel, a violência, a destruição e a morte continuam a imperar entre Israel e Palestina, colocando em risco a estabilidade regional.

O Itamaraty e o Presidente Lula transmitiram condolências e solidariedade aos familiares dos nacionais brasileiros e de filhos de nacionais brasileiros que perderam a vida no dia 7 de outubro.

Ressaltei, aqui nesta Comissão em dezembro passado, que nada – absolutamente nada – justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis.

Graças ao intenso trabalho diplomático, conseguimos retirar nossos nacionais tanto de Israel como da Palestina por meio da Operação “Voltando em

Paz”. Repatriamos 1.560 cidadãos brasileiros. O Itamaraty segue acompanhando e prestando ajuda aos nacionais que ainda estão em áreas de risco.

Desde 7 de outubro, portanto, o Brasil busca manter a postura de equilíbrio, em linha com o direito internacional e nossa tradição diplomática. Condenamos os atentados terroristas de 7 de outubro, por um lado, e exortamos o governo de Israel a exercer contenção em sua reação, por outro lado, em vista da necessidade de proteção da população civil em Gaza.

Os números, contudo, são alarmantes. Quando estive nesta Comissão em dezembro passado, eram 18 mil mortos palestinos. Agora, já são 37 mil mortos, dos quais mais de 15 mil crianças e 9 mil mulheres, cerca de 10 mil desaparecidos e 84 mil feridos em Gaza, em razão dos ataques israelenses. E os ataques a Rafah e na Cisjordânia estão agravando, ainda mais, essa tragédia humanitária.

O governo brasileiro lamenta que, em meio à tragédia humanitária na Faixa de Gaza, ainda tenha havido disposição de segmentos extremistas da sociedade israelense, para praticar atos inflamatórios e provocativos, que contribuem apenas para afastar ainda mais as perspectivas de paz na região.

Estou me referindo especificamente à incursão de centenas de ativistas israelenses na Esplanada das Mesquitas (“Haram-El-Sharif”), no dia 5 de junho corrente. Nossa posição é clara. Defendemos o respeito ao status quo histórico da Esplanada das Mesquitas e à custódia haxemita dos sítios sagrados islâmicos e cristãos de Jerusalém Oriental.

Há investigações em curso no âmbito da Corte Internacional de Justiça com base na Convenção contra o Genocídio e há necessidade urgente de entrada de ajuda humanitária.

Além disso, em 24 de maio, o procurador-chefe do Tribunal Penal Internacional solicitou mandados de prisão contra o primeiro-ministro de Israel, o ministro da Defesa de Israel e líderes do Hamas por crimes de guerra e contra a humanidade cometidos durante a guerra na Faixa de Gaza.

Na semana passada, o Conselho de Segurança aprovou resolução apresentada pelos Estados Unidos com um plano de cessar fogo em Gaza, com 14 votos a favor e uma única abstenção. A resolução endossa proposta de cessar-fogo anunciada em 31 de maio pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Conclama Israel e o Hamas a implementarem, imediata e completamente, o plano de cessar fogo proposto, dividido em três fases. A primeira fase prevê cessar-fogo completo, a libertação de reféns e o retorno dos civis palestinos

a todas as áreas de Gaza, inclusive no norte. A segunda fase prevê o fim das hostilidades, a libertação de reféns remanescentes e a completa retirada das forças israelenses de Gaza. E a fase 3 prevê o início de plano de reconstrução para Gaza e o retorno de restos mortais que ainda permaneçam em Gaza.

O Governo brasileiro está apelando a toda a comunidade internacional para que apoie esforços que visem a pôr fim a esse trágico conflito.

Em iniciativa liderada pelos EUA, o Brasil assinou, com outros 17 países, dois documentos conjuntos – um em abril, outro em junho deste ano – defendendo a urgência da libertação dos reféns israelenses.

A atual escalada de violência põe em evidência, também, a urgência de buscar solução política justa e duradoura para o conflito. Ou seja, a solução de dois Estados, com um Estado palestino coeso e viável, convivendo em paz e segurança, lado a lado com Israel, com base nas fronteiras de 1967.

Fui a Nova York, em abril deste ano, para a sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas que discutiu a admissão da Palestina como membro pleno das Nações Unidas. Votamos a favor, mas a medida foi vetada no Conselho de Segurança.

No dia 10 de maio, a Assembleia Geral das Nações Unidas pronunciou-se de forma muito sólida, com 143 votos a favor da resolução que pede o reconhecimento da Palestina como um Estado soberano e defende a entrada do país nas Nações Unidas como membro pleno da Organização. Esperamos que o Conselho de Segurança e, especialmente, os que se opuseram possam reconsiderar sua posição.

Senhor Presidente,

Com relação ao conflito na Ucrânia, o Brasil continua a defender o diálogo e uma solução pacífica, respaldada pelo Direito Internacional. Essa mensagem é consistentemente transmitida a nossos parceiros russos e ucranianos.

Condenamos a violação da integridade territorial ucraniana tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, defendemos que seja criado espaço de diálogo entre as partes para uma solução negociada para o conflito, que leve em conta as legítimas preocupações de segurança das partes.

Somos também firmemente contra a aplicação de sanções unilaterais que não apenas violam o direito internacional, mas também geram efeitos negativos sistêmicos sobre a segurança alimentar e energética, sobretudo dos países em desenvolvimento.

O Brasil tem participado das diferentes reuniões e discussões sobre o encaminhamento de solução diplomática.

Temos trabalhado em defesa da constituição de um arcabouço processual que permita conduzir um diálogo e uma negociação entre as partes. Não foi o que identificamos na denominada Cúpula da Paz, realizada no último fim de semana, em 15 e 16 de junho corrente, na Suíça, uma vez que um dos lados não foi convidado para o evento. O Brasil, contudo, no espírito construtivo, esteve presente na reunião, por meio da Embaixadora em Berna, que atuou como observadora.

De nossa parte, apresentamos, em conjunto com a China, um documento intitulado “Entendimentos Comuns sobre a Resolução Pacífica da Crise na Ucrânia”, adotado em 23 de maio passado.

Trata-se de documento que reúne princípios básicos que poderiam contribuir para a formação do referido arcabouço processual. Apela especificamente às partes para (i) não expandir o campo de batalha; (ii) não escalar os combates; e (iii) não inflamar a situação.

Já notamos uma boa receptividade ao documento, que está aberto a manifestação, apoio e adesão de outros países.

Senhores Deputados, Senhor Presidente,

Como as senhoras e senhores podem ver, a agenda de política externa de 2024 está exigindo bastante do Itamaraty e dos demais ministérios da Esplanada. Além da execução das prioridades de 2024, também já estão em andamento os preparativos para os grandes eventos que sediaremos em 2025, com destaque para a COP30 do Clima, a Cúpula do BRICS e a Cúpula do Mercosul.

Quero registrar aqui o meu apreço constante pelo quadro de funcionários do serviço exterior brasileiro. Diplomatas, oficiais de chancelaria, assistentes de chancelarias e demais funcionários têm atuado de forma consistente em prol dos interesses do Brasil.

Estamos sempre buscando aperfeiçoar nosso funcionamento como instituição, aprimorando os métodos de trabalho, de gestão de pessoal e de progressão funcional.

Tenho dedicado especial atenção e estamos conduzindo estudos no sentido de reparar desequilíbrios estruturais das carreiras, de modo a garantir fluxo de ascensão funcional e também ajudar a tornar o Itamaraty mais diverso e inclusivo.

Portanto, o apoio constante desta Comissão será fundamental para que possamos continuar aprovando os atos internacionais, o diálogo institucional e as relações interparlamentares.

São essas as observações que queria trazer sobre os aspectos que Vossa Excelência levantou, Senhor Presidente, e sobretudo o relato que tencionava fazer. Fico, naturalmente, à disposição de todos os senhores para troca de ideias e esclarecer dúvidas que eventualmente sejam apresentadas.

Muito obrigado.

3.10. Intervenção da Secretária-Geral das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Laura da Rocha, na Sessão Plenária da 54ª Assembleia Geral da OEA – 26 de junho de 2024

Antes de mais nada, em nome do governo brasileiro, condeno, nos mais firmes termos, o lamentável episódio ocorrido no dia de ontem na Bolívia. A democracia, um dos pilares da OEA, é inegociável, e o governo brasileiro será intransigente em sua defesa. Manifesto, nesse sentido, assim como já o fez o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nossa profunda solidariedade ao legítimo e democraticamente eleito governo do Presidente Luis Arce.

Tenho a satisfação de expressar, em nome do governo brasileiro, nossos agradecimentos ao Paraguai por sediar esta Assembleia Geral. Estou segura de que o encontro propiciará oportunidade de discussão construtiva sobre temas centrais para os países e as populações da região.

O Brasil participa desta Assembleia imbuído da convicção da relevância e da legitimidade da OEA para atuar, com respeito à soberania dos Estados-membros, em seus quatro pilares estratégicos: democracia; direitos humanos; segurança multidimensional; e desenvolvimento integral.

Parabenizamos o Paraguai pela escolha do lema desta Assembleia: Integração e Segurança para o Desenvolvimento Sustentável da Região. Os desafios atuais no nosso hemisfério e no mundo, nos campos da segurança e do desenvolvimento sustentável, demandam mais integração, não menos.

As ameaças na esfera da segurança vêm se multiplicando, com ramificações cada vez mais preocupantes e implicações, inclusive, para a integridade das instituições públicas e da democracia, em diferentes países do mundo, inclusive nas Américas.

Nossa região tem testemunhado graves atentados ao Estado de Direito. O crime, o tráfico de drogas, armas e pessoas, assim como a lavagem de dinheiro

e a corrupção de agentes públicos e privados constituem ameaças cada vez mais presentes. O combate a esses flagelos depende da cooperação regional e global, sempre com respeito ao direito internacional e aos direitos humanos.

Por meio de seu conjunto de tratados e mecanismos no campo da segurança multidimensional, a OEA oferece plataforma privilegiada para enfrentarmos com sucesso e respeito às instituições democráticas essas ameaças ao bem-estar e à estabilidade de nossos países.

A OEA desenvolve projetos importantes nessa direção, em áreas como: registro civil e identidade no Haiti; concessão de bolsas de estudo; e cooperação técnica em temas migratórios. Essas e outras iniciativas, levadas a cabo pela Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, em temas como inovação, empreendedorismo feminino, cooperação educacional e produtividade, entre outras, são contribuições relevantes e devem continuar a ser impulsionadas. O Brasil somou-se a várias dessas iniciativas, por meio da cooperação, junto à Secretaria Executiva de Desenvolvimento Integral, em assuntos como pequenas e médias empresas, educação e monitoramento marinho.

As discussões sobre os múltiplos desafios suscitados pela emergência climática merecem destaque. A OEA está muito bem posicionada para abordar o tema em suas três dimensões e para contribuir com iniciativas tangíveis, ancoradas no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. Para tanto, precisaremos de novas fontes de financiamento, que nos permitam dar o salto tecnológico para uma economia de baixo carbono.

E necessitamos agora. Os efeitos da mudança do clima já se fazem sentir com força em nossos países, onde eventos climáticos extremos causam destruição e perdas de vidas humanas, como ocorreu, recentemente, no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, faz-se fundamental fortalecer os mecanismos de resposta humanitária de emergência, inclusive por meio da Junta Interamericana de Defesa (JID). Também é preciso ampliar os esforços de reconstrução pós-desastres.

No campo da cooperação hemisférica, o Brasil tem a expectativa de que a Agência Interamericana para a Cooperação e o Desenvolvimento (AICD) tenha seu papel fortalecido como ponto focal de cooperação internacional da OEA. O recém aprovado Plano de Ação para a Cooperação da OEA 2024-2027 proporcionará novo impulso a essa agenda, que considero da maior relevância.

Senhor Presidente, caros colegas,

A OEA é um espaço privilegiado de encontro de todos os países do continente americano. É, por isso, uma plataforma que deve ser utilizada para gerar convergências, na busca de soluções para desafios comuns. Queremos uma Organização que adote métodos de trabalho transparentes, capazes de assegurar processos decisórios inclusivos e legítimos. Precisamos de uma Organização moderna e eficiente. Os recursos investidos devem gerar resultados concretos para nossos Estados e populações, além de cumprirem requisitos de transparência e prestação de contas.

O Brasil vem dando contribuição concreta nessa direção. No ano passado, a delegação brasileira leu, no Conselho Permanente, a Declaração Conjunta sobre Compromissos Compartilhados para Assegurar Negociações Abertas, Transparentes e Inclusivas. A adesão ao documento por 17 delegações revela o anseio dos Estados Membros por caminhar no rumo do aprimoramento dos métodos de trabalho da Organização.

O Brasil também defende a eliminação da duplicação de tarefas e a busca de sinergias entre processos conexos com os mandatos emanados das diferentes reuniões ministeriais da Organização. Favorecemos amplo diálogo entre os órgãos da OEA e o processo de seguimento das Cúpulas das Américas, para que o produto que entreguemos a nossos cidadãos seja sempre da maior qualidade. A celebração, no próximo mês de dezembro, na República Dominicana, do 30º aniversário do Processo de Cúpulas das Américas constituirá uma boa oportunidade para refletir sobre como podemos melhorar essa interação, de modo que as atividades da OEA reflitam as prioridades definidas pelos chefes de Estado e de Governo da região.

Com esse espírito, estamos engajados nas discussões sobre a revisão da gestão e da governança da Organização, realizada por consultoria externa. Esse exercício oferecerá oportunidade para realizar reformas que aumentem a eficiência e a eficácia da gestão dos nossos recursos financeiros e humanos.

Não podemos deixar de lembrar, ainda, do impacto positivo do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na vida dos cidadãos e cidadãs. Sua capacidade de proteger e promover direitos universais, oferecendo reparação e garantias de não repetição de violações, é um exemplo de regime internacional que faz a diferença. Os 65 anos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e os 45 anos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, comemorados este ano, são motivo de orgulho para nossa região e um modelo para o mundo.

No pilar relativo à democracia, a OEA deve atuar no fortalecimento das instituições democráticas, especialmente no atual contexto em que ações

que visam a promover a desinformação e a desestabilização ameaçam o sistema representativo. A OEA deve agir com imparcialidade e rigor em suas missões de observação eleitoral e promover o contínuo intercâmbio sobre a implementação da Carta Democrática Interamericana. O Brasil participa desses esforços, com espírito construtivo, favorecendo o compartilhamento de boas práticas, inclusive diante de novos desafios como o uso de plataformas digitais e da inteligência artificial para disseminar notícias falsas, tema que merece nossa mais elevada atenção.

A defesa da democracia e da vontade popular na Guatemala é um exemplo recente de que a OEA pode fazer a diferença, quando existe engajamento construtivo de todos. Essa perspectiva cooperativa, de se estender a mão, no lugar do automatismo da punição, constitui um instrumento fundamental para manter a relevância da Organização em crises internas e risco de ruptura da ordem democrática.

É por isso que devemos trabalhar para que todos os países das Américas voltem ao seio da OEA: para que o engajamento e o diálogo produzam a progressiva implementação dos padrões interamericanos sabidamente avançados nos campos dos direitos humanos e da democracia.

Devemos recordar ainda que a América Latina e o Caribe são um espaço de paz e cooperação. Somos contra medidas coercitivas unilaterais, que penalizam populações de países da região. É injusta a manutenção do bloqueio contra Cuba, com sérias consequências de natureza humanitária em pleno coração do Caribe. E é injustificada a manutenção do país caribenho em uma lista unilateral de países que promovem o terrorismo, quando sabemos que Cuba colabora ativamente para a promoção da paz, do diálogo e da integração regional.

Por fim, mas não menos importante, o governo brasileiro gostaria de salientar a necessidade de a Organização conceder maior destaque ao seu pilar do desenvolvimento integral. Passadas diversas décadas da fundação da OEA, o subdesenvolvimento, a pobreza e mesmo a fome seguem afligindo as Américas. Em nome do Presidente Lula, gostaria aqui de transmitir a mensagem de que não apenas é importante, como é urgente, promover o desenvolvimento e acabar com a miséria no nosso continente.

Senhor Presidente, caros colegas,

Uma OEA eficiente, legítima e relevante depende de processos decisórios transparentes e gestão moderna. Depende também de recursos humanos

valorizados, liderança competente, diálogo constante entre o Secretariado e os Estados Membros, e de um canal de comunicação eficaz com a sociedade civil.

Daqui até a próxima Assembleia Geral ordinária, participaremos de um processo eleitoral para a escolha dos novos secretário-geral e secretário-geral adjunto.

O Brasil defende um esforço conjunto de reflexão, de modo a que nossas escolhas atendam aos requisitos da Carta da OEA e às altas expectativas de nossas sociedades.

A OEA encontra-se em um momento de busca de maior eficiência e legitimidade. Esse processo requererá futuros ocupantes de cargos de liderança com habilidades gerenciais, experiência diplomática e alto padrão moral e ético. Também é essencial o compromisso com o estrito respeito à Carta, aos padrões derivados das convenções interamericanas e aos mandatos aprovados pelos Estados membros.

Além disso, não apenas no Secretariado, mas, como um todo, nas posições de chefia e de maior responsabilidade, devemos buscar a promover maior representatividade feminina.

No ano em que comemoramos o Trigésimo aniversário da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, a Convenção de Belém do Pará – verdadeiro divisor de águas na luta pela superação da discriminação de gênero na nossa região –, não podemos esquecer o longo caminho que ainda temos a percorrer para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos.

E não posso mencionar Belém sem me lembrar do saudoso embaixador João Clemente Baena Soares, que, em 1994, testemunhou com alegria, na sua querida cidade, a adoção dessa convenção histórica, no seu último ano de mandato, quando fechava seu ciclo como secretário-geral da Organização. O legado do embaixador Baena Soares seguirá nos inspirando na busca de uma OEA de todos os Estados Americanos.

Uma OEA em que a diplomacia, o diálogo e o entendimento sejam o principal veículo para construir uma região pacífica, segura, próspera e democrática para nossos povos.

Muito obrigada, senhor Presidente.

4. ARTIGOS, ENTREVISTAS E DECLARAÇÕES À IMPRENSA

4.1. Declaração à imprensa do Ministro Mauro Vieira após a I Reunião da Comissão Conjunta Guiana-Venezuela – Brasília, 25 de janeiro de 2024

Realizamos no dia de hoje, aqui no Palácio Itamaraty, a I Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da República Cooperativa da Guiana e da República Bolivariana da Venezuela. A Comissão Conjunta de Chanceleres foi criada pela Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela, adotada em 14 de dezembro passado em São Vicente e Granadinas. Tem, como objetivo, tratar de questões mutuamente acordadas.

As delegações foram chefiadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiana, Hugh Todd, e pelo Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Yván Gil. A pedido das partes, acompanhei os trabalhos como interlocutor e facilitador principal, ao lado do Embaixador Gareth Bynoe, de São Vicente e Granadinas, país em exercício da Presidência da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Também assistiu ao encontro o Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos das Nações Unidas, senhor Miroslav Jenca, representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, na condição de observador.

Nas conversas de hoje, Venezuela e Guiana expressaram seu entendimento acerca do compromisso assumido na “Declaração de Argyle para o Diálogo e a Paz”, em particular do mandato conferido à Comissão Conjunta.

Guiana e Venezuela apresentaram suas propostas de agenda para o trabalho da Comissão Conjunta, que ficarão para posterior análise em uma nova reunião que poderá ser realizada também no Brasil. Comprometeram-se, reconhecidas as diferenças de lado a lado, a seguir dialogando com base nos parâmetros estabelecidos pela Declaração de Argyle.

Agradeço a participação dos chanceleres da Venezuela e da Guiana nas conversas de hoje, assim como a presença dos atores regionais, como São

Vicente e Granadinas, em representação da CELAC, assim como a ONU, que observou e participou dos trabalhos.

Reafirmo que nossa região tem a vontade política e todos os instrumentos necessários para avançar em seu projeto comum de desenvolvimento social justo, em um ambiente pacífico e solidário.

Ao nos depararmos com as guerras que conflagram diferentes partes do mundo, aprendemos a valorizar ainda mais a nossa cultura latino-americana e caribenha de solução pacífica de controvérsias, base da comunidade de interesses que nos une, em um ambiente livre de tensões geopolíticas de origem extrarregional.

Desejo, portanto, que nossos irmãos da Venezuela e da Guiana continuem a construir a confiança necessária para pensarem num horizonte comum, em que os laços que correspondem a bons vizinhos venham a contribuir para o bem-estar de ambos os povos.

Convido as comunidades regional e internacional a seguir apoiando este processo de diálogo no marco da Declaração de Argyle.

Nota à imprensa nº 238, publicada em 06/06/2024

4.2. Financiamento a países pobres não pode ‘matar o doente’, diz Mauro Vieira, que liderará primeira grande reunião no G20 – entrevista do Ministro Mauro Vieira para *O Globo*, em 18 de fevereiro de 2024

O ministro das Relações Exteriores, anfitrião do encontro de chanceleres no evento do grupo de maiores economias do planeta nesta semana, defende foco em reforma de órgãos como FMI e ONU

Por Eliane Oliveira e Manoel Ventura

Anfitrião da primeira reunião de alto nível do G20 no Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, pretende usar o encontro de chanceleres nesta semana no Rio para lançar propostas brasileiras de regras em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. A pauta do governo Lula de rever as regras de governança global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU), também será abordada.

Em entrevista ao GLOBO para falar sobre a reunião, Vieira afirma que os principais organismos econômicos internacionais precisam ser instrumentos de apoio e impulso econômico, além de dar soluções para o endividamento de países. E que é preciso reduzir as exigências desses órgãos para emprestar recursos a nações em desenvolvimento. Vieira defende o que chama de “democratização” das instituições criadas com o Acordo de Bretton Woods, assinado nos anos 1940 por 45 nações aliadas na cidade dos Estados Unidos que leva esse nome. O acordo estabeleceu as bases da política econômica global pós-Segunda Guerra Mundial e criou instituições como o FMI e o Banco Mundial.

Qual a expectativa do Brasil com a reunião de chanceleres do G20?

O G20 é um grande evento, um grande acontecimento. E é a primeira vez que o Brasil tem a presidência do grupo. É uma reunião importantíssima de um grupo que ganhou muita importância, porque foi ampliado. Ele se chama G20, mas tem mais de 20, são 21 membros. Nós, na presidência, convidamos mais 8 países e 11 organizações para participar das discussões.

Qual o foco da reunião de chanceleres?

O Presidente Lula, desde o início do governo, disse que queria dedicar uma atenção especial à promoção de três grandes eixos, que são o combate à pobreza e à fome; a transição energética e o desenvolvimento sustentável; e a reforma na governança global, que será o principal tema dessa reunião e onde a ONU também entra, tanto no Conselho de Segurança como na própria Assembleia Geral. Queremos a modernização e a democratização das Nações Unidas, da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial). Teremos duas reuniões de chanceleres. A primeira este mês e a segunda em setembro, depois da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Espera-se algum resultado em termos de reforma da governança global nesta primeira reunião de chanceleres?

Essa é uma discussão que será lançada. Cada país vai se manifestar e vamos recolher tudo ao longo do ano. Os países vão poder falar, apresentar suas conclusões e posições, e além dos países-membros do G20, os organismos internacionais. O encontro estará aberto para todos se inscreverem e entregarem

algum documento com suas sugestões. A novidade da reunião de Nova York é que ela será aberta também para os países que não são do G20.

Há apoio do G20 a uma ampla reforma na governança?

Nas Nações Unidas, tem país que quer, tem país que não quer, assim como na OMC. Eu sempre digo que a arma do Brasil é o multilateralismo. Se você tem uma organização tão importante como a OMC paralisada há tanto tempo, há uma perda significativa. E o Brasil teve vitórias importantes na OMC, não pode deixar de valorizar e de querer ver a organização funcionando outra vez. E também uma reforma dos organismos de Bretton Woods, para que eles sejam instrumentos de apoio, impulso e soluções de endividamento.

Em que os organismos financeiros como o FMI e o Banco Mundial deveriam mudar?

Precisam ter menos condicionalidades e exigências. Não digo que é para não ter regras e entregar todos os recursos de qualquer forma, mas terem exigências menores. Tem de haver uma adaptação à necessidade. Não se pode impor uma receita que mata o doente.

O Presidente Lula está na África neste momento. O governo brasileiro conta com o apoio das nações em desenvolvimento no G20?

Propostas como o combate à fome e à pobreza são de interesse dos países africanos, assim como a transição energética e a reforma dos organismos. A dívida somada dos países africanos é algo assustador, cerca de US\$ 1 trilhão. Tem que haver uma reestruturação e um mecanismo que permita uma equação favorável para o crescimento e investimentos. Se for só para pagar a dívida, vai virar uma bola de neve.

O mundo vive guerras e disputas envolvendo grandes países. É factível encaminhar uma pauta de mudança na governança global com esse cenário?

Sim. Esses países mencionados estão no G20, que é um ambiente muito importante para o diálogo. As coisas não são resolvidas automaticamente. Não é com uma reunião que as soluções saem, mas é sempre um passo para uma solução a ser aceita por todos. Para o Brasil, o importante não parar de conversar e tomar iniciativas.

Os debates têm como foco a declaração final que sairá, em novembro, da reunião de líderes do G20, no Rio. É possível ter uma declaração concreta?

Esperamos ter uma declaração que mostre avanços, que tenha substância e que seja importante. Todas essas reuniões de todas as áreas vão contribuir depois para as discussões dos chefes de Estado.

Como evitar que a declaração se transforme em uma carta de intenções, sem compromissos?

Dependerá da vontade das pessoas da mesa. Se quiserem dar um passo adiante, sempre podem. Espero que, na presidência brasileira, haja avanços em várias áreas. Queremos que o G20 promova melhores condições para que os países em desenvolvimento possam avançar e promover o bem-estar das suas populações e a inserção política das pessoas. O lema do Brasil, na presidência brasileira do G20, é construir um mundo mais justo e sustentável.

Chanceleres do mundo todo estarão no Rio. Temas como Gaza e Ucrânia podem entrar na agenda?

É uma reunião de ministros do Exterior. São temas que podem ser discutidos. O tema da reunião não é especificamente esse, mas se os ministros se manifestarem, haverá tempo para isso. No corredor, você encontra com um e outro.

O Presidente Lula defende a desdolarização global (usar menos o dólar em trocas comerciais e investimentos). Essa proposta está na reforma da governança?

Não exatamente dentro da agenda da reforma da governança global, mas em muitos outros foros.

O senhor fará reuniões com outros chanceleres à margem do encontro?

Há uma longa lista de pedidos de reuniões bilaterais e, infelizmente, não haverá tempo para todos. Reino Unido, Argentina, França e Noruega pediram.

4.3. Declaração à imprensa por ocasião visita do Presidente da França, Emmanuel Macron – Brasília, 28 de março de 2024

É motivo de grande alegria retribuir a hospitalidade com que eu e minha comitiva fomos recebidos em Paris, quando participei da Cúpula para um “Novo Pacto Financeiro Global”, em junho passado.

Ao longo dos últimos três dias, realizamos uma extensa agenda que incluiu passagens por Belém, sede da COP30; Itaguaí, onde temos o PROSUB; e agora Brasília, para uma visita de Estado.

Essa verdadeira maratona dá a dimensão da amplitude dos laços de cooperação e amizade entre a França e o Brasil.

Dentre as potências tradicionais nenhuma é mais próxima do Brasil do que a França.

Dentre as potências emergentes, você me dirá se alguma é mais próxima da França que o Brasil.

No atual contexto de grande complexidade do cenário internacional, o diálogo entre nossos países representa uma ponte entre o Sul Global e o mundo desenvolvido, em favor da superação de desigualdades estruturais e de um planeta mais sustentável.

O Brasil e a França estão decididos a trabalhar juntos para promover, pelo debate democrático, uma visão compartilhada de mundo.

Uma visão fundamentada na prioridade da produção sobre a finança improdutiva, da solidariedade sobre o egoísmo, da democracia sobre o totalitarismo, da sustentabilidade sobre a exploração predatória.

O Presidente Macron pode constatar pessoalmente que nosso compromisso com o meio ambiente não é retórico.

No último ano, reduzimos o desmatamento ilegal na Amazônia em 50% e vamos zerá-lo até 2030.

Como símbolo da renovação dessa parceria, adotamos hoje um Novo Plano de Ação, que estende nossa colaboração para novos campos.

Áreas como financiamento da transição ecológica e energética, bioeconomia, agricultura, administração pública, temas digitais, inteligência artificial e direitos humanos e igualdade de gênero passarão a ocupar nossa agenda bilateral.

Essa gama de assuntos se reflete nos mais de 20 acordos que celebramos hoje.

Conversamos sobre o sucesso do Fórum Econômico Brasil – França, realizado ontem em São Paulo e que não se reunia presencialmente desde 2019.

Examinamos formas de ampliar e diversificar o comércio, que no ano passado alcançou 8,4 bilhões de dólares e que pode e deve crescer ainda mais.

A França é o terceiro maior investidor no Brasil, com forte presença nos setores de hotelaria, energia e defesa e alta tecnologia, que geram emprego e renda aqui em nosso país.

Apresentei ao Presidente Macron novas oportunidades de investimento em infraestrutura e sustentabilidade criadas pelo PAC e pelo Programa de Neointustrialização.

Apresentei o combate às desigualdades como a força motriz da presidência brasileira do G20.

Nesse contexto, enquadra-se o lançamento de uma Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza.

Neste ano que completamos 80 anos das organizações de Bretton Woods, o Presidente Macron e eu concordamos que o G20 deve transmitir uma mensagem inequívoca sobre a necessidade de reforma da governança global e de fortalecimento do multilateralismo.

Também coincidimos que é hora dos super-ricos pagarem sua justa contribuição em impostos, conforme a proposta de tributação internacional justa e progressiva que o Brasil defende no G20.

Como parceiros estratégicos, trocamos impressões sobre os grandes dilemas com os quais a humanidade se depara.

Em todo o mundo, a democracia está sob a sombra do extremismo.

A negação da política e a disseminação do “discurso de ódio” é crescente e preocupante.

Por essa razão o Brasil aderiu, em 2023, à iniciativa francesa Parceria para Informação e Democracia e seguirá trabalhando para promover e proteger a circulação de informação confiável.

É tempo de promover um debate verdadeiramente multilateral em torno da governança da inteligência artificial.

É inaceitável que um novo hiato separe os países ricos, detentores dessa tecnologia, dos países em desenvolvimento, onde o simples acesso à Internet permanece precário.

Reiterei ao companheiro Macron a crença inabalável do Brasil no diálogo e defesa da paz.

Meu governo seguirá trabalhando com afinco para que a América Latina e o Caribe continuem sendo uma zona sem conflitos, onde prevalecem o diálogo e o direito internacional.

A paralisia do Conselho de Segurança frente à guerra na Ucrânia e em Gaza é alarmante e inexplicável.

As teses que questionam a obrigatoriedade do cumprimento da recente determinação de cessar-fogo em Gaza durante o mês do Ramadã corroem, mais uma vez, a autoridade do Conselho.

Falar em um mundo baseado em regras que não são multilateralmente acordadas significa retroceder séculos e voltar à lei do mais forte.

O Brasil rechaça categoricamente todas as manifestações de antisemitismo e islamofobia.

Não podemos permitir que a intolerância religiosa se instale entre nós.

Judeus, muçulmanos e cristãos sempre viveram em perfeita harmonia no Brasil, ajudando a construir o país moderno de hoje.

Caro amigo Macron, a Parceria Estratégica com a França traduz nossa busca compartilhada por modernizar e dinamizar nossas economias, com sustentabilidade e com respeito aos direitos humanos.

Estou convencido de que, mesmo após três dias intensos, ainda há muito trabalho pela frente.

São incontáveis as possibilidades futuras para nossos países cooperarem, desenvolverem e criarem juntos.

Espero revê-lo em breve, na Cúpula do G20 no Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

4.4. “As boas notícias que vêm da Ásia” – artigo do Ministro Mauro Vieira, publicado em *O Globo*, em 6 de abril de 2024

O crescimento destacado do comércio exterior brasileiro nas primeiras duas décadas do século XXI, que levou as exportações de US\$ 58,2 bilhões em 2001 para US\$ 339,7 bilhões em 2023, tem múltiplas dimensões e não pode ser explicado apenas pelas obviedades mais conhecidas. Entre elas estão o desempenho invejável de setores exportadores, como o agronegócio e o

mineral, e o crescimento expressivo da participação da China como parceiro comercial do país, com compras de US\$ 104 bilhões, pouco menos de um terço do total exportado. Outros dados ajudam a explicar o fenômeno.

Em período histórico que coincide com o recrudescimento do protecionismo comercial dos países desenvolvidos, com a estagnação de negociações de acordos de livre-comércio, com o enfraquecimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do multilateralismo comercial, outras oportunidades vêm sendo bem aproveitadas pelos agentes econômicos brasileiros.

Em resposta ao protecionismo agrícola, o Brasil vem desenvolvendo parcerias no “Sul Global” que impressionam pelos resultados. Visitarei na próxima semana Bangladesh e Vietnã, dois exemplos perfeitos dessa mudança de eixo nas relações comerciais do Brasil com o mundo. Farei a primeira visita de um chanceler brasileiro a Bangladesh, acompanhado de uma missão empresarial representativa dos principais setores exportadores.

Em 2023, o Brasil exportou US\$ 2,1 bilhões para Bangladesh, cifra que se aproxima das vendas para a França, de US\$ 2,9 bilhões no período. Enquanto, para a França, a cifra exportada em 2023 praticamente repete a de 2014, no caso de Bangladesh o crescimento em dez anos impressiona: as exportações brasileiras para aquele mercado haviam sido de US\$ 869 milhões em 2014. Para o Vietnã, um dos dez membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), as exportações brasileiras no ano passado foram de US\$ 3,7 bilhões, cifra próxima aos US\$ 4 bilhões exportados para a Itália e superior ao montante exportado para a já mencionada França ou para o Reino Unido (US\$ 3,3 bilhões). Em 2014, o mercado vietnamita havia comprado US\$ 1,6 bilhão do Brasil.

Nos últimos 20 anos, período inferior ao das negociações ainda não concluídas entre Mercosul e União Europeia, o comércio entre o Brasil e a Asean cresceu nada menos que 11 vezes. O dinamismo e o nível de abertura do Vietnã e da Asean já produziram uma mudança radical no perfil exportador brasileiro, cujos números não deixam dúvidas: em 2023, as exportações para os cinco principais mercados da Asean (Cingapura, Indonésia, Malásia, Vietnã e Tailândia) somaram US\$ 22,7 bilhões, valor superior aos US\$ 22,6 bilhões exportados para cinco integrantes do G7: Japão, Alemanha, Itália, Reino Unido e França.

Ainda que esses números sejam eloquentes, o potencial das relações com Bangladesh e com o Vietnã vai muito além e será explorado nas visitas. Com desafios comuns e lições positivas a compartilhar em matéria de superação da

pobreza, o Brasil leva ainda bens de alto valor agregado, além de tecnologias na área da transição energética e da mitigação das mudanças climáticas, com base em experiências como a do uso em larga escala do etanol, capazes de abrir caminho para novos negócios e parcerias.

Esse diálogo já vem rendendo frutos na Índia, com um exitoso programa de mistura do etanol à gasolina. Inspirada no modelo brasileiro, a mistura já apresenta ganhos tangíveis em matéria de emissões e qualidade do ar. Pode perfeitamente ser aproveitada por outros países asiáticos.

Sem prejuízo de suas alianças tradicionais, a política externa do Presidente Lula assimila plenamente as novas realidades do mundo e investe, de forma criativa, nesses polos dinâmicos de uma realidade internacional já marcada pela multipolaridade. Com o apoio de uma rede de embaixadas ampliada, os interesses privados e governamentais brasileiros contam com meios e respaldo político para expandir ainda mais os laços com a Ásia como um todo.

5. PUBLICAÇÕES EM REDES SOCIAIS

5.1. Publicação no X, por ocasião da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi – 19 de janeiro de 2024





Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Jan 19, 2024

Os Ministros trataram de questões econômico-comerciais, de segurança em Gaza e na Ucrânia, da mudança do clima e da facilitação do trânsito de pessoas. A 🇨🇳 é o maior parceiro comercial do 🇧🇷, destino de 30% das exportações brasileiras, e grande investidor no país.



1

1

15

402



Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Jan 19, 2024

🇧🇷 e 🇨🇳 adotaram um logotipo elaborado conjuntamente, que será empregado nos eventos de comemoração dos 50 anos das relações diplomáticas.



1

2

24

1.5K



Itamaraty Brasil 🇧🇷 🌐 @ItamaratyGovBr · Jan 19, 2024

“Lançamos o símbolo do aniversário de 50 anos de relações diplomáticas, que será comemorado em 15 de agosto. Esse importante marco ensejará uma série de eventos políticos, acadêmicos e culturais, promovidos conjuntamente por 🇧🇷 e 🇨🇳, ao longo de 2024”, declarou o Ministro.



4

19

87

4.1K

5.2. Publicação da Presidência da República no X, por ocasião da visita do Presidente da Espanha, Pedro Sánchez – 6 de março de 2024



Presidência da República do Brasil

@presidencia_BR



Show translation

O presidente Lula recebeu, nesta quarta-feira, 6 de março, o presidente da Espanha, Pedro Sánchez no Palácio do Planalto.

Na ocasião, foram discutidos temas como investimento estrangeiro, ciência e tecnologia, saúde e educação.

Os dois países assinaram acordos de cooperação.

Ricardo Stuckert



3:45 PM · Mar 6, 2024 · 6,235 Views

5.3. Publicação da Presidência da República no X, por ocasião da visita do Presidente francês, Emmanuel Macron – 26 de março de 2024



Presidência da República do Brasil

@presidencia_BR



...

 [Translate post](#)

O presidente francês Emmanuel Macron visita o Brasil, começando pelo estado do Pará, onde, junto ao presidente Lula, visitou a Ilha do Combú, uma área de proteção ambiental. Lá, eles conheceram o processo de produção de cacau da comunidade local e se encontraram com lideranças indígenas.

Durante a visita, presidente Lula reforçou o compromisso do governo federal com a proteção da Amazônia e dos povos indígenas.

 Ricardo Stuckert



8:51 PM · Mar 26, 2024 · 11.8K Views

5.4. Publicação no X, por ocasião da retirada de brasileiros do Haiti, por razões humanitárias – 10 de abril de 2024



5.5. Publicação no X, por ocasião da viagem do Ministro Mauro Vieira a Lisboa, para a comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos – 25 de abril de 2024



Itamaraty Brasil



@ItamaratyGovBr

...

Translate post

O Ministro Mauro Vieira está em Lisboa, para representar o  na comemoração dos 50 anos da Revolução dos Cravos, em Portugal . Participam também da celebração os Presidentes de Angola , Cabo Verde , Guiné-Bissau , Moçambique , São Tomé e Príncipe  e Timor-Leste .



5:53 PM · Apr 25, 2024 · 10.6K Views



Itamaraty Brasil



@ItamaratyGovBr · Apr 25, 2024

...

As relações - têm natureza única, em razão de sua história compartilhada. Mais de 400 mil brasileiros residem em . O país é importante parceiro do  na Europa. A corrente bilateral de comércio em 2023 foi de US\$ 4,7 bilhões, com superávit de US\$ 2,7 bilhões para o .

1

4

28

1.6K



Itamaraty Brasil



@ItamaratyGovBr · Apr 25, 2024

...

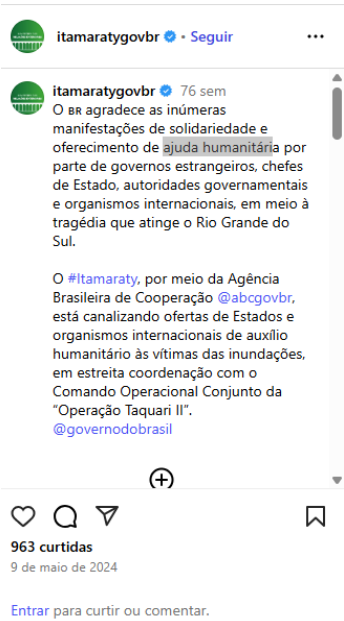
Como citou o Ministro Mauro Vieira em seu discurso, “os ideais democráticos e humanistas da Revolução dos Cravos serviram de inspiração a outros países”, inclusive ao . Confira a íntegra do discurso em gov.br/mre/pt-br/cent...



gov.br

Mensagem do Presidente Lula lida pelo Ministro Mauro Vieira na cerimônia de celebração dos 50 anos...

5.6. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária ao Rio Grande do Sul – 9 de maio de 2024



5.7. Publicação no X, por ocasião da 2ª reunião de consultas do processo de “Cartagena+40” – 16 de maio de 2024

**Itamaraty Brasil**   @ItamaratyGovBr

11:12 AM · May 16, 2024 · 5,437 Views

[Translate post](#)

A Secretária-Geral, Embaixadora Maria Laura da Rocha, abriu hoje a 2ª reunião de consultas do processo de “Cartagena+40”, no marco do 40º aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados, adotada em 1984. Na ocasião, recordou a tradição do  de acolhida e solidariedade.



 1

 4

 19

 1.3K





**Itamaraty Brasil**   @ItamaratyGovBr · May 16, 2024

O , que presidiu o processo de Cartagena+30, realiza o evento juntamente com o Chile , que lidera o processo de Cartagena+40. O  agradece ao [@ACNURBrasil](#) o decisivo apoio para a realização da reunião em Brasília. [@Minrel_Chile](#)

5.8. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária do Timor-Leste ao Rio Grande do Sul – 22 de maio de 2024



5.9. Publicação no Instagram, por ocasião da ajuda humanitária dos Emirados Árabes Unidos ao Rio Grande do Sul – 23 de maio de 2024



5.10. Publicação do Presidente Lula no X, sobre a condenação brasileira à tentativa de golpe na Bolívia – 26 de junho de 2024

